

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ESTUDOS DE LINGUAGEM

**CARLA BARBOSA MOREIRA**

**PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CENSURA NA DITADURA  
MILITAR BRASILEIRA E NO FASCISMO ITALIANO: A CENSURA NA ORDEM DO  
DISCURSO**

Niterói

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Carla Barbosa Moreira**

**PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CENSURA NA DITADURA  
MILITAR BRASILEIRA E NO FASCISMO ITALIANO: A CENSURA NA ORDEM DO  
DISCURSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Letras.

Área de concentração: Estudos de Linguagem

Linha de pesquisa: Discurso e interação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Niterói  
Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal Fluminense  
2009

Tese defendida e aprovada em \_\_/\_\_/\_\_ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Titulares:

- 
1. Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Belmira Rita da Costa Magalhães  
Universidade Federal de Alagoas

---

  2. Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Bethania Mariani (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

  3. Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rollemberg Cruz  
Universidade Federal Fluminense

---

  4. Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Maria Alves Ferreira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

  5. Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mónica Zoppi-Fontana  
Universidade Estadual de Campinas

Suplentes:

- 
1. Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares  
Universidade Estadual do Oeste do Pará

---

  2. Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vanise Gomes de Medeiros  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## Agradecimentos

À minha orientadora Bethania Mariani, que, possivelmente sem saber, me ajudou a temer menos, a desejar mais e a rever meus imaginários; pela confiança e investimento em mim e em meu trabalho.

Aos colegas do grupo de estudos da UFF, que carinhosamente me receberam, e por terem me ajudado a pensar de tantos outros lugares.

Ao meu irmão, Lúcia e Ian, pelo apoio, paciência e carinho de sempre.

Aos meus amigos, em especial à Helcira e Vanise, pela amizade e acolhimento durante o desenvolvimento desta tese.

Ao Baião, Helenice e amigos da FACISA por apoiar minhas escolhas e acreditar no meu trabalho.

À Profa. Dra. Sônia Salomão, pela dedicada co-orientação em Roma.

Aos professores da banca examinadora, pela leitura da tese e por terem aceitado participar da defesa.

À Alexia e Luciano, pela ajuda no processo de finalização desta tese.

À Nelma, da Secretaria de Pós-Graduação da UFF, pela disponibilidade de sempre.

À CAPES, pelo apoio financeiro, que muito contribuiu para o desenvolvimento e finalização desta tese.

*Para minha mãe,  
que, por nós, escolheu  
lutar em vez de desistir.*

*Os índios shuar, chamados de jíbaros,  
cortam a cabeça do vencido. Cortam e reduzem,  
até que caiba encolhida, na mão do vencedor, para que  
o vencido não ressuscite. Mas o vencido não  
está totalmente vencido até que fechem sua boca.  
Por isso os índios costuram seus lábios com uma  
fibra que não apodrece jamais.*

Eduardo Galeano

## RESUMO

Inscrita no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de corrente francesa, que se fundamenta na determinação histórica dos processos de significação, o objetivo desta tese é analisar a ordem do discurso *da/sob* censura considerando-se as práticas sócio-históricas materializadas na linguagem. Concentrada em períodos de autoritarismo do Estado, como a ditadura militar no Brasil e o fascismo italiano, ela busca compreender uma ordem ideológica responsável pela produção, legitimação e funcionamento da censura. Analisando documentos de diferentes arquivos de censura, foi possível chegar à produção de um saber censório semelhante. Nesse sentido, ainda que os discursos analisados – jornalístico censurado, jornalístico publicado, normas censórias, documentos oficiais desses regimes e apostila de curso de formação de censor – se concentrem em períodos em que a censura institucionalizada tenha prevalecido, as análises sobre eles também permitiram compreender que o modo como o sentido é produzido em todo discurso depende das relações de força entre as formações ideológicas, relações que pretendem controlar os sentidos, mas que também resistem a outros. Nesta tese, a censura, de forma mais ou menos incisiva, é compreendida então como uma força que se constitui nos processos discursivos para controlar o que pode e deve ser dito, o que não pode ou não deve ser dito, já que é no discurso que se materializam os dizeres e sentidos em disputa. Trata-se de uma luta que coloca censura e resistência sempre em uma relação representada pelo repetir, persistir e insistir como modo de resistir ao controle e silenciamento dos sentidos.

**Palavras-chave:** censura, resistência, silenciamento, discurso jornalístico, ditadura



## **ABSTRACT**

This thesis, based on the French discourse analysis framework that considers the historic determination of meaning process, aimed at analyzing the discourse order of censorship considering the social historic practices produced in the language. It tried to understand an ideological order responsible for the production, legitimating and on going of censorship during the Brazilian military dictatorship and Italian fascism period. It was possible to get to similar censorship knowledge through the analysis of documents of different censorship archives. In this sense, despite the fact that the analyzed discourses – censored journalistic, published journalistic, censorship rules, official dictatorship documents and censor books formation – had been done in periods in which the institutionalized censorship had been predominant, the analysis about them also allowed to understand that the way how the meaning is produced in the whole discourse depends on the force relation between the ideological formations, relations that intend to control the meanings, but also resist to others. In this thesis, the censorship, in a more or less incisive manner, is understood as a force that constitute itself in the discourse processes to control what can and must be said, what can not or must not be said, considering that it is in the discourse that the sayings and meanings in conflicts are produced. It is a conflict that always presents censorship and resistance in a relationship represented by repetition, persistence and insistence in how to resist to the control and silencing of meanings.

**Key words:** censorship, resistance, silencing, journalistic discourse, dictatorship

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PESQUISA SOBRE CENSURA	15
1.1 Problema, objetivos e justificativa	15
1.2 Sobre a censura	20
2.0 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	34
2.1 Sobre a teoria da Análise do Discurso	34
2.2 Metodologia e construção do <i>corpus</i>	46
2.3 Justificando e apresentando as escolhas para constituição do <i>corpus</i>	52
3.0 SUJEITO E ADMINISTRAÇÃO DOS SENTIDOS: A 'LÓGICA' DO CENSOR	56
3.1 Um sujeito chamado censor	56
3.2 O censor e o controle dos sentidos	69
4.0 CONDIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS PARA A PRODUÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS CENSÓRIAS: MOTIVAÇÕES ENTRE BRASIL E ITÁLIA	78
4.1 Da aproximação ideológica entre Brasil e Itália em períodos de censura institucionalizada	78
4.2 Censura, Memória e arquivo	96
5.0 SILENCIAMENTO E EVIDENCIAMENTO NO DISCURSO JORNALÍSTICO	108
5.1 Sobre a censura e as condições de produção do discurso	108
5.2 Censura: fazer propaganda psicológica, silenciar propaganda subversiva	115
5.3 Movimento censório, movimento discursivo	121
6.0 O ARQUIVO DO DOPS-MG: CENSURA E RESISTÊNCIA	132
6.1 As normas censórias e as matérias do arquivo do DOPS-MG	138
6.1.1 Desopacização dos sentidos de atos e sujeitos subversivos	148
6.2 Dizeres que insistem	153
6.2.1 Discurso jornalístico: desconstrução de imagem negativa sobre o Brasil no exterior	153

6.2.2	Discurso jornalístico: construção imagem positiva para o considerado subversivo	155
6.2.3	Discurso jornalístico: a marca <i>re</i> como tentativa de construir imagem positiva do governo anterior e negativa do Regime Militar	160
6.3	Existir, persistir e insistir: as diferentes tensões da resistência no discurso	162
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS	182
	ANEXO 1	188
	ANEXO 2	196
	ANEXO 3	198
	ANEXO 4	203
	ANEXO 5	204
	ANEXO 6	207
	ANEXO 7	208
	ANEXO 8	213
	ANEXO 9	218
	ANEXO 10	225
	ANEXO 11	226
	ANEXO 12	227
	ANEXO 13	232
	ANEXO 14	237
	ANEXO 15	238
	ANEXO 16	242
	ANEXO 17	244
	ANEXO 18	245
	ANEXO 19	246
	ANEXO 20	247
	ANEXO 21	250
	ANEXO 22	251
	ANEXO 23	253
	ANEXO 24	254
	ANEXO 25	256
	ANEXO 26	260
	ANEXO 27	263
	ANEXO 28	266
	ANEXO 29	269
	ANEXO 30	270
	ANEXO 31	271

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo estudo da produção de sentidos começou em uma disciplina de Semântica, já no sexto período do curso de Letras. Feliz encontro, optei por fazer também a disciplina Semântica II. Naquele tempo, minhas observações em sala – intuições interessantes, dizia a professora – me faziam sentir, pela primeira vez, falante capaz de observar o funcionamento da língua, e não apenas o funcionamento das regras gramaticais.

Mas, se por um lado, essa intuição, pela incursão no estudo da língua via Semântica, trouxe-me motivações para continuar aquela caminhada, levando-me a optar pelo mestrado em Teoria Gramatical/Semântica, por outro, ela não mais me parecia adequada diante da possibilidade de uma nova pesquisa, diante de um novo *corpus*.

Diferentemente do modo de a Semântica lidar com o dado lingüístico, ou melhor, com o fato de linguagem – para a Análise de Discurso –, fui me posicionando em uma teoria materialista dos processos de significação e me adentrando em discussões que privilegiam a natureza da relação entre linguagem e exterioridade. Trata-se de um diferente gesto de análise que conduz não só a resultados diversos, mas inclui o analista do discurso em uma relação muito diversa entre o modo de interpretar, de compreender o funcionamento da língua. Senti-me afastando das análises que não levam em conta a história e o sujeito.

Este deslocamento foi determinante para a inscrição desta tese no estatuto teórico-metodológico da Análise do Discurso de corrente francesa, principalmente através de Pêcheux (1988[1975]), que teoriza que a Análise do Discurso não objetiva a mera interpretação, mas a compreensão do modo como o sentido é produzido. Nesse sentido, Pêcheux (1969, p. 82), ao retomar o esquema informacional de Jakobson, enfatiza que, diferentemente deste autor, está se referindo ao *discurso*, cuja noção implica, no mínimo, duas afirmações: a primeira é que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de “efeito de sentidos”; a segunda é que A e B não designam a presença física de organismos humanos individuais, não é o sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, marcado pelo histórico, social e ideológico. É nesse

sentido que Pêcheux (1969, p. 82) e (1988[1975]) afirma que “o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, e Orlandi (2003[1999]), por sua vez, que o discurso é lugar de trabalho da língua e da ideologia”. Analisá-lo é compreender os processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de (re)construção da realidade; compreender os sentidos é questionar a transparência da linguagem, analisando o discurso pela historicidade e pela ideologia que o constituem.

O sujeito do discurso, assim, inscrito na linguagem, está atravessado pelas posições de onde fala, suscitando ou suscitado pelas relações de poder. Para a Análise do Discurso, o sujeito não tem total controle sobre os sentidos, e os sentidos não estão nas palavras e na simples relação entre elas. Isso quer dizer, então, que não basta ao analista do discurso identificá-los entre as possibilidades que seriam mais estanques ou, diríamos, mais evidentes. A produção dessa evidência dos sentidos joga o analista na investigação do sentido justamente pela tentativa de desnaturalizá-lo.

Ouvindo, na televisão, as palavras de um político de destaque no cenário brasileiro sobre o modo como os censores agiam nas redações dos jornais, cortando palavras, alterando-lhes o sentido, fui de algum modo atraída por um tipo de interferência sobre a língua, que me levou a um momento de inquietude com a questão da censura. Ela já chegou *para* mim em forma de problema, foi um encontro, um automático desafio, que também me remeteu imediatamente ao passado.

Sem Censura. Deixem-me rememorar um acontecimento em minha vida que me parece especialmente relevante para o tratamento cuidadoso e prudente que é preciso ter no confronto com discursos e sujeitos sob censura.

Ano de 1983, concurso da escola proposto pela professora de Educação Artística. Questionaram-nos – éramos um trio da 7ª série – não só o porquê daquela nossa forma de expressar, mas o modo como havíamos expressado. Situação de inquérito, entendi depois, **aquele desenho do cometa Halley**, que deveria ser representado em cartolina, **não era para ser só um desenho?** Fomos chamadas à direção e escutamos este questionamento. *Era...* Mais uma pergunta: **por que o cometa entrando na bandeira do Brasil? Porque daqui a gente vai poder ver; ele vai passar**

*aqui, não? E por que o vermelho? Uai... a cauda dele não é vermelha? Acho que tem fogo ali...*, respondi. **Fogo... Vocês sabem o que é comunismo?**

Isso eu sabia. Meu pai falava sempre em casa que a culpa era dos comunistas. Precipitei-me logo em dizer que eram pessoas que faziam coisas ruins e das quais o governo tentava nos proteger. Os meninos que ficavam na esquina usavam droga e eram comunistas; o dono da padaria, que vivia cobrando do meu pai, era comunista; e se eu continuasse daquele jeito, respondona, ia acabar virando comunista também. Esta foi minha justificção, mecanismo de defesa, mas a verdade para mim era outra, censurada. Acho que eu sabia, mas não me lembrava; acho que me esqueci de que sabia: o vermelho estava proibido. Também sabia que aqueles meninos não usavam droga, só ficavam na esquina; o dono da padaria não podia vender pão de graça; e eu só queria entender a razão de tantos “nãos”. Há uns poucos anos fui à biblioteca da escola e vi o trabalho exposto. Perguntei à bibliotecária se sabia por que ele ainda estava ali depois de tantos anos, e ela me respondeu que talvez porque era bonito. Enfim, alteradas as condições de produção, os sentidos mudaram, ficaram apenas marcas de qualquer coisa que muitas pessoas vêem, mas não entendem, ou entendem como podem entender. O sentido, como diz Orlandi (2004[1996]), sempre pode ser outro.

Embora não soubesse ainda explicar a natureza das relações de poder, as condições político-ideológicas daquele momento, entrei num jogo discursivo e joguei, sem saber como, sem refletir sobre o que era ou não permitido. Essas situações, revistas hoje, me transportam mesmo para a AD<sup>1</sup> como uma possibilidade de compreender algo que “a olho nu” não se vê, porque não está só na superfície do corpo, parte fluida, frouxa, pele por onde os sentidos escorrem.

Com o fim de nortear o leitor sobre a organização desta tese, apresentamos o modo como a dividimos tendo em vista as temáticas e questões abordadas.

Na Introdução, apresentamos as primeiras motivações para a pesquisa, procurando mostrar como se deu a inscrição do sujeito-pesquisador no quadro teórico-metodológico da Análise do

---

<sup>1</sup> A partir de agora, toda vez que usarmos as iniciais AD estaremos nos referindo à Análise de Discurso de corrente francesa.

Discurso. Assim justificamos que a primeira pessoa do singular possa irromper no discurso plural desta tese.

No capítulo 1, discorremos sobre a pesquisa da censura, anteriores a que realizamos, bem como das questões que nos propusemos investigar, os objetivos e a importância da sua realização para o campo teórico da Análise do Discurso.

No capítulo 2, apresentamos conceitos fundamentais no escopo do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso. Sem que esgotássemos a retomada dos mesmos e apresentado outros que se fizeram necessários no decorrer desta tese, também justificamos neste segundo capítulo o modo para seleção do *corpus*.

No capítulo 3, introduzimos as análises do discurso *da* censura, mais especificamente no que diz respeito à tentativa de o censor controlar os sentidos. Entre as questões que se colocaram na análise e que discutimos, destacamos o trabalho da ideologia na sua relação com a construção da posição discursiva *censor*. Foi possível iniciarmos a compreensão do trabalho da censura através do funcionamento discursivo, adentrando, por enquanto, no processo de opacização/desopacização dos sentidos, de completude/incompletude, de censura-resistência.

No capítulo 4, estamos envolvidos com a determinação ideológica de regimes autoritários – a saber, Brasil e Itália - para a produção de saberes censórios, que dialogam, repetem e se renovam. Para isso, problematizamos e procuramos compreender como esses saberes vão sendo disponibilizados na memória discursiva de diferentes – no espaço e no tempo - arquivos de censura, mas em certas condições, capazes de produzir práticas censórias muito similares.

No capítulo 5, analisamos o discurso jornalístico publicado na primeira página de um jornal, com o fim de compreender o funcionamento discursivo através de um evidenciamento de ditos, que ocorre a partir da promulgação do AI-5 e provoca um movimento na ordem do discurso. O resultado é a produção de Formações Imaginárias em favor da construção de imagens positivas sobre a situação social e política em 1968, do Regime Militar e do AI-5, ao mesmo tempo em que outros sentidos vão sendo silenciados.

No capítulo 6, analisamos o funcionamento discursivo das matérias jornalísticas que constituem o arquivo do DOPS-MG buscando compreender as relações discursivas que se estabelecem entre os ditos proibidos pelas normas para execução da censura e as matérias que constam do arquivo do DOPS-MG. Na análise, pudemos compreender que as relações de força, os sentidos em disputa, produzem novos saberes censórios sobre o que não deveria ser dito, de um lado, e produzem reação a eles, de outro. Finalmente, buscamos compreender como a censura funciona no processo de constituição dos sentidos, em que a manifestação das relações de forças reflete os confrontos ideológicos que produzem os modos de controle – censura – do que deve ou não ser dito e os modos de resistência.

Tecemos, na última parte, algumas considerações finais a fim de sintetizarmos as várias questões discutidas, buscando apresentar as contribuições desta tese. Para isso, recuperaremos os objetivos propostos e as questões que nortearam a pesquisa, relacionando-os aos resultados da análise do discurso da/sob censura.



# 1 PESQUISA SOBRE CENSURA

## 1.1 Problema, objetivos e justificativa

Meu desejo e minhas diversas formas de expressão. Creio que, neste texto, irei ao encontro dele e dele escaparei algumas vezes. Antes mesmo de dizer, serei pega pela censura, que tem me colocado diante dos lapsos, das falhas, das contradições materializadas no discurso. Parece que censura é qualquer coisa disto, um composto das nossas formas de expressão; produzimos, sofremos e resistimos o tempo todo a ela.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2004[1979]), de certa forma, nos autoriza a pensar a censura por essa via da ordem interna que a produz. O que aquele autor nos apresenta são sistemas de controle e delimitação do discurso, estabelecendo que eles ocorrem em um nível externo e interno. Há três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, do ponto de vista externo, e que dizem respeito à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. Trata-se da *interdição (palavra proibida)*, da *separação e rejeição* e da *oposição verdadeiro-falso (vontade de verdade)*.

A interdição refere-se a restrições em relação ao proferimento da palavra, ou seja, um controle sobre quem tem o direito ou privilégio de dizer, o que pode e não pode ser dito, quando e onde se pode ou não dizer algo. Assim, correspondem, respectivamente, ao: tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Surge como campo produtivo a consideração de Foucault (2004[1979]) de que a sexualidade e a política são os lugares onde essas restrições mais incidem. Onde o desejo e o poder mais excluem? Com essa alegação o autor<sup>2</sup> pretende confirmar a extensão da relação discurso-desejo, ou seja, o discurso não é só aquilo que manifesta o desejo, não é só as lutas e os sistemas de dominação, mas o próprio poder do qual queremos nos apoderar.

---

<sup>2</sup> *Ibidem*, (2004[1979])

Refletindo sobre essa forma de abordar a censura, percebemos que, sobre ela, não falta o que discutir, faltam oportunidades de problematização das questões primeiras – sua produção e estrutura – para aquém e além do período da ditadura militar. É esta discussão que pode nos ajudar a compreender a sua presença constante nos discursos, enfim, a atualidade do tema.

O questionamento que apresentaremos é fértil na medida em que pretendemos deslocar o foco dos estudos acerca da censura sobre os efeitos que ela produziu nos jornais e nas diversas formas de manifestação do pensamento – estudos relevantes e que também perpassaremos – para um trabalho de investigação sobre os aspectos que a favorecem. Mesmo que o problema da pesquisa já tenha começado a ser exposto desde o início, e continuará a ser ao longo desta primeira parte, as considerações anteriores nos impõem, neste momento, interrogar: há uma parte invariante que motiva e estrutura discursivamente a produção e incidência da censura, ordenando a sua manifestação, institucionalização e funcionamento? Se houver, em que condições ela se constitui, é legitimada e de que ordem ela é?

Dito de outra forma, parece-nos mais produtivo investigar como a censura, independente do período histórico, da formação social e do tema, se produz e funciona discursivamente. Acreditamos que um estudo a partir de “como” é que pode nos dizer mais dessa ordem que a estrutura, que nos parece invariante, que a torna mais ou menos incisiva, mas sempre presente, estabelecida possivelmente por um controle e uma ideologia mais geral que a produz.

Dito isto, apresentamos o objetivo mais geral desta pesquisa, que é compreender o funcionamento da censura, sua estrutura e institucionalização, buscando explorar teoricamente o processo no qual ela se produz e atinge a ordem do discurso. Esse fim possui muitos desdobramentos, com direções diversas, mas selecionamos um corpo de objetivos mais específicos que acreditamos ser um espaço propício de trabalho, possível de ser percorrido com base na Análise do Discurso.

Nesse sentido, analisamos os modos de produção do discurso jornalístico sob censura, tendo em vista a relação indissolúvel entre o complexo de comunicação de massa e os Aparelhos Ideológicos de Estado. Pesquisar a história dos processos de produção e veiculação de discursos

sob a intervenção do Estado é, também, uma forma de investigar a memória discursiva<sup>3</sup> em torno do discurso *da* censura, em espaço e tempo diversos, colocando a temática em um campo teórico em que a ideologia pode ser determinante para a sua produção, estruturação e institucionalização. Assim, importou também analisar as formações imaginárias construídas através dos jornais, principalmente em torno das concepções de sujeito que estavam sendo censuradas/reprimidas. Foi preciso investigar os saberes censórios que atravessam práticas discursivas, regulando a produção dos discursos *da* e *sob* censura, numa tensão que tanto busca disseminar a ideologia do Estado quanto resistir a ela.

O primado do processo censório é o controle, que atua sobre as condições de dizer e não dizer, buscando silenciar, evidenciar e produzir dizeres. O que fizemos, então, foi investigar a ordem do discurso, analisando as marcas que, materializando-se nele, produzem significação na sua relação aos aspectos históricos e ideológicos, e quanto às condições de produção dos discursos em torno da censura. A análise dessas marcas discursivas contribui, finalmente, para a compreensão dos sentidos sobre produção e circulação de imaginários construídos por regimes autoritários e sociedades sob censura.

Portanto, analisar os modos como os sentidos são produzidos impôs gestos de análise - o gesto determinado pelo dispositivo teórico, que busca trabalhar a questão da alteridade (ORLANDI, 2004[1996], p. 85) -, a partir dos quais buscamos desnaturalizar essa mesma produção, considerando os efeitos de sentido próprios do discurso. Estes gestos levaram em consideração também a opacidade dos sentidos, correspondendo, desse modo, a um trabalho contra a cristalização e evidência que se constituem em uma memória de dizer.

Esta investigação dos sentidos que estamos propondo envolverá uma investigação de diferentes posições assumidas pelos sujeitos do discurso *da* e *sob* censura. Podemos estabelecer esta relação porque, ao parar o movimento dos sentidos – e também ao buscar inscrever e cristalizar outros sentidos –, a censura institucionalizada pelo Estado autoritário pretende neutralizar as posições antagônicas a dele. Trabalhamos discursivamente o sujeito *da* censura e o sujeito *sob* censura, ou

---

<sup>3</sup> Orlandi (2003[1999], p. 31) define memória discursiva como o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

seja, concepções de sujeito que o Regime Militar pretendeu construir e concepções de sujeito que pretendeu apagar, considerando a determinação ideológica desta discursividade.

Buscamos, enfim, investigar o fato de linguagem e o fato histórico em questão partindo da hipótese de que há uma ordem ideológica geral que produz a censura, estruturando-a e instituindo-a. Com base nisso, estávamos considerando – e pretendemos mostrar – que essa parte invariante da censura deixa marcas no discurso ao atuar sobre ele, mas principalmente, que ela poderia nos apontar uma investida de poder que pretende apagar os sentidos da história, forjá-la e controlar os sujeitos através do discurso. Não havia, portanto, como não tratar de questões, na sua relação com a censura, sobre as quais se pautam justificações para produzi-la e instituí-la: a liberdade, a democracia e a Segurança Nacional.

Pensando nisso, o período considerado na seleção do material de arquivo foi compreendido entre 1964 e 1985 para análise do discurso jornalístico censurado, bem como o que foi publicado pelo jornal *Estado de Minas*. Além destes, trabalhamos também com os documentos – ofícios, pareceres e correspondências relativos à censura no Brasil – produzidos tanto por censores e agentes do Regime Militar, quanto em outros períodos históricos, como o da Ditadura Vargas ou do fascismo italiano. Os arquivos consultados no Brasil constituíram principalmente as pastas do DOPS-MG (Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais), os arquivos do Arquivo Nacional de Brasília e do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional, da Hemeroteca de Minas Gerais e do próprio jornal *Estado de Minas*.

O discurso jornalístico que constituiu o *corpus* foi o material de análise de onde se pode interpretar sentidos possíveis, os silenciados<sup>4</sup>, os evidenciados, as diferentes posições que os sujeitos podem assumir no discurso. Essa proposta de analisar o discurso jornalístico através de matérias jornalísticas censuradas centrou-se, principalmente, no fato de que poderíamos encontrar nele práticas sócio-ideológicas em contradição (PÊCHEUX, 1988[1975]), através de processos de identificação e contra-identificação, por terem tentado propagar – e propagado – certos

---

<sup>4</sup> No campo do discurso, usar os termos *silenciado*, *silêncio*, *silenciamento* é sempre através do conceito de Eni Orlandi (1995[1992]), que retomaremos mais adiante.

sentidos pela via da resistência e, ao mesmo tempo, contribuindo para a construção de um imaginário de país, dos sujeitos e dos sentidos.

Retomando o processo histórico de prática e institucionalização da censura no Brasil, nota-se que ele se constituiu em diferentes momentos quanto a determinações políticas, sociais, econômicas e culturais. Poderíamos parar por aqui – no cenário brasileiro – se a temática de que estamos tratando fosse outra. Contudo, quando a temática é censura, acreditamos que há uma determinação maior quanto às relações e conflitos de poder – crise de poder – motivada por lutas ideológicas que nos impõem mesmo considerá-la em seu universo mais amplo, tanto no que se refere a outras formações sociais, quanto a outros momentos para sua constituição histórica.

Houve fortes indícios para partirmos desta hipótese. O primeiro é considerarmos o fato de que as variações quanto ao modo de exercício da censura estejam condicionadas a certo estágio de luta ideológica. Nesse sentido, a censura seria sempre um fenômeno político, um saber constituído como efeito das relações de poder e, assim, seria tanto mais incisiva, institucionalizada e legitimada conforme, principalmente, um estado de profunda crise ideológica, de modificações nas relações de poder. Então estamos tratando de processos político-ideológicos que causam conseqüências das mais variadas, um profundo abalo no modo de conceber e construir imagens acerca das relações sociais, econômicas, das formas de expressão, dos valores e princípios éticos; daquilo que o poder produz e do modo como ele se manifesta. A censura não é específica de certas sociedades, porque surge de um processo de controle, é própria da tentativa de imposição de um poder que está sob ameaça. Porém, ela pode assumir formas, ser menos ou mais incisiva, institucionalizada, possuir justificação dogmática, doutrinária, *etc.*

Essas considerações justificam a abordagem feita a alguns resultados de trabalhos, como o de Khede (1981), sobre a censura no teatro brasileiro no século XIX, bem como o fato de termos incluído no nosso *corpus* documentos e informações relativos à censura fascista italiana. Este procedimento não está pautado na quantidade ou diversidade de material, o que nos faria trabalhar sob a ilusão da completude. A nossa pretensão foi a de privilegiar um estudo sobre os saberes censórios produzidos sob certas condições e circunstâncias. Este saberes a serem investigados estão inscritos em uma memória discursiva, constituída em arquivos de censura. No

caso desta pesquisa são arquivos institucionais que, por determinações político-ideológicas, discursivizaram as práticas, a legitimação, o funcionamento e a institucionalização da censura.

Tentar compreender esses aspectos – a nosso ver, produtos de uma ideologia mais geral – é automaticamente compreender melhor a constituição do próprio sujeito e, portanto, do próprio discurso. É nesse sentido que partimos de determinações políticas, ideológicas e históricas que não são exatamente iguais, mas, acreditamos, da mesma ordem, no sentido em que produziram práticas, técnicas, justificativas e efeitos censórios muitos similares.

Por assim dizer, além da contribuição para a construção da memória histórica nacional, está em voga a construção de uma memória da história das sociedades, que, antes mesmo da emergência política da liberdade e da democracia, instituíram e produziram saberes em torno da censura como um mecanismo de controle e manutenção do poder. Discutiremos motivações teóricas que colocam o estudo da censura no campo do discurso, portanto no campo da historicidade, da ideologia e do inconsciente.

Apresentados os aspectos que definem, segundo Orlandi (2003[1999], p. 23) a forma do dispositivo analítico, passaremos a discorrer e a comentar alguns estudos que trataram da censura e com os quais, de alguma forma, pretendemos dialogar no desenvolvimento da nossa investigação.

## **1.2 Sobre a censura**

Apresentaremos da forma mais breve quanto nos é possível – tendo em vista os diversos estudos relevantes acerca do assunto – contribuições que consideramos significativas para o estudo da censura em sua relação com a imprensa. Precisamos ressaltar, de antemão, que selecionamos aquilo que poderá nos dar uma visão geral sobre os diferentes modos como ela vem sendo abordada. Sendo assim, não é nosso objetivo apresentar todas as contribuições que constam de cada estudo de forma minuciosa; procederemos a um recorte focando os aspectos que estão, de alguma forma, associados a nossas indagações.

Existem algumas poucas concepções sobre censura que deixam margem para novas possibilidades de abordagem sobre seu próprio funcionamento. A maior parte ainda tende a limitá-la à idéia de proibição. Esse tipo de posicionamento traz conseqüências diversas sobre o próprio discurso, considerando-se principalmente que é preciso pensar que, ao proibir, pretende-se dizer algo ou atentar-se para aquilo que se quer dizer quando se proíbe. Não seria produtivo estabelecer uma relação de dependência entre censura e proibição. Além do mais, as instâncias em que dizeres funcionam como “não” são muitas, e muitas vezes é o “sim” que vai apagando e naturalizando outros dizeres.

O estudo que Orlandi (1995[1992]) fez sobre o silêncio, incluindo nele uma reflexão sobre a censura local, serve com propriedade a essas considerações. Esta autora<sup>5</sup> se refere a duas dimensões da relação entre censura e interdição. De um lado, está o impossível, o historicamente não-dizível. Do outro lado da dimensão da interdição está a censura local, um traço do formulável, porém proibido em certas condições. Compreendemos que passa por aí também o fato, exposto pela autora<sup>6</sup>, de a censura ser, muitas vezes, designada como autocensura. Os lugares de certos dizeres são tomados por uma censura eficaz que só permite ao sujeito ocupar certas posições para significar.

Trata-se de um processo de identificação, e diz respeito às relações do sujeito com o dizível. Nessa perspectiva, não há autocensura. A censura sempre coloca um “outro”. É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função do limite – que um sujeito será ou não estando sob uma ditadura, há interdições no discurso político. São censuras no sentido em que a defino (ORLANDI, 1995[1992], p. 107).

Mas se a censura impede que o sujeito ocupe certas posições no discurso, ela sempre traz no espaço mesmo do seu funcionamento a resistência, o outro sentido; censura e resistência, enfim, “trabalham na mesma região de sentidos”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup>*Ibidem*, p. 109

<sup>6</sup>*Ibidem*, p. 107

<sup>7</sup>*Ibidem*, p. 114

O que sustenta esta relação é uma nova ordem na elaboração histórica dos sentidos, incluindo aí a própria identificação do sujeito:

(...) a censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre dizer e não-dizer, mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história de sentidos; a censura é então entendida como o processo pelo qual se procura não deixar o sentido ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social etc. Isto só pode ser apreciado pensando a relação com o silêncio (ORLANDI, 1995[1992], p. 175).

Entretanto, a censura não pode ser reduzida ao silêncio. Orlandi (1995[1992], p.54) indica duas categorizações das formas de silêncio: o silêncio fundante e a política do silêncio (o silenciamento). O silêncio fundante está associado a uma relação necessária com os processos de significação, ele significa por si mesmo; na política do silêncio o dito implica não dizer outros sentidos, até porque o sujeito ocupa uma posição ao dizer. Algo era possível de ser dito, mas é apagado ao se dizer, porque não é desejável. Nessa política do silêncio, há ainda: silêncio constitutivo, ou seja, “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”, e o silêncio local, a censura<sup>8</sup>.

A autora analisa o silêncio na sua confrontação de sentidos. Retomando o período da ditadura militar brasileira, mostra como os sentidos migram, se transformam, quando a censura é incisiva e interfere no simbólico. É justamente pelo significante que se pode apurar a resistência, a constatação de que a tentativa de unicidade, do sentido *um*, gera o contrário, aponta para uma multiplicidade de sentidos. No entanto, um aspecto também relevante daquela análise é que não houve intenção de indicar as marcas lingüísticas no texto a fim de classificá-la, mas a censura foi abordada como fato de linguagem “que produz efeitos enquanto política pública de fala e silêncio. Consideramos a censura em sua materialidade lingüística e histórica, ou seja, discursiva”<sup>9</sup>. Este é um procedimento de análise de que compartilhamos, na medida em que temos um objeto – a censura - que sempre se mostrou um profícuo mecanismo de poder, um mecanismo discursivo que interfere na produção de efeitos de sentido.

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 76

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 77



Em síntese, Orlandi (1995[1992]) fala da diversidade de sentidos que pode ter o silêncio, dependendo de suas condições de produção. O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência que se contrapõe a um discurso que não lhe é próprio, e pelo qual não pode expressar seus desejos e vivências.

O que está em jogo é o modo como a censura impede o movimento de identificação do sujeito com formações discursivas proibidas (...) e o movimento de identidade do sujeito na sua relação com a história (...), trabalhando apenas o conjunto do dizível (ORLANDI, 1995[1992], p. 132).

Uma afirmativa que talvez não possa ser negada em nenhum estudo é a de que onde há imprensa, há censura. Mariani (1998, p. 75) explica que a história das tipografias mistura-se com o que hoje entendemos como imprensa em seus primórdios. Antes da metade do século as tipografias e seus profissionais sofriam já a interferência da censura:

Para as relações de poder tornou-se necessário calar esses dizeres, modificar as linhas impressas ou, se possível, riscá-las. O investimento político do poder religioso foi instituir a censura, controlando tudo que viesse a ser impresso nas tipografias, evitando, assim, a publicação de livros sem licença prévia: ficava proibido tudo que atentasse contra os bons costumes e a fé. Uma obra qualquer, para ser impressa, deveria ser submetida ao julgamento prévio dos tribunais censórios, sempre de acordo com o Rei e com a vontade da Igreja (MARIANI, 1998, p. 75).

Mattos (2005, p.7) apresenta em sua obra uma reflexão daquilo que sustenta esta afirmativa – onde há imprensa, há censura –, pontuando momentos importantes da história da censura no Brasil e no mundo. Desta história, e pelo caminho que o autor traçou, gostaríamos de ressaltar alguns tópicos. Mas antes, entretanto, estabelecemos já um deslocamento da afirmativa, que não tem o fim de anulá-la, mas de ir construindo algumas relações de projeção para possibilitar que nossas considerações no decorrer desta tese não sejam compreendidas independentemente destas que apresentamos. Também não significa que aquelas não estarão, de alguma forma, já previstas ou mesmo ditas por estas. Assim, as relações advindas do vínculo entre imprensa e censura são: onde há discurso há relações de poder; onde há relações de poder, há censura. Vamos desse modo

primeiramente refletir, com Melo (2007), sobre a relação de dependência entre imprensa em censura, para alcançarmos, na parte final deste tópico, as relações entre censura e relações de poder.

Desde logo se observa que o título do primeiro painel do congresso da Rede Alçar – “Censura à Mídia no Brasil, 1706-2006” – salta duzentos e cinco anos de história, de 1500 a 1705, justamente porque durante esse tempo não tivemos imprensa no Brasil e, por conseqüência, nada a censurar. (...) Em resumo, de 1706 a 1808, não havendo imprensa, absolutamente proibida, não houve censura no Brasil. A censura prévia, ou seja, o exame das obras para autorizar-lhes ou não a conseqüente publicação, era feita em Portugal, eis que lá, sim, havia tipografia (MELO, 2007, p. 32).

Nestes termos, podemos então condicionar a imprensa à censura, mas não o contrário. Diferentemente do que habitualmente se afirma, a censura no Brasil e no mundo não começa com a invenção da imprensa. Seria mais prudente dizer que, com o advento da imprensa no Brasil, inaugura-se também aqui a prática censória sobre esse modo de expressão. Acreditamos que a censura se inscreve em relações de poder, tem natureza ideológica e atua sobre e em função do desejo. A sua institucionalização, modo de funcionamento, força de incisão, isso sim, é variável, mas já não diz mais respeito à sua produção como mecanismo de controle dos diferentes processos e formas de expressão.

O que visamos pôr em relevo, porque cremos que não tem subsistido a afirmações que tendem a dar uma visão reducionista ao estudo da censura ao associá-la sempre ao discurso escrito, é o apagamento e a particularidade das outras formas de expressão que também foram e são alvo da censura.

Nesse sentido, centramo-nos no aspecto temporal da oralidade sobre a escrita, em modos como a censura se impunha sobre a liberdade de expressão considerando ainda tudo que há por se investigar acerca da produção de nossa história oral e da história dos processos discursivos que dela advém. De um lado, índios impedidos de falarem a sua língua, bem como os negros, ambos censurados também pelos sentidos da língua, pelos sentidos que suas culturas construíram em

séculos de história; imagens construídas pelo imaginário do Outro, do sujeito na/pela linguagem, evidenciando um saber sobre eles, como modo de subjetivação. De outro, resistência, produção de saberes, advindos do confronto entre línguas, entre culturas, entre desejos; efeitos da censura. Mas tudo isso em um mesmo espaço, simultaneamente, na materialidade do discurso.

Feita essa observação, voltemos para a imprensa, que é o gênero principal que constitui o nosso material análise. O trabalho de Mattos (2005) apresenta elementos indicadores do controle do Estado sobre os meios de comunicação, principalmente no Brasil. Parte já da ação censória sobre o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, impresso para fugir da censura. Mostra também que não se trata de uma prática simples, formatada, explícita. A própria “indústria do dano moral” representa inúmeras incógnitas para o fenômeno censório, o limite de controle e poder sobre a informação.

No Brasil, os mecanismos de controle do Estado sobre a mídia impressa ou eletrônica são vários, bem como suas técnicas, que envolvem desde a legislação até a censura policial. A criação de muitas agências reguladoras, do próprio Ministério das Comunicações, ocorreu no período da ditadura militar. Essas considerações também de Mattos (2005, p. 15), dizem respeito à busca pela manutenção de poder, bem como pela manutenção do sentido único, o oficial, leva à produção de instrumentos de controle da liberdade, faz da lei uma forma oficial de justificação do abuso que significa o cerceamento do direito à palavra, à formação de expressão. Entre os dizeres disponíveis e sentidos possíveis há o trabalho da ideologia, que, como veremos adiante, vai normalizando-os.

Também, a busca pelo poder econômico gera a censura, como discutiremos posteriormente. Nas leis que regem a comunicação no Brasil, houve muitos atos, decretos, que mesmo indiretamente acabaram por interferir na liberdade de imprensa. As leis não são muitas, nem tão comprometidas com a prática de seu teor democrático:

Lei de Imprensa (Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), o Código Nacional de Telecomunicações (Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962) e a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967). Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que regulamenta o Conselho de Comunicação Social, e a Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que regulamenta o serviço de televisão a cabo. Novo Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Com relação à censura, a Carta de 1988, que apresenta texto específico sobre comunicação social (capítulo V), em seu artigo 220, afirma que a manifestação do pensamento não sofrerá nenhuma restrição e, nos parágrafos 1º e 2º, veda totalmente a censura impedindo até mesmo a existência de dispositivo legal que “possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social” (MATTOS, 2005, p.17).

Sobre esse controle político e econômico é justamente frisado o modo como os governos militares no Brasil interferiram nos meios de comunicação, dando-lhes ajuda oficial para aquisição de materiais e equipamentos, baixas taxas, isenção de impostos, prazos especiais, empréstimos. O autor, ao abordar a censura no Brasil e no mundo, relembra os tribunais da Santa Inquisição, apenas o início de uma prática censória exercida por autoridades religiosas e governantes (MATTOS, 2005, p. 45).

Então, voltemos no tempo para explorarmos um espaço propício para o exercício da censura. Novinsky (2002, p. 26) afirma que, após o estabelecimento dos Tribunais do Santo Ofício da Inquisição (1517 a 1768), entra em cena, em 1536, a punição ao crime do livre pensar e escrever, estabelecendo a regulação da censura prévia e criando, no século XVI, a Comissão de Bispos, nomeada pelo Concílio de Trento. Surge então o *Index Librorum Prohibitorum*, a lista dos livros proibidos, determinando a censura nos governos católicos da Europa, conforme ordens da Igreja.

A censura no Brasil colonial foi rigorosa e duramente praticada pelos inquisidores portugueses. Os leigos não podiam ler a Bíblia, havia vigilância nos navios em portos brasileiros, estudantes brasileiros em Coimbra também foram presos e sentenciados. Enfim, o Estado português, assumindo o controle de tudo que fosse impresso, censurou obras de autores como Gil Vicente, Luís de Camões, João de Barros, entre muitos outros<sup>10</sup>.

Já em 1776, a Real Mesa Censória tinha em seu alvo escritores, teólogos, religiosos ligados a jesuítas; o alvo era mesmo o fanatismo, a superstição, atentado à política e à moral. Era preciso,

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 30

no período pombalino, requerer licença para ler os livros proibidos, usando o aparato da lei. Em sinal de abertura, em 1789 a censura é contestada e derrubada com a Revolução Francesa; a liberdade de imprensa é reconhecida com a publicação da Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão e fixada em 1872, por lei; a Constituição norte-americana, em 1791, colocou a liberdade de religião, da palavra e da imprensa sob proteção (MATTOS, 2005, p. 48).

Mas não nos iludamos e retomemos Badiou (1995), quando afirma que há um imaginário construído na e pela Revolução de 1792 acerca da idéia de direitos humanos. Esta idéia pressupõe um homem em geral, uma ética dos direitos do Homem, que instituem valores acerca do bem e do mal. Para o autor:

É preciso rejeitar o dispositivo ideológico da “ética”, não fazer concessões à definição negativa e vitimária do homem. Esse dispositivo identifica o homem com um simples animal mortal, é o sintoma de um conservadorismo inquietante e, por sua generalidade abstrata e estatística, impede pensar a singularidade das situações (BADIOU, 1995, p. 30).

Retornando a Mattos (2005), chegamos aos períodos em que a censura torna a imperar com força total, e esses momentos nos alçam a momentos de intensa luta ideológica e política, em que a força era a maior arma: a instituição total da censura com Hitler; no bloco socialista, China e Cuba adotam-na de forma coercitiva; na Primeira Guerra Mundial, a imprensa inglesa trabalha com o silenciamento e naturalização de sentidos, quando “não apenas deixou de registrar a verdade, mas disse uma grande mentira sobre si própria”<sup>11</sup>. O estudo ainda cita a Guerra do Vietnã, em que a imprensa aparece como responsável pelo fracasso dos militares, e a guerra ao terrorismo, em que a censura e autocensura atuaram em favor dos norte-americanos, não só justificando a guerra, mas usando a imprensa como instrumento.

Antes da ditadura militar, enfim, vale explicitar que a liberdade de imprensa também foi alvo de Getúlio Vargas, que, com o Decreto 24.776, institui a Nova Lei de Imprensa; cria, pela Lei 244, o Tribunal de Segurança Nacional; estabelece, pelo artigo 122, a censura prévia aos meios de comunicação; cria o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), com o Decreto-Lei 1.915, em 1939 (MATTOS, 2005, p. 104).

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, 2005, p. 69

Em 1964, com a Lei 4.483, institui-se oficialmente a censura federal, e mesmo com a Emenda Constitucional nº 1, de outubro de 1969, que passa a não exigir licença de autoridade para publicação de livros e periódicos, a censura após 1964 “(...) se caracterizou como um dos mais fortes elementos de controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa. Entre dezembro de 1968 e junho de 1978 os meios de comunicação de massa estiveram sob censura” (MATTOS, 2005 p. 117). Mas isto foi só oficialmente, como já ressaltado. O AI-5 (Ato Institucional nº 5) é promulgado em 13 de dezembro de 1968 e vai justamente servir para justificar as mais absurdas e violentas práticas censórias do período da ditadura militar brasileira. Atentado a jornais, assassinato de jornalista, falência de editoras, falência da informação, mas não das idéias.

Em meio a essas considerações, vale dizer que muito se produziu nesse período, no cenário artístico, na imprensa escrita – com os jornais alternativos, engajados –, um povo que combateu a força com a força, física e ideológica; produziu-se também a desorganização das formas de expressão, da ordem do discurso e da linguagem, do próprio comportamento social. Omissos, leigos, observadores, jovens, idosos, tantos que resistiram de qualquer jeito e de tantos jeitos. A censura faz falar, porque insulta um direito que não se inaugura com a democracia, com as leis ou com o Estado; a palavra é naturalmente de todos, mas sob controle social e político ela é a palavra do Estado, da Religião, da Moral, da Ética. O poder, assim, investe num assentamento das posições que os sujeitos poderão ocupar. Quando a ação é da censura, ela se materializa no simbólico, e é nele que se poderá identificar a reação.

Um dos estudos que se sobressai entre os que abordaram a censura, mais especificamente ao teatro e o trabalho dos censores, é o de Khede (1981), como já havíamos anunciado. É também uma grande motivação para a investigação que propomos acerca dos pareceres dos censores. Focando-se no intervalo 1830-1860, a pesquisa também trabalha com peças censuradas, manuscritos, jornais e outros documentos. Relevando o aspecto histórico, aponta três invariantes culturais determinantes para que o comportamento da censura no século XIX seja compreendido: o poder decisório das elites no processo político; a resistência desordenada à ideologia dominante, principalmente porque os interesses estavam condicionados a questões econômicas; diferença entre o padrão ideal e real, já que este não obedecia às determinações legais expressas pelas leis. A

técnica do exame é o instrumento ideológico da censura, e não estético, gerando a autocensura, por exemplo, à inovação temática de escritores como Gonçalves Dias (KHEDE, 1981, p. 93).

Se no século XIX a censura policial e os intelectuais-censores do Conservatório Dramático são os agentes de controle do poder monárquico, no século XX não é diferente. A pesquisa mostra a presença da censura policial, mas em vez do poder monárquico, realça a ditadura militar. Após 1964, o anonimato vai prejudicar uma análise da produção teatral, até porque a censura sobre a imprensa falada e escrita marginalizou escritores, principalmente os desconhecidos.

Um resultado importante é o que Khede (1981, p. 66) mostra sobre o grau de “(in)coerência dos julgamentos em relação às disposições legais com que os censores construía a justificação em seus pareceres”. Este aspecto também é verificado nos pareceres do período da ditadura militar. Através dos documentos, encontramos diversas correspondências oficiais discutindo a questão, tentando criar regras mais eficientes, o que reduziria, assim, a tarefa do diretor da censura federal, que deveria, em caso de discordância entre os pareceristas, dar a palavra final. E esta era uma situação comum. Também se encontram reclamações dos próprios censores, que viam práticas diversificadas serem tomadas sobre uma mesma questão. Este é o sinal explícito de que o discurso é efeito de sentidos. O trabalho do censor ou do próprio autor sobre o sentido não é de poder; o poder está acima deles. Eles controlam, até certo ponto, os mecanismos discursivos, e jamais completamente os sentidos.

Isto posto, na análise de seu objeto de investigação, Khede (1981, p. 112) explica que as metáforas podem ser usadas de forma positiva ou negativa. “De fato, as metáforas, as alegorias são altamente enriquecedoras quando traduzem a livre opção do autor. Quando são usadas como forma de fazer aprovado um espetáculo podem ser grotescas”.

Também sobre o uso da metáfora para driblar a censura durante a ditadura militar, Garcia (2000) lembra a tendência de muitos autores ao abordar o nível cultural dos censores em relação à análise que procediam e a habilidade dos autores quanto ao uso da linguagem:

As evidências até aqui reunidas mostram que os censores estavam muito atentos a um certo tipo de linguagem, mais acessível e direta, deixando passar o vocabulário rebuscado e a riqueza metafórica que não poderia repercutir em grandes públicos. Tradicionalmente, quando se discute a questão da censura no Brasil, a tendência é exaltar a habilidade dos compositores, diretores e autores em driblá-la, ao mesmo tempo em que se comenta, não sem o merecido desdém, o “*nível de cultura de médio para baixo*” das pessoas encarregadas de efetuar a censura (GARCIA, 2000, p. 129).

Nesse sentido, é a canção de protesto, a metáfora, novos dizeres que entram em cena – fé, guerreiro, oprimidos – através, por exemplo, do trabalho do Clube da Esquina<sup>12</sup>, que também faz uso da linguagem cifrada, da metáfora, produzindo uma resistência como possibilidade de transformação. É a liberdade de expressão que se busca, a fuga à opressão, e a linguagem caminha nesse espaço de desejo, se amplia em seus limites, ora impostos, ora necessários.

Orlandi (1995[1992]), ao analisar os poemas de Chico Buarque de Hollanda, encontrou maneiras diversas de fazer significar os sentidos censurados, ou seja, diferentes modos de construção de sentidos que, através do silêncio, produziram resistência. Além da metáfora, a autora<sup>13</sup> apontou outras formas de linguagem que indicavam deslocamentos de sentido: o uso do discurso amoroso para falar do político; uso de diferentes formas discursivas, como a carta que vem de fora – assim significando exílio – e a carta daqui – significando censura e repressão; o cantar em outras línguas – espanhol (Cuba), italiano e francês (exílio), português de Portugal (Revolução de Abril); as substituições como deslocamentos de sentidos; repetição, em lugares estratégicos, de certas expressões; jogo com o significante, *etc.*

Mas é por um duro caminho que a liberdade de expressão se esvai. Ela leva consigo elementos importantes de um trabalho histórico e deixa marcas que mexem com os sentidos e com o sujeito. A censura, segundo Percinoto (1999, p. 158), “corrompe a organização social porque seleciona, por razões de mercado, sociais ou políticas, a notícia-informação a ser veiculada”. Esta fala abre espaço para a discussão da verdade no tratamento da censura, e acreditamos que a questão da verdade tem, enfim, uma relação direta com a própria representação da realidade. Mais do que

---

<sup>12</sup> Na década de 60 o Clube da Esquina surge, em Belo Horizonte, como um movimento musical composto, entre outros músicos, por Milton Nascimento. Márcio Borges sugeriu o nome do grupo porque sua mãe sempre ouvia a mesma resposta quando perguntava dos filhos: “Estão na esquina, tocando violão”.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 123



isso, há nesta fala e também na próxima citação literal de Melo elementos próprios da relação que acenamos anteriormente e a qual dissemos que chegaríamos: censura e relações de poder.

Para isso vamos discorrer sobre o modo como parte do jornalismo mineiro escapou da censura no período da ditadura militar. Por exemplo, Melo (2007) mostra um outro papel que uma parte do jornalismo em Minas cumpriu durante a ditadura militar, não como resistência, mas como espaço em que a censura funcionava sem encontrar grande resistência, se comparado ao jornalismo de outros estados:

**A repressão em Minas foi menos direta, quase sem censura aos jornais.** A quantidade e a intensidade de atentados paramilitares foi bastante inferior ao verificado em outros estados, bem como a prática de tortura nas prisões, (...). **Aqui a ação dos censores deu-se de maneira indireta, preferencialmente com a propagação dos novos ideais através da grande mídia,** das igrejas, do empresariado, de associações de classe, de escolas, da cooptação de lideranças sindicais de dos governos locais, em alguma medida reproduzindo o ditado de que “mineiro não briga, articula” (MELO, 2007, p. 240, grifo nosso).

Quando chegarmos às análises, será possível compreender porque apoiamos apenas em parte os dizeres de Melo (2007, p. 240). Preferimos desde já esclarecer que nossa pesquisa não assume a censura por este aspecto quantitativo, nem a restringimos a uma concepção proibitiva. Se, de um lado, podemos concordar com a autora citada no que diz respeito à propagação da ideologia do Regime Militar pela grande mídia, de outro não podemos dizer que quase não houve censura nos jornais mineiros. E este é o momento que podemos avançar na relação entre discurso e relações de poder. A censura, seja cortando e proibindo, seja inscrevendo e cristalizando sentidos, movimenta toda uma rede de memória, buscando trabalhar os ditos em função dos sentidos que o Estado pretende fixar ou apagar. De um ou de outro modo, estamos diante de um mecanismo de repressão que, através da instituição imprensa, disseminou a ideologia do Regime Militar, tentando impor a sua verdade.

Além do exposto, precisamos abrir um espaço para frisar que não é só o discurso jornalístico que demanda relações com a representação da realidade. Os discursos se constituem na medida em que estão sempre atrelados ao político e às incitações das relações de poder, em função de valores (in)questionáveis nas sociedades, como a verdade, a ética, a moralidade, a democracia, a fé, a ordem. Para a Análise do Discurso de corrente francesa estes dizeres foram naturalizados ao longo da história da censura; eis as justificações maiores para os malgrados que ela ocasiona.

Queremos dizer que essas justificações não se construíam independentemente das condições de sua própria produção. Orlandi (1995[1992]) considera a censura como um “fato heterogêneo, pois ela pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a diferentes ordens: política, moral, estética, *etc.* Isto dependerá da ordem de discurso em que se inscrevem as regiões de sentidos proibidas”<sup>14</sup>.

Entrar num discurso sobre verdade – pela sua proximidade ao discurso sobre a própria censura – significa, de qualquer forma, adentrar no aspecto político do discurso. Um conceito básico da verdade, certamente pragmático – no sentido que concebe os fenômenos históricos por suas causas, condições, conseqüências – é concebê-la como uma “pluralidade inesgotável e freqüentemente contraditória de enunciados ou discursos que, em vista de suas conseqüências práticas, se revelam úteis ou favoráveis aos interesses de indivíduos, grupos, ou da humanidade em geral”<sup>15</sup>. A censura está aí, a verdade de um enunciado anula o outro, favorece a um; validar um é negar o outro.

A obra de Netto (1990) procura, através do pensamento político de Platão, atingir o significado de censura ressaltando justamente a proteção à verdade, argumento deste filósofo para a justificação da prática censória. Não é surpresa, como já explicitamos, que este autor (1990, p. 1) tenha encontrado também como justificação para a censura a defesa à privacidade, à segurança, respeitabilidade, *etc.*, principalmente sob regime oligárquico – Tebas, Corinto, Esparta, Atenas. A novidade do estudo está no foco que o autor dá à questão da verdade, quando busca refletir sobre o caráter político do gesto mesmo de Platão ao contestar o valor de verdade de discursos e gêneros, fazendo emergir daí a censura como um dispositivo prático. Homero, Hesíodo, a Poesia, a Arte imitativa, *etc.*; objetos de censura, a qual consiste em:

(...) de um lado, na proibição de que se componham Mitos contrários às idéias do Divino e do Humano enunciadas pelos Filósofos e, de outro, na Proibição da Leitura, ao menos no curso da Paidéia, de todas as Obras cuja falsidade foi detectada (...). Platão não dissimula, em momento algum, o caráter político desta medida (NETTO, 1990, p. 4).

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 107

<sup>15</sup> Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (versão *on-line*). Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=subvers%E3o&styp=k>

O estudo mostra ainda por que houve mitos sob censura; porque tinham o *poder* de plasmar as almas, e por isso deveriam sofrer todos os tipos de censura a fim de evitar a corrupção da *polis*. O alvo era, também, o autor, o produtor dos discursos. Em síntese, no pensamento de Platão, a censura é necessária, presente, não um mero mecanismo, mas uma garantia de proteção à verdade, ou a garantia humana da verdade comprovada e, portanto, da defesa da própria humanidade.

Tendo apresentado as primeiras reflexões e os rumos que tomaremos em nossa investigação sobre a censura, reafirmamos que a estamos concebendo como um saber produzido por uma ordem ordem ideológica geral advinda do Estado, que através das instituições, empreendendo práticas e estratégias, interfere e deixa marcas na ordem dos discursos *sob* censura.

## 2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 2.1 Sobre a teoria da Análise do Discurso

Seguindo o pensamento de Pêcheux (1988[1975]) de uma teoria materialista dos processos discursivos, três noções são importantes para termos uma visão do quadro epistemológico da Análise do Discurso de corrente francesa: discursividade, subjetividade e descontinuidade ciência/ideologia. Desenvolveremos adiante a afirmação de Pêcheux de que:

o terreno que atingimos (terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade) deve permitir-nos, de agora em diante, fundar, em seu princípio, a teoria (materialista) dos processos discursivos e, por essa via, indicar as posições relativas dos caminhos percorridos (...) (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 131).

Ao assumirmos este posicionamento teórico na investigação da censura do modo como nos propusemos, estamos distinguindo uma análise focalizada na determinação histórica dos processos de significação e que concebe a prática política como prática de produção de conhecimento. De partida a AD postula que os discursos são sempre ideologicamente produzidos, o que nos permite afirmar que compreender a censura pelos viés da ordem ideológica que a produz, legitima e institucionaliza pode ser um caminho bastante produtivo.

Contudo, os saberes científicos, para citar um exemplo, estiveram muito tempo imunes a essa condição própria do sujeito que os produzem – a interpelação pela ideologia. Ignorou-se – e ainda se ignora – o fato de que a verdade não é intrínseca ao saber produzido pela ciência ou pela lei, embora pareça ser sua condição. Mas esse desconhecimento também não foi uma fatalidade da história. No Brasil, durante a ditadura militar, antes e depois, como em outros contextos sociais, isso sempre aconteceu, e ao assumirmos que o sentido é sempre uma visão do sujeito, interpelado ideologicamente, que os discursos são ideologicamente produzidos, não poderemos dizer que a censura seja uma fatalidade; ela sempre existiu.

De início, é literalmente uma tentação pensar que a censura está sempre, e de alguma forma, na mira dos estudos de Análise do Discurso. Negar isso seria ignorar algumas poucas<sup>16</sup> – mas relevantes – pesquisas, no Brasil, sobre o tema. Ao mesmo tempo, acreditamos que as pesquisas sobre censura, mesmo considerando as mais relevantes, que a investigaram como efeito de um processo político ou mesmo abordaram-na pelo funcionamento do silêncio, não completaram o universo de um campo sempre muito produtivo, que é o do processo de produção não só do sentido, mas do próprio discurso.

Para a AD (ORLANDI, 1996), é no *Discurso* que as práticas sócio-históricas são materializadas na linguagem, uma vez que ele dispõe de formas de apropriação, pelo indivíduo falante, do universo da língua. Nesse sentido, o que temos – e esta é uma implicação no campo do discurso – é a participação do sujeito na linguagem. Estudos sistemáticos foram feitos acerca do sujeito e certamente existem produtivas correntes teóricas para tratar deste tema. Neste, adotaremos os fundamentos teóricos de Michel Pêcheux e de outros que deram continuidade às suas pesquisas.

Pêcheux e Fuchs (1975) apresentando atualizações para a Análise Automática do Discurso, postulam que seu quadro epistemológico reside na articulação de três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico – teoria das formações sociais e suas transformações, onde está inscrita a teoria das ideologias; a lingüística – teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso – teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Acrescenta o autor que “estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PECHEUX e FUCHS, 1975, p. 164). Todas essas regiões permitem acessar dois deslocamentos em relação com a história: sentido e língua. Ou seja: “A *Análise do Discurso* é a forma de conhecimento que se realiza em seu objeto – o discurso – pela conjunção de três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história” (ORLANDI, 2002, p. 65).

Nesse sentido, a *História*, pela via do marxismo, afirma a sua não-transparência; a *Psicanálise* teoriza a não-transparência do sujeito; e a *Lingüística* se constitui na não-transparência da língua. Valendo-se dessa afirmação, a língua a que esta autora se refere não é a do sistema e da forma,

---

<sup>16</sup> Conferir os trabalhos de Fábio Tfouni (2008), bem como de Lúcia Regina Insaurralde (2005).

mas “é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”<sup>17</sup>. Ao mesmo tempo, é a língua que falha, porque se constitui na ordem simbólica, enquanto, na história, o equívoco como fato do discurso é a falha da língua. Não podemos, assim, na relação com a linguagem, pensar senão em uma determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos. Pontuamos que as considerações apresentadas provocam uma abordagem inicial à subjetividade, e é o que faremos. Posteriormente, trataremos de outras noções que nos autorizam a dar continuidade ao estudo da censura propriamente dita.

Posicionada na teoria da Análise do discurso, Orlandi (2002, p. 60) discorre sobre a subjetividade e a história no que diz respeito aos seguintes movimentos: a interpelação do indivíduo em sujeito pela língua na história e o processo de individualização da forma-sujeito<sup>18</sup> histórica pelo Estado. Por se estruturar no acontecimento do discurso, a subjetividade é discursivamente importante porque permite compreender como a língua acontece no homem. Então, de um lado, este é um aspecto importante para explorarmos noções que consideramos importantes para discutirmos a censura. De outro, a figura de um agente do Estado – o censor – que tem certo poder sobre os discursos sem, entretanto, controlar o seu próprio, reclama a questão da subjetividade.

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2002, p. 68).

É assim que o sujeito se subjetiva, submetendo-se à língua. Trata-se de um assujeitamento que se traduz no processo de afetação do sujeito ao sistema significante. Vamos percorrer o modo como a autora<sup>19</sup> explica o processo de subjetivação que a permitiu compreender a articulação das três noções citadas anteriormente, a saber: discursividade, subjetividade e descontinuidade ciência/ideologia. Fundamentada em Pêcheux (1988[1975]), Orlandi entende que há um duplo

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, 2002, p.65

<sup>18</sup> Seguindo a definição de Pêcheux (1988[1975], p. 167) a identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o constitui é a *forma-sujeito*, ou seja, o sujeito afetado pela ideologia. Este autor (1988[1975], p. 182) abre um parêntese sobre a origem da expressão, através da nota 31: “A expressão ‘forma-sujeito’ é introduzida por L. Althusser (“Resposta a John Lewis”, *op. cit.*, p. 67): ‘Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 71

movimento – os quais apresentamos a seguir – na compreensão da subjetividade. O desconhecimento desses dois momentos é que dá ao sujeito uma impressão idealista da origem em si mesmo.

1º momento: A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo – que chamaremos indivíduo em primeiro grau (I<sub>1</sub>) – afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz.

2º momento: O estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado (ORLANDI, 2002, p. 71).

Mesmo sendo inter-relacionados, esses movimentos são distintos, segundo Orlandi (2002, p. 72). No primeiro momento, o indivíduo, afetado pelo simbólico, é interpelado em sujeito pela ideologia. Dessa interpelação ideológica é que a forma-sujeito histórica se constitui, com sua materialidade. A partir dessa constituição é que podemos pensar que a relação do sujeito com a linguagem depende de sua relação com as formações sociais e políticas.

Podemos agora chegar à compreensão do segundo momento, em relação aos processos identitários e de subjetivação, pelos quais o Estado individualiza a forma-sujeito-histórica, através de suas instituições e relações materializadas pela formação social. Isto faz com que os processos de individua(liza)ção – identificação – do sujeito na produção dos sentidos tenham diferentes efeitos. É justamente nesse processo de interpelação-identificação que se realiza o que Pêcheux (1988[1975], p. 134) chamou de “condições ideológicas da reprodução-transformação”.

Finalmente, não podemos deixar de sublinhar que o assujeitamento do sujeito ao simbólico pela ideologia não é total, precisamos também, com base em Orlandi (2002, p. 72), incluir, no conjunto de reflexões sobre o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso, a resistência.

Quando se refere às ideologias, Pêcheux (1988[1975], p. 144) esclarece que elas não são feitas de “idéias”, e sim de práticas, quer dizer, mecanismos que são ligados aos rituais que nos organizam, vinculados ao aparelho político-jurídico e ideológico. Dito isto, passamos à afirmação de que um

dos eixos fundamentais é a concepção discursiva de *Ideologia*, que, em Orlandi (2003[1999], p.46), é uma função da relação necessária entre linguagem e mundo, por isso mesmo condição para a constituição do sujeito e dos sentidos.

Nessa constituição dos sentidos, podemos estabelecer um eixo com Pêcheux (1988[1975], p. 160), ao dizer que a ideologia vai designando o que é e o que deve ser, fornecendo “as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem”, mascarando sob a “transparência da linguagem” o que chamou de o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Decorrem dessas considerações anteriores pelo menos duas implicações teóricas. Uma busca desfazer a ilusão de que o sentido está nas palavras, desfazer a relação de dependência entre o sentido e a literalidade do significante. Pêcheux<sup>20</sup> afirma que o sentido se constitui nas posições ideológicas dadas pelo processo sócio-histórico em que os dizeres são produzidos, ou seja, elas adquirem sentido com base nestas posições, ou a partir das *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem. É assim que este autor chega à noção de Formação Discursiva:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser* dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)<sup>21</sup> (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 160).

Uma outra implicação está traduzida no trabalho de Orlandi (2002, p. 59), que mostra como o processo de significação depende, ao mesmo tempo, da delimitação entre as Formações Discursivas. Há Formações Discursivas que correspondem a regiões que não estão mais configuradas para fazerem sentido, e por isso essas FD's<sup>22</sup> desaparecem, em relação à memória. Isso significa que as Formações Discursivas, além de não serem fechadas em si mesmas, se movimentam e não duram para sempre. Significa também que devemos considerar que há já sentidos dispostos em toda uma memória do dizer. Estamos nos referindo ao *interdiscurso*, que disponibiliza dizeres pelo já-dito, pela memória pensada em relação ao discurso.

---

<sup>20</sup> *Ibidem*

<sup>21</sup> Haroche, Henry, Pêcheux, ‘La Sémantique et la Coupure saussurienne...’, art. Cit., p. 102.

<sup>22</sup> A partir de agora, toda vez que usarmos as iniciais FD estaremos nos referindo à Formação Discursiva.



A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nesta perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2003[1999], p. 31).

É também nesse sentido que retomamos Pêcheux (1983, p. 314): “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD’s) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (...)”.

Dissemos anteriormente que a ideologia – em sua concepção discursiva – é a condição para a constituição do sentido e do sujeito; para complementar essa afirmação, dizemos que a Formação Discursiva é o lugar de constituição de sentido e de identificação do sujeito, pois nela o sentido se distingue de outro e adquire identidade, especificidade. Ao mesmo tempo, os sentidos dependem de seu vínculo em um determinado processo sócio-histórico, que aponta certas posições ideológicas (ORLANDI, 2003[1999], p. 42). Pêcheux (1988[1975], p. 161) expressa assim sua visão sobre a produção do sentido:

Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referências a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem.

Ao mesmo tempo, Pêcheux (1988[1975], p. 174) também vai conceber que o “*pré-construído*” corresponde ao “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade. Mas o sujeito do discurso, contudo, e isto é extramente importante para o estudo do censor e da censura, tem a ilusão de ser a origem do que diz, desconsiderando a pré-existência dos sentidos. Lidar com o discurso daquilo que pode ou não ser dito é interferir em um processo histórico de produção dos sentidos; é tentar controlar e forjar uma FD e, portanto, o interdiscurso.

Por isso colocamos em destaque que o modo de funcionamento da ideologia é justamente pelo apagamento – algo é apagado quando uma interpretação é dada. Podemos então abordar o efeito da forma-sujeito do discurso pelos esquecimentos que dão, como veremos, duas ilusões ao sujeito, pautadas em dois esquecimentos.

O *esquecimento n°1* é descrito por Pêcheux (1988[1975], p. 173) e retomado por Orlandi (2003[1999], p. 35) como sendo da ordem do ideológico: “ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia”. É o que lhe dá a ilusão de ser origem do que diz e funda a unidade imaginária do sujeito.

Para Pêcheux (1988[1975], p. 173) o *esquecimento n°2* faz com que o sujeito selecione, no interior da Formação Discursiva que o domina, enunciados, formas ou seqüências – em relação de paráfrase – em detrimento de outras que poderiam ser ditas. Tem-se então um vínculo – ***identificação simbólica*** – ou seja, identificação a determinados significantes na linguagem, significantes constitutivos do sujeito como efeito. Essas escolhas significam, mas não estamos sempre conscientes disso, porque é um processo que causa uma ilusão referencial, uma relação “natural” entre palavra e coisa:

(...) Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando o esquecimento n°2 cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua “liberdade” de sujeito-falante (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 175).

Na relação entre esses esquecimentos poderíamos sublinhar que as possibilidades advindas do *esquecimento n°2* – essas escolhas jamais “livres” porque emergem da inscrição do sujeito em uma FD – têm sua razão de ser em algo que vem antes, que são as determinações ideológicas que são, para ele, inconscientes. Constitui-se um corpo verbal – ***imaginário lingüístico*** – que é fruto de um efeito ideológico, apagando o processo histórico de sua constituição. Mariani (2003), nesse sentido, enfatiza que o sujeito, diante da incompletude do simbólico e se sua sujeição ao real da língua, encontra refúgio no imaginário lingüístico, uma ilusão necessária de sua unidade.

Para a Análise do Discurso interessam as posições discursivas ocupadas pelo sujeito para ser sujeito do que diz em condições histórico-ideológicas determinadas. Um dizer inscrito na ideologia, isto é, nas representações imaginárias que os sujeitos constituem face às suas condições materiais de existência, representações essas que vão se naturalizando na história. É um dizer historicamente circunscrito às redes de paráfrases, substituições metafóricas e encadeamentos constitutivos dos processos de produção dos sentidos inerentes às formações discursivas e que garantem um efeito de literalidade para as representações imaginárias (MARIANI, 2003, p. 60).

A questão da significação surge com a possibilidade da inscrição na ordem significante, na formação discursiva com a qual o sujeito se identificará. É assim que Mariani (2003) vai dizer que o “processo de constituição do sujeito também supõe um assujeitamento à ordem significante”. Deste processo emerge um outro, em que a evidência do sentido e a evidência do sujeito ser fonte do que diz vão sendo construídas, e é este o trabalho da ideologia. Ela faz com que o sujeito se esqueça de que há o pré-construído, responsável pela naturalização-estabilização dos sentidos. A identificação com a FD fica apagada para o sujeito, que está automaticamente inscrito no processo de reprodução das condições ideológicas, ao mesmo tempo em que a interpelação pela ideologia falha, inscrevendo-o no processo de transformação-resistência.

Há, na relação entre o sujeito e seu dizer, uma submissão à linguagem, na medida em que os sentidos se naturalizam através da repetição. Além disso, o efeito ideológico da evidência que emerge das relações de poder apaga a historicidade e introduz o sujeito na contradição. Mariani ressalta as evidências lexicais que estão inscritas na própria língua e que apagam a memória discursiva que institui uma normalidade, criando um “efeito de evidência dos sentidos, produzido a partir de significantes colados a determinadas significações” (MARIANI, 2006, p. 27)<sup>23</sup>.

A prática censória, nesse sentido, é um dos modos mais estratégicos pelos quais se pode compreender como os sentidos se naturalizam através do controle dos discursos – principalmente dos meios de comunicação – na constituição do imaginário lingüístico. Os sentidos seriam, nesses termos, naturalizados e organizados por um efeito ideológico que se favoreceu da transparência da linguagem, e os esquecimentos contribuem para que o homem não se dê conta de que a ideologia é, para ele, uma condição de existir discursivamente. Deste processo, emerge o sujeito centrado, que, na ilusão de ser fonte ou origem de seu dizer, se sustenta na linearidade do discurso comum, ao mesmo tempo em que é afetado pelo real da língua.

---

<sup>23</sup> <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/131.pdf>

Assim, os censores seriam interpelados pela ideologia – que fabrica a realidade sob determinadas condições históricas – e sob a ilusão de deter a rede de significações a fim de controlar sentidos desconsiderariam a incompletude, o fato de que a interpretação desliza e – pelo efeito metafórico – poderia ser outra. Enfim, é necessariamente preciso ressaltar que, no nível do interdiscurso, tanto a identificação quanto a contra-identificação com a FD são determinadas, e isso se dá dentro da ideologia. Se assim não fosse, como já dito, não haveria transformação-resistência (PÊCHEUX, 1988[1975]), a prática censória não seria uma necessidade que emana das relações de força.

Mas é preciso inscrever a questão da ética na discussão dos processos de significação. Orlandi (2002) polemiza a noção de “responsabilidade” do Estado, no sentido que o princípio ético não pode ignorar a interpretação – escopo da ideologia, do equívoco, da falta constitutiva. A ética é, nesse sentido, o resultado de uma relação em que se interpreta o político, ou, como diz Pêcheux (1988[1975]), é preciso assumir a interpretação como uma questão política.

A autora<sup>24</sup> mostra o lugar da ética nos processos de significação, pontuando a relação que ela tem com a interpretação. Mostra que os processos históricos de significação podem re-significar e des-significar, dada a sua constante movência, produzindo um esvaziamento da memória que significa pela censura e pela interdição. De sua reflexão destacamos três afirmações que consideramos mais importantes: a questão da ética está inscrita na questão da interpretação, é parte da significação; a questão da ética é uma questão geral da linguagem e de seu conhecimento, do saber discursivo; o sujeito está já-sempre afetado pela ética.

Mariani (2004) faz uma análise sobre a ética e de como ela pode ser problematizada no trabalho de interpretação. Para isso, chama-nos inicialmente atenção para a incursão do tema de forma acentuada pela mídia e também em nossa sociedade como um todo. Uma incursão que, ao questionar a (falta de) ética do poder público, foi atribuindo à mídia o papel de estabelecer e divulgar preceitos éticos. A consequência, segundo a autora<sup>25</sup> é que o lugar privilegiado da

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 47

<sup>25</sup> Mariani, 2004

política para disputas entre forças sociais vai sendo estremecido. Para Mariani (2003) há de se ressaltar um investimento discursivo constituído pelo caráter ético:

(...) compreensão dos processos de produção de sentidos, por investigar as interpretações produzidas, hegemônicas ou não, por incidir na relação da língua com a história, por considerar o sujeito dividido, está sempre retornando sobre seu papel no trabalho de interpretação. E esse é um papel ético e de responsabilidade (MARIANI, 2004, p. 21).

Orlandi (2002) nos indica que há uma questão ética nos gestos de interpretação e tal questão é própria do sujeito: gestos que excluem, apagam, silenciam, interditam percursos dos sentidos, da história, do sujeito. Esse apagamento nega ao sujeito os processos de identificação pela linguagem e pela história.

Também devemos incluir nesse processo de produção de sentidos uma motivação que é da ordem do político, e nesse sentido o trabalho da censura vai agir nos processos de identificação do sujeito, ao mesmo tempo em que vai provocar a resistência e a migração dos sentidos.

No entanto, onde há censura, como tenho dito (1993), há resistência, há migração dos sentidos para outros objetos simbólicos. E há muitas formas de migração de sentidos e resistência. Muitas vezes é preciso **calar o dizer silenciado** (porque derivou para a nostalgia, foi descaracterizado etc.) para deixar vir à tona um irrealizado, tateante, que representa as novas formas do político. E aparecem aí as falas desorganizadas, indícios de processos de exclusão (ORLANDI, 2002, p. 62, grifo nosso).

Retomando Orlandi (2002) podemos nos reportar à censura da ditadura militar, quando inúmeros deslizamentos foram necessários, mediante a migração dos sentidos para outros objetos simbólicos, como forma de resistência. Calar o dizer silenciado é um modo de se reposicionar diante das novas formas do político, é um modo de compreendermos que, de um modo ou de outro, o sujeito está sempre a resistir.

Ainda Orlandi (2002, p.63) lembra que a produção do conhecimento ocorre nessa forma de pensar a ética e o político, como ocorreu nas ditaduras na América Latina, em que diferentes manifestações de linguagem aparecem como fazendo frente à censura, revelando o modo como o Estado limita o trabalho da reflexão. De fato, o grande trabalho do Estado, ao institucionalizar a censura, é exatamente o de criar condições diversas para que as evidências se estabeleçam; para

que, no funcionamento discursivo, a censura possa criar um efeito de literalidade. Segundo a autora<sup>26</sup> o efeito da literalidade dá a impressão de que o sentido é um ou estável, enquanto o efeito do implícito dá a impressão de relativa à incompletude (no jogo do dito e não-dito). A produção desses efeitos, então, pode dar-se no nível do literal e do implícito, subentendido, ambos pautados nas condições de produção e sob sua interferência.

Pêcheux (1969, p. 75) chama de *Condições de Produção* as “circunstâncias” de um discurso que tornam possível sua formulação e sua compreensão. Orlandi (2003[1999], p. 30) retoma esta noção de Pêcheux<sup>27</sup> ao considerar que a constituição do sujeito é dependente da situação. A memória “aciona” as condições de produção, que, em sentido estrito, é o contexto imediato, ou, em sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. São as condições de produção que determinam a reunião de certos tipos de textos a partir de certas restrições consideradas estáveis, o que é um fundamento para a constituição do corpus discursivo.

É preciso comentar ainda que o imaginário também afeta o sujeito em suas condições políticas e interfere de forma determinante no modo como os sentidos são produzidos nos discursos. Dizemos, então, assumindo esta perspectiva, que há sentidos possíveis em uma dada *posição-sujeito*. É pela articulação do sujeito e do sentido com a língua e a história, imaginário e ideologia, que esses sentidos migram. O lugar do sujeito no mundo refere-se a uma posição empírica, mas é subjetivando-se que ele vai assumindo posições no discurso. Orlandi (1996[1988], p. 53) afirma a relação de dependência entre as posições do sujeito e as Formações Discursivas: “essas diferentes posições do sujeito no texto correspondem a diversas formações discursivas”. Para ser sujeito do que diz deverão recuperar as posições discursivas que eles ocupam em determinadas condições sócio-ideológicas.

Orlandi (2003[1999], p. 40) explica ainda que as imagens construídas sócio-historicamente resultam de projeções que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). É ela – a posição discursiva – que significa em relação ao contexto sócio-histórico e

---

<sup>26</sup> Orlandi (1995[1992])

<sup>27</sup> Pêcheux (1969)

à memória. O trabalho de análise não poderá ignorar isto, uma vez que é pelas posições discursivas do sujeito que poderemos compreender o modo de produção dos discursos.

Ao mesmo tempo em a produção do discurso pode ser compreendida com base na posição discursiva do sujeito, na perspectiva da AD este só pode dizer afetado pelo sistema simbólico e só vai se constituir na sua submissão à língua, na História. Ele é, no sentido como a teoria o concebe, descentrado; cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. A partir de Pêcheux<sup>28</sup>, Orlandi (2003[1999]) formula que, sendo assim, o sujeito não tem controle sobre o modo como é afetado pelo real da língua e também pelo real da história. O real da língua pode ser compreendido como uma impossibilidade de se dizer tudo, é o impossível da ordem da língua, a qual está sujeita a falhas. Na relação entre o real e o simbólico, surge o equívoco, ou seja, ponto em que a língua toca a história e o inconsciente. É no ponto em que se relaciona ao real da história – ou a contradição histórica –, que irrompe o impossível. Estamos dizendo, nestes termos, sempre de um sujeito que funciona pelo inconsciente e pela ideologia, e que o traço comum entre estas duas estruturas é operar ocultando sua própria existência. Posto isso, a Análise do Discurso concebe que a ideologia e o inconsciente são, enfim, estruturas constitutivas do sujeito.

---

<sup>28</sup> Pêcheux (1969, p. 20)

## 2.2 Metodologia e construção do *corpus*

É possível conceber que na relação saber-poder, discutida em Foucault (1987[1975], p. 66), criam-se discursos pelos quais se constata que o estudo sobre o poder normalmente remete à idéia de censura, na concepção que lhe é normalmente atribuída: que proíbe, diz não. Os sentidos de *poder*, assim como de *censura*, estão normalmente vinculados ao que ocasiona o mal, o erro, o ruim; mas o poder aponta um “sim”, “faça”; ele produz, também, resistência. Antes, é preciso compreender como o poder atua, colocar-se num determinado ponto de incidência para, dele, recuperar suas circunstâncias específicas, técnicas, instrumentos, efeitos que tem sobre o homem.

Entretanto, é preciso também compreender que este posicionamento já está condicionado pelas possibilidades de “ver” que nos foram concedidas. Há, assim, modos de compreender que nos afastam, o quanto é possível, desse ponto comum, desse lugar comum de onde todos podem visualizar o que nos é dado a ver. Está, também no gesto de analisar o modo como o poder pode funcionar e o que ele produz, uma possibilidade para compreendermos o funcionamento da censura sobre o discurso, e assim teremos compreendido mais sobre os mecanismos de controle que interpelam o sujeito.

Para Orlandi (2004[1996]), compreender como um texto funciona e produz sentido é compreendê-lo enquanto objeto lingüístico-histórico, além de explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui. Ao conceber que os sentidos se realizam materialmente na língua, não se quer dizer que os efeitos de sentidos se depreendem de uma análise de conteúdos históricos ou por identificação de funções lingüísticas na superfície de um texto. Vamos incluir, nessa concepção, o sujeito; para começar, o analista.

Na escolha seu material de análise e na seleção dos conceitos que irá mobilizar para “compreender como o objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, (2003[1999], p. 26), o analista inicia seu gesto de interpretação. Ele irá trabalhar a discursividade - considerando os fatos de linguagem em sua historicidade - para compreender como a matéria textual produz sentidos. Além disso, embora o dispositivo teórico esteja já posto pela Análise de Discurso, há uma abertura no dispositivo analítico que provém dos questionamentos e dos objetivos do



analista com o seu objeto. Indursky (1997, p. 46) considera que “a definição da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico implica mais uma vez a análise”.

O nosso *corpus* se constitui: pelo discurso jornalístico produzido no período da ditadura militar, censurado e não-censurado; normas censórias, dos documentos oficiais que constam dos arquivos de censura (como ofícios, pareceres, correspondências, apostila de curso de formação de censor) produzidos pelas diversas instâncias do regime ditatorial brasileiro e fascista italiano, que institucionalizaram a censura. Esta seleção já está vinculada aos procedimentos de análise da Análise do Discurso, cujos dispositivos compreendem o funcionamento dos processos discursivos, que estão na origem da produção dos efeitos de sentido.

Pêcheux e Fuchs (1975, p. 181) entendem o processo discursivo como “resultado da relação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies lingüísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas”. Em *Semântica e Discurso*<sup>29</sup> os autores anunciam que uma expressão *processo discursivo* designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas, *etc.*, que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada”. O que se pretende é investigar as filiações dos sentidos, gesto possível pela inscrição de elementos que advêm de seu exterior heterogêneo – em certas condições de produção – a um conjunto de seqüências discursivas. Para Courtine (1981) :

C'est de ce champ discursif restreint que sont extraites les séquences discursives qui seront soumises à l'analyse. Nous définirons les séquences discursives comme des "séquences orales ou écrites de dimension supérieure à la phrase": il faut ici indiquer que la nature même et la forme des matériaux recueillis sont éminemment variables et que la notion de "séquence discursive" est une notion floue. Elle dépend en effet des objectifs assignés à un traitement particulier: la forme des séquences discursives rassemblées en corpus ne sera pas la même s'il s'agit d'une analyse du procès de l'énonciation ou d'une "analyse automatique du discours" réalisée sur la base de séquences produites en situation expérimentale; les procédures de segmentation, qui reviennent à attribuer une forme déterminée à une séquence, sont donc elles aussi variables (COURTINE, 1981, p. 25).<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> *Idem*, 1988[1975], p. 161

<sup>30</sup> Definiremos seqüências discursivas como “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase”: é necessário indicar que a própria natureza das formas materiais é eminentemente variável e que a noção de “seqüência discursiva” é uma noção fluida. Ela depende com efeito dos objetivos destinados a um tratamento particular: a forma das seqüências discursivas reunidas em corpus não será a mesma se trata-se de uma análise do processo de enunciação ou de uma “análise automática do discurso” realizada sobre a base de seqüências produzidas em situação

As seqüências discursivas são organizadas, no interior do *corpus*, através do recorte feito pelo analista, e permitem trabalhar no nível interdiscursivo, pelas repetições. Mas estas seqüências também se organizam em um nível sintagmático – o intradiscurso –, assim definido por Pêcheux:

Funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 166).

A partir da leitura desse material, faremos recortes. É o texto que os organiza e tem compromisso com as condições de produção. Entretanto, são os recortes, e não o texto inteiro, que indicam as características do processo de significação. Trabalhar com recortes na análise visa a não-exaustividade horizontal ou a completude em relação ao objeto empírico (Orlandi, 2003[1999]).

Ainda para a autora:

Esses recortes, por seu lado, não são o fato do analista mas da relação do analista com o material de análise, na detecção dos processos significativos que nele se inscreve. Uma vez detectado um processo significativo relevante para o tema e o objetivo da pesquisa, ele deve ser procurado ao longo do *corpus*, pelos recortes (ORLANDI, 2003b[1998], p.11).

É do recorte do *corpus* empírico que selecionaremos as seqüências discursivas, que comporão o *corpus* discursivo, centrado em uma “postura teórica da AD” (INDURSKY (1997, p. 46). Esta autora acrescenta ainda que ele se constrói em um espaço discursivo em que sucessivas coletas conduzirão “o analista a identificar, no *corpus empírico*, seqüências discursivas para integrar o *corpus discursivo*, na qualidade de objeto específico de análise. As seqüências serão, assim, organizadas a partir de um recorte e extraídas de cada domínio – unidade - discursivo do corpus”<sup>31</sup>. O *corpus* discursivo, ou seja, aquele sobre o qual incidirá a análise, é composto por seqüências discursivas extraídas de matérias constantes do acervo do DOPS, de Arquivos e bibliotecas, de matérias publicadas pelo jornal *Estado de Minas* e de outros arquivos a serem pesquisados e constituídos na Itália. Desse modo, os recortes representam domínios discursivos diferentes.

---

experimental; os procedimentos de segmentação, que tornam a atribuir uma forma determinada a uma seqüência, são eles também variáveis (tradução nossa).

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 46.

Entretanto, entendemos com Mariani (1998), ao explicar o modo de construção de seu *corpus*, que o trabalho de recorte de seqüências discursivas sobre o qual a análise incide advém da finalidade de constituir o *corpus* específico de análise. Só depois o arquivo vai sendo construído, ou seja, “um conjunto de seqüências discursivas (*sd*) recortadas deste corpo preliminar de textos”<sup>32</sup>.

Apresentamos, assim, o nosso *corpus* empírico:

- **Corpus empírico constituído no Brasil** (intervalo entre 1964 e 1985):

- a) matérias jornalísticas constantes do DOPS-MG<sup>33</sup>;
- b) matérias jornalísticas do *Estado de Minas* (1968) efetivamente publicadas;
- c) discurso *da* censura/Regime Militar e normas censórias (Arquivo do DOPS-MG);
- d) pareceres e ofícios produzidos pelos militares e censores (Arquivo Nacional de Brasília e DOPS-MG);
- e) apostila do curso de formação de censores (Arquivo Nacional de Brasília).

- **Corpus empírico pesquisado, coletado e constituído na Itália** (intervalo de tempo entre o período fascista italiano (1922-1943):

- a) ofícios, tele-expressos e outros documentos oficiais produzidos e trocados pelo regime fascista italiano sobre censura, que fazem referência ao Brasil, no período da ditadura Vargas<sup>34</sup>;
- b) textos e outros documentos acerca da prática censória e do discurso da censura do regime fascista italiano<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 52

<sup>33</sup> As matérias do ano de 1964 constam do arquivo do DOPS-MG, no Arquivo Público Mineiro, pasta 5269, pasta 0081, pasta 0070. As matérias de 1968 constam da pasta 0075{2}. As matérias de 1970 constam da pasta 5321, 5322, 5327, 5318, 5323 e 5326.

<sup>34</sup> Arquivo Central de Roma, Itália.

<sup>35</sup> Arquivo Central de Roma, Itália.

Como se pode observar, determinamos um limite temporal e espacial que compreende o período da ditadura Vargas (1937-1945), da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985) e do fascismo italiano (1922-1943). No período fascista, por exemplo, a primeira lei contra a liberdade de expressão é decretada em 1923. A justificativa para estas escolhas está na própria finalidade da análise e de nossos questionamentos, pois acreditamos que essas determinações podem contribuir para a investigação de uma determinação ideológica que estaria produzindo essa parte invariante da censura, já que encontramos justificações muito similares para sua prática e também para sua legitimação.

Já as matérias censuradas serão consideradas sem que especifiquemos previamente os jornais, até porque elas são constituídas tanto de jornais alternativos ou independentes – mais visados pela censura – quanto pelos de referência. Mas a razão maior dessa diversidade é que encontrar matérias que foram de fato censuradas não é tão fácil quanto possa parecer. Já encontramos matérias que continham marcações de veto feitas pelos censores (v, X, /) (Anexo 4) sobre as anotações, mas que, conforme constatamos no arquivo dos jornais, foram publicadas e circularam. Mas acreditamos que o fato mesmo de haver essas indicações pode ser já o sinal daquilo que serviu depois para a própria elaboração das normas para execução da censura enviadas aos jornais, ou seja, para uma censura prévia, que gerava também o silenciamento.

Assim, quanto a essas matérias censuradas, privilegiamos o arquivo DOPS-MG, arquivo ao qual pretendemos dar uma visibilidade, bem como as matérias do *Estado de Minas*; enfim, as matérias sob censura; este é o nosso *corpus* fechado. Constituem nosso *corpus* aberto documentos diversos sobre a censura, sempre dentro do intervalo histórico que já delimitamos, que constam do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional em Brasília, de outras bibliotecas e também do arquivo de censura fascista. Enfim, nestes últimos arquivos estamos diante de um *corpus* também fragmentado e heterogêneo. Retornaremos e nos aprofundaremos mais sobre os arquivos em outro capítulo.

Em tempo, há ainda há uma questão preliminar que precisa ser apresentada. Como nosso *corpus* consta de material de arquivo, há um pré-recorte que resulta de um gesto de leitura do arquivo ou,

no sentido amplo de Pêcheux (1994[1982], p. 57), gesto de leitura do “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Desse modo, uma questão que constitui as condições de construção do *corpus*. Os arquivos da ditadura estão ainda sendo abertos, digitalizados; portanto estão, eles mesmos, em fase de construção. Isto se refere principalmente ao acervo do DOPS-MG, que somente a partir do final do ano de 2005 ficou disponível para consulta do público e ainda está em fase final de digitalização.

Com Pêcheux (1994[1982]) podemos considerar que trataremos de *corpus* de arquivos institucionais. O autor o concebe como enunciados que foram conservados e são objeto do trabalho dos historiadores. O autor<sup>36</sup>, nesse sentido, indica os historiadores, filósofos, pessoas de letras como os profissionais da leitura de arquivos, que “têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos”. Pontuamos, nesse sentido, que a análise da constituição processos de significação, que é o empreendimento da AD, inclui a leitura do arquivo como um momento de reflexão acerca do funcionamento discursivo do processo de compreensão. É assim que Orlandi (1996[1988], p. 101) vai pôr o leitor em relevo na tarefa de produzir sentidos, em condições determinadas; escritor e leitor estão juntos nesse processo, e a história nele se impõe. Para a autora:

Uma outra forma de ver a questão da interpretação é a que se vincula ao arquivo. Refletindo-se sobre esta questão, na perspectiva do arquivo tal como o faz Pêcheux (1981), pode-se chegar ao fato de que há uma divisão social do trabalho da leitura, de tal modo que ela tem suas diferentes formas na história (...) (ORLANDI, [2004]1996, p. 66).

Postas essas concepções que julgamos pertinentes, reiteremos que nosso *corpus* é constituído, assim, por dois *corpora*: o discurso jornalístico censurado e não-censurado para o *corpus* constituído no Brasil, e outro, que se refere aos documentos oficiais *da e sobre a censura*, para o *corpus* constituído no Brasil e o que foi constituído na Itália. Com estas palavras podemos passar aos comentários acerca dos jornais e arquivos selecionados, como forma de apontar razões para tal procedimento.

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 56

### 2.3 Justificando e apresentando as escolhas para constituição do *corpus*

Anteriormente, justificamos a escolha da inclusão de um arquivo de censura do período fascista italiano para tratamento da censura, bem como o período de referência. Já a escolha do jornal *Estado de Minas*, um jornal de referência<sup>37</sup> em Minas Gerais, fundado em sete de março de 1928, deve-se principalmente a um certo saber que construí na posição de leitora mineira, em primeiro lugar. Não que esta tenha sido exatamente uma escolha consciente para todos os leitores; durante muitos anos não foi para mim mesma. Ele é e sempre foi jornal de referência, “o Jornal dos mineiros”. Durante décadas muitos não consideraram que havia outros jornais *para* mineiros ou simplesmente outros jornais. Era *natural* que o lêssemos. Hoje, o tablóide *Super notícia*, que atinge principalmente as classes B, C e D, supera o *Estado de Minas* em vendagem.

Pesquisar o acervo do jornal, diretamente no *Estado Minas*, nos fez visualizar melhor a notícia como produto, o Jornal como empresa. Quando encontramos as matérias do período da ditadura militar, microfilmadas, isto ficou claro com a resposta para o meu questionamento do alto preço da cópia de uma página: a informação é vendida. Disso já se sabe, mas às vezes é possível – necessário? – que isso seja, de alguma forma, esquecido. Na Hemeroteca de Belo Horizonte o acervo do jornal *Estado de Minas* está também disponível para consulta e nos serviu para selecionar as edições de que precisávamos. Agrupado por mês/ano, este material de análise foi importante para chegarmos ao imaginário de sujeito e de país que o Regime Militar estava construindo, bem como para compreender a natureza de sua determinação político-ideológica. Além disso, o silenciamento e evidenciamento dos dizeres foram analisados como modo de, também, entender como política e censura exercem poder sobre o movimento discursivo.

O limite do recorte temporal para o trabalho com as matérias de jornais pautou-se em dois acontecimentos históricos: o início é justamente o momento de estabelecimento da ditadura militar no Brasil – meses de fevereiro, março e abril de 1964 – e o final alcança janeiro de 1985, ano em que as eleições confirmam o fim da ditadura militar no Brasil.

---

<sup>37</sup> Dizemos jornal de referência considerando a elevada tiragem em relação a outros jornais de Minas. Segundo Mariani “a imprensa de referência enuncia de um lugar historicamente constituído e o faz em nome de terminados segmentos da sociedade” (MARIANI, 1998, p. 66), um processo determinante no modo como a imprensa vai construindo discursivamente uma referência para os sentidos em certas direções.

Como ressaltado, é também sobre o arquivo do DOPS que recai nossa atenção. Ele foi tratado por técnicos, digitalizado, organizado, suscitando uma prévia orientação de leitura dada por essa ordem advinda do seu processo de constituição; antes disso, também é preciso considerar que o que se encontrará ali são informações já selecionadas pela Polícia Política de um Regime Militar. A princípio, a própria notícia de que os arquivos do DOPS-MG deveriam estar liberados para consulta pública me despertou atenção especial. Além de ser mineira e ter experiência docente no curso de Jornalismo, já estava particularmente atraída pelo estudo da censura. O modo como o arquivo do DOPS-MG se relaciona com o controle dos discursos nos é particularmente importante.

Um procedimento de análise da produção do sentido que se faz necessário é a análise do funcionamento parafrástico, ou seja, analisar, no interdiscurso, as regularidades nos modos de produção de sentidos em recortes discursivos. Para Pêcheux e Fuchs (1975):

A produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isso equivale a dizer que é partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 169).

Isto é possível porque, segundo Orlandi (2003[1999], p. 129) a repetição é um elemento que se inscreve no interior mesmo da ordem discursiva, já que os sentidos se repetem tanto “sincronicamente”, na superfície lingüística, quando “diacronicamente” no fio do tempo, fazendo que reapareçam os mesmos temas e formulações. A fala retoma o que ignoramos pertencer ao já-dito. Para a autora todo o funcionamento da linguagem está pautado na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer.

(...) Na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (...) a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2003[1999], p. 129).

Como estamos analisando também o discurso jornalístico, retomamos Mariani (2003), para quem analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época, pois ele se comporta como uma prática social produtora de sentidos e, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Como qualquer outra prática discursiva este discurso integra uma sociedade, sua história, ele também é história, ou melhor, “ele está entranhado de historicidade”<sup>38</sup>. Portanto, irrompem na análise das matérias jornalísticas apreendidas pelo DOPS-MG, e pelo discurso produzido pelo jornal *Estado de Minas* imaginários diversos – do Regime Militar, dos subversivos, de povo e nação, dos desejos, *etc.* – que se apresentam tanto como processo de neutralização/apagamento da diferença, de estabilidade de sentidos, como sinais resistência a esse processo.

Esses são procedimentos que permitirão adentrar nesse espaço em que as imagens de si e do outro são construídas. Na visão de Pêcheux (1969) as formações imaginárias correspondem aos lugares determinados na estrutura social, que estão representados no processo discursivo. Nas seqüências discursivas que serão analisadas interessam as imagens que o sujeito do discurso atribui a si e aos outros, ou seja, a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso. Considerando as formações imaginárias, podem ser citadas as que se seguem, além de outros desdobramentos que delas advêm: IA(A): a imagem que A tem de si mesmo: “Quem sou eu para que eu lhe fale assim?”, IA(B): a imagem que o locutor A tem do seu interlocutor B: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, IA(R): a imagem que A tem do referente, ou daquilo de que se fala: “De que eu lhe falo?”, IB(R): a imagem que B tem do referente: “De que ele me fala?” (PÊCHEUX, 1969, p. 83).

Dessa forma, na análise, as denominações poderão ser trabalhadas não exatamente como modo de caracterizar os que estavam contra e a favor do Regime Militar, mas como modo de significar,

---

<sup>38</sup> *Idem*, p. 33.



como um mecanismo pelo qual o processo social interfere na produção de sentidos, dado que se organiza na ordem do discurso e não na ordem das coisas, remetendo-o para a exterioridade.

Enfim, rompendo a cúpula de vidro em torno da construção de uma realidade, encontram-se imaginários passíveis de compreensão pela análise do processo discursivo. Para isso, concordamos com Mariani (1998, p. 24), a historicidade – e não a história – é o modo de entrar no discursivo, não se trata da cronologia ou evolução, mas da produção simbólica ininterrupta que organiza, na linguagem, sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer.

### 3 SUJEITO E ADMINISTRAÇÃO DOS SENTIDOS: A ‘LÓGICA’ DO CENSOR

#### 3.1 Um sujeito chamado censor

"Tudo no Estado, nada contra o Estado e nada fora do Estado"<sup>39</sup>. Esta conhecida frase de Duce Benito Mussolini nos faz compartilhar das tantas afirmações de que, para muitos, não há ‘lógica’ nas diferentes justificativas dos censores e documentos legais que pretenderam legitimizar e justificar a prática censória, a não ser servir aos interesses do Estado. Esses atos e legislações são determinados por uma ordem que é a da ideologia de quem predomina nas relações poder. Havia um aparato para tentar impedir justamente a subjetividade, um aparato bastante falho, como os próprios censores ressaltavam. Tivemos a oportunidade de confirmar isto em outros momentos, seja pelas normas censórias, seja pela análise das orientações destinadas aos censores em formação, sobre como neutralizar e cortar sentidos considerados, por eles, como subversivos.

Foi também por uma análise da posição discursiva censor, cuja variação ocorre em função das condições históricas de produção, que procedemos ao estudo da censura como um processo contínuo, ininterrupto, extenso; mais ou menos incisivo, mais ou menos praticado e sempre autorizado pela ideologia e relações de poder. O censor é aquele que aparece no momento em que a censura já não é mais considerada como início de um resfriado sem importância – no sentido em que ela simplesmente faz parte do discurso -, mas torna-se uma doença séria quando altera as condições normais de produção, ou seja, quando o organismo já não resiste naturalmente a ela. O censor é agente de um tipo de censura que deixa muitas marcas no discurso, ainda que algumas não sejam explícitas na sua materialidade. Se doença, esse tipo de censura pode se tornar - seja pela figura do censor, seja sob a anuência de uma legislação ilegítima - uma epidemia, desde que haja condições propícias. Independente da gravidade, estamos tratando principalmente de sujeito, de ideologia, de processo de produção e controle dos sentidos.

Antes, entretanto, discorreremos sobre o censor, profissional a serviço do Regime Militar, para depois ir construindo essa posição-sujeito – agente censor – presente no discurso da censura. Nesse entremeio, apresentaremos outras noções teóricas da AD relevantes para este trabalho.

---

<sup>39</sup> Discurso de 9 de dezembro de 1928 na Câmara dos Deputados.

Ser um cão de guarda é, em primeiro lugar, ser fiel. E, pelo que diz respeito ao cão, a fidelidade é algo que o constitui, uma virtude. Mas, quando Kushnir (2004) intitulou seu livro de *Cães de guarda*, certamente fazia alusão a uma fidelidade, a uma disciplina e vigilância que são constitutivas da função de censor. “Cães de guarda” foi a designação dada por Kushnir (2004) aos censores que trabalharam para a censura durante a ditadura militar no Brasil. A princípio, há a questão da ideologia que o interpela, há a ideologia do poder que o sustenta e há o modo como ele, sujeito inscrito no campo da linguagem, também escapa.

Como concerne a todo conceito, ressaltamos o aspecto ideológico do censor: *I-* na antiga Roma, magistrado que recenseava a população, cuidava da arrecadação dos impostos e era responsável pela manutenção dos bons costumes. Atentemos para o fato de que a “manutenção dos bons costumes” é uma das mais comuns e subjetivas justificativas para o ato censório, e isto em qualquer lugar onde tenha sido institucionalizada a censura; *II-* funcionário público que se encarrega de examinar obras ou realizações de cunho artístico ou cultural, assim como os meios de comunicação de massa, com fins de censura, esp. (sic) política e moral, aquele que aplica a censura<sup>40</sup>. No dicionário Aurélio (1986)<sup>41</sup>, o conceito de censor é praticamente o mesmo: *I* – funcionário público encarregado da revisão e censura de obras literárias ou artísticas, ou da censura aos meios de comunicação de massa: jornais, rádio, etc; *II-* Entre os romanos, magistrado que recenseava a população e velava pelos bons costumes.

Portanto, uma tarefa de confiança e de vigilância. A primeira é a base para que as outras pudessem ser cumpridas. A tarefa de confiança, de lealdade à causa, é uma premissa para quem tem a função de censurar. Ou seja, não é que o cargo exige do homem ser correto e leal, é que a função exige praticar a não-desconfiança, praticar a lealdade à causa. Lealdade e dedicação são, inclusive, marcas comuns dos fechos de documentos oficiais e correspondências dos órgãos do Estado durante a ditadura (Anexo II).

---

<sup>40</sup> Estes conceitos foram extraídos do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em [www.uol.com.br/houaiss](http://www.uol.com.br/houaiss). Acesso em maio e junho de 2008.

<sup>41</sup> Estes conceitos foram extraídos do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Ferreira, 1986).

É na abrangência dos deveres de quem presta serviço ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que se pode assim inferir que a *lealdade* a que nos referimos sobre a primeira tarefa do censor não é mesmo espontânea, como também podemos confirmar com Ladeira (1971) no *Manual de Organização e Práticas Policiais*:

Possuir os seguintes requisitos:

- a) amor à causa;
- b) patriotismo;
- c) honestidade;
- d) disciplina (LADEIRA, 1971, p. 371).

Enfatizando a função policial do censor, diz ainda Ladeira (1971) que:

O policial arguto, **leal**, eficiente e que, realmente, queira prestar serviços proveitosos ao Estado e ao povo, não olvidará em nenhum momento que, acima de tudo, ele é um **vigilante** da ordem e da tranqüilidade pública. Procurará, pois, manter-se atento, não só para prestar, a qualquer momento, um relevante serviço, como para ir enriquecendo seus conhecimentos policiais (LADEIRA, 1971, p. 365, grifo nosso).

Mas como veremos, é a partir da aceitação tácita do que deve ser considerado subversivo ou não, dos sentidos possíveis ou do sentido único que o Estado autoritário pretende difundir em seu favor, que o censor demonstra exercer bem a sua primeira tarefa. Como garantir que sujeitos, a partir do momento em que ocupam o cargo de censor, construam os mesmos sentidos e considerem outros subversivos senão pela aceitação de sua função de entender o que é que é para ser entedido e ser sumariamente leal à causa do Estado? Ocupar a posição-discursiva censor é, antes, ocupar o cargo de censor e, portanto, ser leal à causa; é automaticamente identificar-se a essa posição e evitar a própria resistência, já que sua tarefa segunda é justamente vigiar e punir a resistência. Não há, contudo, como garantir tal literalidade dos sentidos.

Pretendemos agora apresentar um pouco do trabalho do censor e de quem exercia essa função, do modo como a censura esteve prevista na estrutura hierárquica do Estado, principalmente durante o período da ditadura militar no Brasil.

Segundo Khede (1981, p. 61), em seu trabalho acerca da censura ao teatro no século XIX, os censores oficiais ligavam-se diretamente ao Conservatório Dramático<sup>42</sup> ou ao poder da Polícia; os censores officiosos eram autoridades ou pessoas de prestígio que eventualmente interferiam na decisão censória. Pertenciam à elite cultural e/ou econômico-política do Império.

No Brasil, com a legislação de 1924, o censor aparece oficialmente como um cargo para controlar atividades de diversões públicas, sempre atrelado à Polícia. Avançando no tempo, Kushnir observa que:

Isto posto, quando o Serviço de Censura foi aparelhado, disseminou-se a base de um modelo que perdurou por um tempo considerável. Além disso, sempre que a temática da censura foi alterada na legislação, calcou-se nessa idéia básica lançada em 1932. E, pelas diretrizes desse decreto, instituiu-se uma comissão de censura, composta por cinco membros: um representante do chefe de polícia; um representante do juiz de menores; o diretor do Museu Nacional; um professor designado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública; e uma educadora indicada pela Associação Brasileira de Educação (KUSHNIR, 2004, p. 168).

É importante introduzirmos uma nota de esclarecimento no que se refere à censura e sua legislação. No caso da ditadura militar no Brasil, constata-se uma necessidade por parte do governo de legislar sobre os atos censórios, ainda que tenham sido estes por demais arbitrários e, muitas vezes, incoerentes quanto a essas mesmas leis. É o que podemos entender neste trecho da entrevista com Carlos Lucio Menezes (ex-censor)<sup>43</sup>:

---

<sup>42</sup> Segundo Khede (1981, p. 56) o Conservatório Dramático atuou no Rio de Janeiro, sede da Corte, em dois momentos: de 1843 a 1864 e de 1871 a 1897. Apesar de ter sido criado para motivar nacionalmente os assuntos dramáticos, assumiu o controle censório das peças, fundamentado na veneração à religião, o respeito aos Poderes Políticos da Nação e autoridades constituídas, a guarda da moral e decência pública, a castidade da língua e aquela parte relativa à ortoépia (Khede: 1981, p. 18-19).

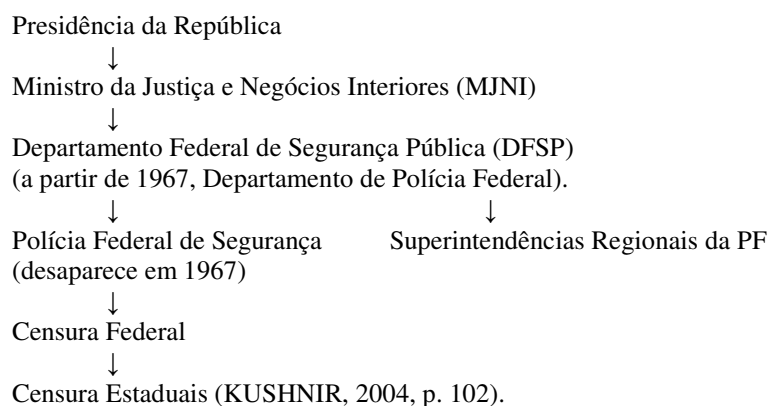
<sup>43</sup> O ex-censor Carlos Lúcio Menezes cedeu entrevista no dia 2 de novembro de 1998, por telefone, ao *site* [www.chicobuarque.com.br](http://www.chicobuarque.com.br), de editoria de Wagner Homem, que explica que “a idéia da entrevista surgiu quando eu falava com um amigo sobre o referido *site*. Ele me disse que seu pai havia sido censor. Mesmo sem saber se ele tivera ou não alguma relação com as tesouradas na obra de Chico, pensei em entrevistá-lo”. Disponível em <http://chicobuarque.uol.com.br/sanatorio/censor.htm>. Acesso em fevereiro de 2007.

A censura prévia, em que era obrigatório todo mundo mandar todos os textos antes, após a revolução de 64, foi institucionalizada quando? Bom, depois que nós **fomos convidados** (no grupo, tinha outros jornalistas, tinha até psicólogos, professores, pedagogos), fomos submetidos a um curso intensivo na Academia Nacional de Polícia, para podermos verificar a legislação e nos prepararmos para exercer a censura. Quer dizer, não éramos censores. Então, fomos convidados para exercer esse cargo, nos deram a legislação vigente e, em seguida, nos colocaram na Academia de Polícia para fazermos cursos. Aí foram vários cursos sucessivos. Durante o período que eu estive lá, sempre tinha  **cursos de reciclagem**. A institucionalização veio, praticamente, nesta época da criação da censura aqui em Brasília. Fizemos uma coletânea da legislação e verificamos que havia necessidade de uma institucionalização para que ela pudesse ter o amparo da Constituição. **Aí foi feita a lei, tranqüila...** (Carlos Lúcio Menezes, grifo nosso).

Retomando a fala do ex-censor Carlos Lucio Menezes, realçamos, em primeiro lugar, que antes de haver os concursos públicos para censor federal, a censura prévia foi institucionalizada com a realização de cursos de reciclagem para profissionais de algumas áreas intelectuais, então convidados para exercê-la. Frisamos que a legislação censória foi institucionalizada para que tivesse o amparo da Constituição e, como veremos adiante, na Constituição de 1967 o cargo de censor federal será estabelecido.

O ex-censor Carlos Lucio Menezes ainda diz que, com a Constituição de 1988, o cargo de censor ficou praticamente inexistente, assim muitos se adaptaram a outras carreiras, como Delegado, Relações Públicas, dependendo do curso que tinham. Com efeito, a Constituição de 1988, artigo 23, determinou que os ocupantes do cargo de censor federal continuassem exercendo funções compatíveis a este, bem como previu o aproveitamento dos Censores Federais. Além disso, o artigo 220, parágrafo 2º, veda qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

É preciso, entretanto, enfatizar que, no período da ditadura militar, a censura estava incluída na estrutura governamental, e o censor possuía um cargo previsto nas instâncias censórias. Sobre esta estrutura, Kushnir (2004, p. 168) nos informa que a questão censória foi circunscrita ao Decreto nº 20.493, no período anterior a 1964. Já em novembro de 1964, no governo de Castelo Branco, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) foi reorganizado, mas a função da censura continuou com esse departamento. Até 1988 a estrutura do organograma burocrático ficou assim:



No que diz respeito à formação de censor, com base na Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, parágrafo 1º, acerca do provimento de cargo da série de Classes de Técnico de Censura, observado o disposto no artigo 95, parágrafo 1º, da Constituição, “é obrigatória a apresentação de diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia”. A Lei dispõe ainda:

Art. 14º - Fica alterada para Técnico de Censura a denominação das classes integrantes da atual série de Classes de Censor Federal, Código PF-101, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal.

Art. 16º - O Conselho Superior de Censura compõe-se de um representante:

- I. do Ministério da Justiça;
- II. do Ministério das Relações Exteriores;
- III. do Ministério das Comunicações
- IV. do Conselho Federal de Cultura;
- V. do Conselho Federal de Educação
- VI. do Serviço Nacional de Teatro
- VII. do Instituto Nacional do Cinema;
- VIII. da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor;
- IX. da Academia Brasileira de Letras;
- X. da Associação Brasileira de Imprensa;
- XI. dos Autores teatrais;
- XII. dos Autores de Filmes;
- XIII. dos Produtores Cinematográficos;
- XIV. dos Artistas e Técnicos em espetáculos de Diversões Públicas;
- XV. dos Autores de Radiodifusão.

Quanto à remuneração, Kushnir (2004, p. 159) assinala a razão de todo esse empenho à carreira policial de censor, que em 1987 possuía um *status* comparável aos funcionários da Receita Federal e do Corpo Diplomático e recebia em torno de 18,65 a 41,45 salários mínimos. Era também nesse sentido que a função de censor, assim como de outras do governo militar, era gratificativa e obtinha uma espécie de devoção e de amor à causa.

Enquanto leal, o censor deve exercer a vigilância, outra tarefa do guardião da censura, das decisões, da ideologia, dos sentidos. Como já sinalizado, ele vem de fato à cena no momento em que já irrompeu - aos olhos até dos menos atentos, ou dos diretamente afetados - a violência simbólica, a censura. A fim de nos aproximarmos mais das condições reais dessa função, ressaltaremos algumas orientações relativas à formação de censor ou a legislações que a ele se refira, o que também nos permitirá compreender alguns de seus procedimentos.

Inicialmente, vale lembrar o modo como Marx localiza a censura no bojo de uma força estatal – a polícia política - que vai justamente determinar, de forma muito peculiar, sob qual orientação ideológica ela será exercida, como e por quem.

*Uma lei de censura é uma impossibilidade, porque seu objetivo é o de punir, não ofensas, mas opiniões; porque não pode ser outra coisa que aquilo que o censor formular; porque **nenhum Estado tem a coragem de formular através de princípio legais e universais aquilo que pode ser feito na prática através de seu órgão**, o censor. Também é por isso que a administração da censura é confiada, não aos tribunais, mas à **polícia** (MARX, 2001[1980], p.68, grifo nosso).*

Se a administração da censura é confiada à própria polícia política, como já ressaltava Marx, não se pode esperar que haja, no escopo da atuação do censor, um compromisso com a justiça em termos do julgamento de opiniões. O julgamento não é, nesse sentido, de responsabilidade dos tribunais, mas o censor, com o poder de polícia, é quem vai dizer o que é ou não permitido, restringindo seus próprios poderes; portanto, isso não pode estar previsto em leis de censura.

Desse modo, cargo de censor está justamente estabelecido pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1967, em seu anexo IV, relativo ao “Serviço: Polícia Federal”: Número de cargos (7), Série de Classe ou classes (Censor Federal “B”), Código PF-101-18-B, nível 18, Acesso Inspetor de Polícia Federal “A”, Qualificação (curso colegial); - Número de cargos (13), Série de Classe ou



classes (Censor Federal “A”), Código PF-101-18-A, nível 17, Acesso Inspetor de Polícia Federal “A”, Qualificação (curso colegial).

Passemos então a analisar a função e a prática censória considerando as disciplinas do Currículo do XII Curso de Formação Profissional de Censor Federal<sup>44</sup>. Voltado naquele momento da ditadura para atividades de nível superior, envolvia a execução de censura prévia em espetáculos de diversões públicas. A grade curricular, com a matéria e a carga horária, poderá nos dar uma visão da formação de saber que dele se esperava: Adestramento Físico (42h/a); Análise Estrutural da Narrativa (40h/a); Armamento e Tiro (40 h/a); Comunicação Social (20 h/a); Cultura Brasileira (32 h/a); Fiscalização Censória (12 h/a); Legislação Censória (100h/a); Lógica (50 h/a); Polícia Política (10 h/a); Redação Oficial (30 h/a); Regime Jurídico, Organização e Competência do DPF (RJ-20 h/a); Segurança Nacional (10 h/a); Técnica de Censura de Cinema (66 h/a); Técnica de Censura de Letras Musicais (30 h/a); Técnica de Censura de Teatro (66 h/a); Técnica de Censura de Televisão e Rádio (66 h/a).

Podemos começar a compreender a razão maior de a *vigilância* ser constitutiva da tarefa do censor. Por que estender ao censor essa função de vigilância? A justificativa mais plausível que se encontra para a prática do ato censório é a manutenção da ordem social e da Segurança Nacional. Foram predominantemente por elas que as arbitrariedades legislativas ou executivas em momentos de conflitos ideológicos e políticos - ou simplesmente de autoritarismo – buscaram se ancorar. Mas tudo deveria ser preferencialmente feito da forma mais sigilosa possível, de modo a não chamar a atenção da sociedade para isto. Eis a estratégia da ditadura militar no Brasil para construir um aparato ideológico que pudesse ser aceito por muitos, como efetivamente foi: vigiar é tão necessário quanto punir. Técnicas de controle e exame, concernentes à estratégia militar, foram estendidas às diversas práticas da Polícia Política. Esse é o meio para entrever o caráter controlador, lógico, repressor e de vigilância que a técnica censória pretendeu introduzir nos censores.

---

<sup>44</sup> O material está disponível no Arquivo Nacional, em Brasília, e foi consultado em fevereiro de 2007. Trata-se de uma apostila que não apresenta sumário nem está numerada, não está organizada por disciplinas que nos permitam dar as referências corretas quanto à sua localização.

É preciso enfatizar que o motivo de disciplinas curriculares como *Lógica*, no Curso de Formação de censores, ou da disciplina *Polícia Política*, era “proporcionar conhecimentos da legislação e das infrações praticadas contra a Segurança Nacional e a liberdade de imprensa”; *Adestramento Físico*, que “pretendia desenvolver aptidão física, moral e profissional, através de métodos de condicionamento físico”, conforme está descrito na ementa das disciplinas.

Foucault (2004[1979]) nos fornece uma fundamentação contundente de como podemos localizar a censura dentre as estratégias de poder do Exército e da Polícia, funcionando como Aparelho de Estado. Assinala que, surge no século XVIII e no fim do XIX, um novo tipo de exercício do poder. Depois da sociedade punitiva importa a produção de novos saberes da sociedade disciplinar. A vigilância e o controle configuram um desses saberes e são técnicas comuns no Exército, onde sistemas de inspeção, revistas, *etc.*, são rotineiros. Desse modo, permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente, o que é preferível à proibição, que se torna apenas uma face desprivilegiada do poder.

Dentro desta perspectiva, o poder não deve estar referenciado sempre a uma noção negativa, nas margens da repressão. Então podemos aceitar que a censura que veta, que proíbe, é a última que deveria ser praticada pelo censor. Ele deveria, antes disso, vigiar, controlar ou exercer um poder capaz de formar saber, de produzir discurso. Um dos modos mais eficazes de controlar a produção dos saberes, da verdade e o próprio indivíduo é controlar seu discurso. Foucault (2004[1979]) ressaltava a necessidade de evitar a proibição, o *não*, visão para a qual identificamos um tipo estratégico de censura, ou seja, o controle do discurso, os cortes em vez das proibições. É o que compreendemos com a citação a seguir, que constitui a apostila do XII Curso de Formação Profissional de Censor Federal:

NÃO HÁ NECESSIDADE DE “PROIBIR” o filme de Arte – bastará cortar pequenas seqüências de IMAGEM, DIÁLOGO e TRILHA SONORA- (como já demonstrei no Curso de Prática de Mensagens Justapostas – de teor subversivo).

COMO RESOLVER ESTE PROBLEMA? Aplicando pequenos CORTES PARA TRUNCAR as mensagens subversivas, NEUTRALIZANDO-AS, **sem proibir**<sup>45</sup> o filme de arte (de teor político-subversivo) [XII Curso de Formação Profissional de Censor Federal, Parecer 1, de 06 de junho de 1978. *Parecer sobre o filme “Crônica de um industrial”*, enviado por Dr. Rogério Nunes ao Diretor da Divisão Censura Federal], Anexo 3, negrito nosso).

Esta orientação que se passava aos censores, em seu curso de formação, certamente teve várias implicações decorrentes das práticas censórias. Chama atenção, inicialmente, a expressão *sem proibir*, até porque, após os efeitos que as alterações provocariam sobre o discurso - causando diferentes efeitos de sentido - não se justificava mais uma proibição. Para isso, na verdade, servia a censura: controlar, manipular; é o “sim” que o “não” produz.

No que diz respeito aos nossos propósitos, podemos dizer que o primeiro deles tem relação com uma tentativa, por parte dos censores, de controlar a direção dos sentidos, e disto deve-se trabalhar principalmente a questão da opacidade e transparência, do deslizamento e justamente da “neutralização” e naturalização de sentidos. O segundo propósito se refere ao fato de que esta prática censória contribui, no nível do discurso, para a construção de um imaginário social que corresponde a este controle pretendido pela direção dos sentidos.

Mas ao falarmos de controle de sentidos e construção de imaginários, ao investigarmos o trabalho do censor, devemos destacar um outro tipo de censura, não menos doloso, que é a autocensura. Podemos supor que os próprios escritores, jornalistas, *etc.*, já temendo a censura ou se beneficiando dela, se autocensuravam. Enfim, mais um efeito do controle, como assinalava Foucault (2004[1979]):

(...) procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas... menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências (...) (FOUCAULT, 2004[1979], p. 8).

---

<sup>45</sup> Todas as marcações estão iguais à fonte, exceto o que estiver em negrito, sinal que utilizarei para aquilo que pretendo destacar com mais ênfase. Mais adiante ela será analisada e citada como uma seqüência discursiva.

Por isso, frisamos, baseando-nos neste pensamento de Foucault, que a condição para que o poder se mantenha e seja aceito é que ele não pese somente como uma força que diz não. É certo que não estamos nos referindo a um aceite sumário da censura, mas, por exemplo, de como a autocensura acabou por contribuir com os ideais da ditadura. Trata-se de uma prática silenciosa, difícil de ser localizada, que não se deixa ver porque, mesmo antagônica à ideologia do Estado, não resiste. No caso da ditadura militar, era importante fazer fluir de toda essa prática uma imagem de harmonia social, propagar um clima de normalidade, um real forjado que pudesse ser naturalmente aceito.

Deslocando-nos para outra manifestação censória, concebemos que a censura prévia é um ato de disciplina, uma técnica de poder que implica uma vigilância constante dos indivíduos. Não basta olhá-los, às vezes, ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e deixá-los conscientes de que estão sob olhares, sob controle, ainda que jamais totalmente controlados. A presença do censor nos jornais tinha também essa função; um censor que disciplina, no sentido de Foucault; um registro contínuo. O censor que realmente transfere a informação de baixo para cima, de modo que nenhum detalhe ou acontecimento escape a esse saber.

É possível dizer que a técnica do exame, como um elemento significativo da microfísica do poder (FOUCAULT, 2004[1979]), é também um fundamento da censura, é a base da função que o censor exerce: uma vigilância permanente, classificatória, para distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e utilizá-los ao máximo. Mas ressaltamos que estamos nos referindo principalmente à prática censória como um todo, àquela discursivizada pelos documentos produzidos pelos censores – pelos relatórios e pareceres, análise e julgamento; aquela prática da censura propriamente dita, ou seja, interpretação, controle e alteração dos discursos e obras.

O que não se deve perder de vista é que esta é uma operação que ocorre não em um nível central do aparelho estatal, mas em um nível “microfísico”, em práticas minuciosas de estratégias do poder, que alcançam, de diferentes pontos, o homem como um todo. Como nosso foco principal sempre é a censura, pode-se inferir que ela está lá - seja como um vírus que parece não existir,

como um resfriado, ou em forma de uma grave doença - em qualquer lugar onde há sujeito e, portanto, relações de poder.

Nesse sentido, no movimento saber-poder há uma tangência entre eles, que está explicitada por toda a obra de Foucault (2004[1979]). A censura nasce também desse movimento e, discorrendo sobre o tema, é inevitável procurarmos compreender como ela desliza dentro desse movimento. Mas ao falar de poder é necessário fazer um recorte no amplo campo em que ele se constitui e referir-se apenas às suas circunstâncias específicas, técnicas, instrumentos e certos efeitos que ele tem sobre o homem. De qualquer forma, teremos ainda um ponto de visão já condicionado pelas possibilidades de ver que nos foram concedidas. O saber advém, por assim dizer, dessas condições.

Ao abordar a imposição de sentidos, Foucault (2004[1979]) afirma que cada sociedade tem seu regime de verdade<sup>46</sup>, sua política geral de verdade, ou seja, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, as técnicas e procedimentos utilizados para a obtenção ou ‘fabricação da verdade’. Podemos dizer assim que, após a produção da verdade, procura-se sustentá-la e mantê-la dentro desse corpo social. A vigilância social foi, nestes termos, uma das técnicas de controle das pessoas, exercida de forma ilimitada na ditadura.

Deslocando a temática no tempo e no espaço, vemos que essa produção da verdade teve mesmo meios comuns de ser realizada, considerando-se certas condições de produção do discurso. Aos poucos, tentaremos mostrar a natureza dessas condições de produção, de forma mais ampla, considerando-se outros momentos históricos. Por ora, ressaltamos, com o fragmento abaixo, que o empreendimento político no funcionamento da materialidade da língua está ligado à produção da verdade e constitui um saber. É, assim, comum e foi muito incisivo, por exemplo, no regime fascista italiano.

---

<sup>46</sup> O autor acrescenta que em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universalidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

A batalha pela autarquia cultural foi levada adiante com a censura sistemática de todos os artigos de autores estrangeiros, com a supressão dos gibis, com a repreensão à imprensa italiana, se para tratar acontecimentos estrangeiros, havia desconsiderado a Itália, e até mesmo com as modificações das palavras estrangeiras. Mas o ponto extremo desta campanha cultural do Regime devia ser a abolição de “LEI”<sup>47</sup>, considerado “estrangeiro e servil”. Tal pronome devia ser substituído por “TU” romano e por “VOCÊS”; censores *ad hoc* foram contratados pelas editoras para transformar em “VOI” o diálogo dos livros (CESARI, 1978, p. 61, tradução nossa).

A censura é também um mecanismo de controle da língua, e este controle também era, no fascismo italiano, uma prática censória. Com Gadet e Pêcheux (2004[1981], p. 37), entendemos então que ela – a língua - é uma questão de Estado, que lhe imprime uma política de invasão, de anulação das diferenças. De modo similar, Cesari (1978) relembra a interferência do governo sobre a língua italiana:

**As disposições dadas em matéria impressa e em geral, de publicações dialetais**, com base no princípio que a literatura dialetal está **“em contraste com os princípios espirituais e políticos do regime, rigidamente unitário**, já que o regionalismo e os dialetos que constituem sua principal expressão são resíduos de séculos de divisão e de servidão” não em todas as províncias tiveram aplicações uniformes...Tais critérios, segundo *l’ufficio stampa*<sup>48</sup> poderiam ser: 1º) suprimir os jornais e as revistas dialetais, vetar que se publiquem artigos, diálogos, poesias em dialeto e se não respeitassem tal veto confiscar à intimação e à revogação do diretor. 2º) Vedar as novas publicações, salvo se não se tratam de reproduções de trabalhos de antigos autores que já estão no domínio da literatura. 3º) Consentir os concursos de canções dialetais somente quando representam uma tradição e correspondam a um antigo hábito...”<sup>49</sup> (CESARI, 1978, p. 49, tradução nossa, grifo nosso).

Notamos a forte interferência político-ideológica na construção do imaginário lingüístico e da memória social. Esta interferência, indicada por “em contraste com os princípios espirituais e políticos do regime, rigidamente unitário”, busca homogeneizar a ordem da língua através da censura. As bases ideológicas da censura no período da ditadura militar no Brasil também perpassam, embora não coincidam, as da censura fascista, o que discutiremos em outro capítulo. Isto posto, à medida que discorrermos sobre outras noções da Análise do Discurso, tentaremos compreender como e em que o sujeito se constitui, o território discursivo em que ocorre a prática

---

<sup>47</sup> LEI em italiano também corresponde à segunda pessoa do singular, como o TU, só aquele era (e é hoje) usado situação sentido formal; Tu, em situação informal. VOI naquela situação, além de se referir à nossa segunda pessoa do plural, como hoje no italiano, poderia referir-se à segunda do singular de modo formal (Cesari, 1978).

<sup>48</sup> No fascismo *l’ufficio stampa* era inicialmente uma simples agência encarregada de fazer comunicados oficiais a importante arma contra as opiniões antifascistas.

<sup>49</sup> Disposição emanada em 10/08/1934 pelo *Ufficio stampa* pelo chefe do Governo.

censória e o que a determina, para então nos aproximarmos do ponto aonde chega o poder do censor em controlar o discurso e sua ilusão de dominar a rede sentidos possíveis.

### 3.2 O censor e o controle dos sentidos

Pretendemos, nesta parte, discutir como o censor atua sobre o discurso pretendendo e supondo controlar seus sentidos, a fim de explorar a opinião de que a lei serve a uma justificação legal para os atos censórios, mas, na verdade, a prática se realiza via determinações ideológicas e de forma bastante subjetiva.

A disciplina *Lógica*, do Curso de Formação de Censores, possuía uma carga horária de 50h/a. Entre as unidades e Subunidades, podemos ressaltar: *Conversão das proposições, Quantificação dos argumentos, Tipos de argumentos, Silogismos, métodos indutivos e dedutivos, Semiótica, Níveis de linguagem e Estados da mente perante a verdade*. O objetivo da disciplina era “proporcionar conhecimento das leis do raciocínio lógico e coerente, com vistas à apreensão do objeto da análise censória”. Orlandi (2004[1996], p. 22) define que “o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção”. Com efeito, pelo gesto de interpretação do censor constataremos uma tentativa de formalizar a interpretação e o processo de produção de sentido, que só serviria a uma visão que aceita a evidência lógico-lingüística do sujeito, no sentido de Pêcheux (1988[1975], p. 77), em detrimento da forma-sujeito do discurso.

Selecionamos algumas seqüências discursivas do material referente ao Curso a fim de ressaltar, da prática censória durante a ditadura militar brasileira, alguns aspectos teóricos já apontados anteriormente. Eles nos possibilitarão afirmar que a função do censor era, munido das mais diversas *técnicas* censórias, “decifrar” (Anexo 3) um código a fim proceder à censura neutralizando sentidos adversos aos que eram permitidos. Sua função era permitir, alterar ou proibir textos de obras cuja rede de sentidos acreditava possuir, posicionando-se assim como administrador dos sentidos, aquele que poderia determinar o que poderia ou não ser dito, mostrado ou sugerido. Esta forma de controle do discurso expressa como o sentido é construído em uma Formação Discursiva que está sob interferência da censura.

Inicialmente, ressaltamos as prescrições diversas dadas pelo Diretor da Academia Nacional de Polícia, que assinou o Currículo do Curso de Formação, as quais expressam bem o modo como o saber deveria ser ideologicamente construído no curso.

Os princípios de **moral** e de ética profissional serão de responsabilidade de todos os instrutores, que deverão aproveitar todas as oportunidades para **incuti-los nos alunos**, de maneira uniforme e coerente com a doutrina acadêmica (Anexo 3, grifo nosso).

Quando refletimos sobre o citado anteriormente, de fato reaparece a já comentada questão em torno da moral. Para o que nos importa sobre a censura, não devemos pensar em uma primeira lista de atos, pensamentos e palavras que fundam a noção da moralidade ou da imoralidade, mas que esse sentido foi sendo histórica e ideologicamente construído, renovados, desconstruídos, e estão disponíveis no interdiscurso. Entretanto, quais são os limites da imoralidade para a censura? E como era possível “identificar”, quando não se aceitava, a manifestação da imoralidade? Como os censores poderiam então proceder à censura?

Para responder a esta questão, não pensamos em um indivíduo, mas no censor como uma posição-sujeito. Só de uma determinada posição ele poderia identificar-se a uma FD que tinha, justamente, um discurso controlador de discurso, de sentido. Mas certamente que essa identificação já supõe - por ser obrigatória, na medida em que censor é uma função - uma possível contra-identificação. Então, entende-se, como mostra a citação anterior, que era preciso “incutir” de forma coerente e uniforme os princípios da moral e da ética profissional. Não haveria certamente outro modo de fazê-lo no que diz respeito aos princípios que regem as justificações policiais e militares que devem ser apropriadas pelos censores.

Analisaremos a seguir o discurso do censor a partir do já citado parecer em que um censor-instrutor analisa o filme *Crônica de um industrial*. A primeira seqüência, a seguir, já demonstra o condicionamento ideológico que há na separação entre moral e imoral, o normal, o anormal e a perversão. O sentido que o censor atribui à relação sexual deveria ser incutido nos alunos. Este tipo de relação sexual deveria ser proibido por ser considerado uma aberração, por não ser normal. Como já comentado, atentar à moral era um dos atos ou temas que constavam entre os que deveriam ser censurados:



*Sdl*: Comprova a evidência de AUTO-SATISFAÇÃO sadomasoquista. **Ou seja, a relação sexual deixa de ser um ato normal para transformar-se em ABERRAÇÃO/PERVERSÃO proibido** a público comum e, só justificado como **estudo para consultórios psiquiátricos**. [Parecer 1, de 06 de junho de 1978, sobre o filme “*Crônica de um industrial*” enviado por Dr. Rogério Nunes ao Diretor da Divisão Censura Federal]<sup>50</sup>.

Para discutirmos esta seqüência discursiva, retomamos Pêcheux (1988[1975], p. 132), para compreendermos o censor como um sujeito que nasce em seu discurso. Podemos falar que nessa posição-sujeito censor almeja-se uma identificação com o sujeito universal, aquele que detém os sentidos e espera que os outros o identifiquem porque *todo mundo sabe/é claro que* a “evidência da AUTO-SATISFAÇÃO sadomasoquista” é uma aberração e está fora da normalidade: “só justificado como estudo para consultórios psiquiátricos”.

“Ou seja”, por sua vez, aponta para um sentido supostamente evidente, e essa ilusão da evidência, na suposta transparência da linguagem, encobre outros saberes, porque o conhecimento é construído - ou desconstruído - ideologicamente. O caráter material do sentido desse enunciado, que estaria assim evidente para o sujeito, está intrinsecamente ligado a uma formação ideológica específica, enfim, numa posição e conjuntura estabelecidas e pela qual o sujeito procura desopacizar os sentidos. O trabalho do censor supõe um investimento na opacização e desopacização dos sentidos para aplicar a censura, porque acredita na transparência da linguagem. Voltaremos a este funcionamento do discurso da censura quanto analisarmos as normas censórias.

Estamos tratando de uma instituição censória, que funciona como um Aparelho Ideológico de Estado. No sentido de Pêcheux,<sup>51</sup> ela fornece os “objetos” ideológicos e a “maneira de se servir deles”; esses “objetos” são ideológicos regionais (a Moral, Deus, a Lei, a Família, o Saber, *etc.*) das situações concretas.

Como veremos nas seqüências seguintes relativas ao mesmo material de análise, o censor, se por um lado trabalhava com a literalidade do significante no gesto de interpretação, como se o sentido fosse próprio da palavra, do outro se sabia inscrito numa luta ideológica, apesar de não

---

<sup>50</sup> Em todas as seqüências discursivas desta tese o negrito será utilizado para destacar o que queremos. As outras marcas, como itálico, sublinhado, caixa alta, por exemplo, são próprias do texto original.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 146.

agir conscientemente com o fato de sempre interpretar de uma determinada posição, cuja FD determina o que pode e deve ser dito. Mesmo buscando controlar o que pode e deve ser dito, como se a heterogeneidade não fosse constitutiva, mesmo intencionando que o discurso funcionasse à revelia da contradição reprodução/transformação de qualquer luta, não há êxito total nesta prática; é da FD que nascem sentidos possíveis, é nela que o sentido se constitui; sentidos controlados, administrados duplamente, no caso da interferência censória, mas sentidos sempre deslizantes.

O censor considerou que parte da mensagem do filme destinada a público-alvo – para ele, Cinematecas, estudantes universitários - é de teor político e subversivo. Foi justamente reconhecendo a luta de classes que pôde dizer que o filme, para aquele público-alvo, é uma “cartilha subversiva”. Apontou o sentido de subversão quando o exemplificou como “entrechoque entre operários x patrão”. A luta de classes é então baseada nesta relação e também quando é ressaltada a “**REAÇÃO CONTRA O SISTEMA**”, em *sd2*. Os estudantes universitários, as cinematecas, surgem no discurso do censor, ou melhor, é na Formação Discursiva em que nasce o discurso do sujeito-censor que irrompe uma outra Formação Discursiva, fundada na contradição; esta outra lhe atravessa e lhe estabelece resistência.

*Sd2*: É, por assim dizer, UMA CARTILHA SUBVERSIVA (por exemplo: no **entrechoque entre operários x patrão**) habilmente elaborada, dirigida e produzida. Transita com tema destinado a provocar **REAÇÃO CONTRA O SISTEMA em que está inserido o Governo da Revolução**. [Parecer 1, de 06 de junho de 1978, sobre o filme “*Crônica de um industrial*” enviado por Dr. Rogério Nunes ao Diretor da Divisão Censura Federal]

Um dos objetivos da censura na ditadura militar era justamente anular qualquer representação da luta de classes e as reações a ela. O objetivo maior era, enfim, impedir formas diversas de reação, de luta, qualquer coisa que pudesse abalar um estado estabelecido, no caso o “sistema” ou o “Governo da Revolução”. A Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, que ao criar o Conselho Superior de Censura a regulava para obras cinematográficas e para o teatro, estabelecia restrição ou impedimento a quem ofendesse as coletividades ou as religiões ou incentivasse preconceitos de raça ou **luta de classes**.

Assim, além de “entrechoque entre operários x patrão” e “REAÇÃO CONTRA O SISTEMA”, desta seqüência, temos “oprimidos **CONTRA** opressores”, em *sd3*, e “**LUTAR CONTRA O**

PODERIO DA MULTINACIONAL”, em *sd4*, e em “mas saber até que ponto esta Juventude continua a ser alimentada contra a Democracia”, em *sd5*. A marca *x* e a repetição da preposição “contra” marcam discursivamente essa luta de classes que deveria ser neutralizada, no discurso, pela censura.

O decreto nº 20.493, de 1946, que regeu a Censura até 1968, postulava o controle a obras capazes de provocar incitamento *contra o regime vigente, à ordem pública, às autoridades* constituídas e seus agentes.

**Sd3:** Alicerce psicológico programado- Deve-se BRIGAR por aquilo QUE SE AMA (ama-se o **sexo**, **logo** BRIGAR SE PELO SEXO). Como eles (HOMEM X MULHER) brigam? – Estão inteiramente DESPIDOS (ou seja, LIVRES= Liberdade para agir). **Logo**, simbolismo técnico= AMA-SE A **LIBERDADE** - DEVE-SE brigar por ela. Cena= A briga (envolvimento sexual) de Gonzáles (brasileiro) leva a mulher a GRITAR DE DOR **significa** que: (vou **repetir** para **gravar** bem): -a- deve-se brigar por aquilo de que se gosta -b- a briga por aquilo de que se gosta PODE CAUSAR DOR ALHEIA (nos outros)-c- despídos completamente =livres=liberdade DE **oprimidos CONTRA opressores** [Parecer 1, de 06 de junho de 1978, sobre o filme “*Crônica de um industrial*” enviado por Dr. Rogério Nunes ao Diretor da Divisão Censura Federal].

A *sd3* nos autoriza um gesto de interpretação de um sujeito que crê atuar sobre uma língua “logicamente perfeita”, no sentido de Pêcheux (1988[1975], p. 126). Trata-se de uma interpretação idealista que supõe uma “ciência de todo e qualquer objeto”, para a qual somente existiriam *relações pensadas*, esvaziadas de todo “ser”. Nessa visão, a interpretação idealista trabalha com objetos de pensamento automaticamente referenciados, já que parte da disjunção do pensamento em relação ao ser. Uma explicação lógica assim levaria – historicamente – a uma explicação racional, científica e, portanto, à verdade, que está ali mesmo, na transparência da linguagem. Quando o código fosse decifrado pela técnica censória, a verdade seria transparente.

Desse modo, a repetição de “*logo*” aponta não só para um termo da lógica dedutiva, mas para diversas conclusões que pretendem não somente repassar um método interpretativo, mas fixar, *incutir, gravar*, as conclusões produzidas, cristalizar sentidos subversivos: “leva a mulher a GRITAR DE DOR **significa** que: (vou repetir para gravar bem)”. Pelo método dedutivo caracterizado pela argumentação baseada nas premissas dadas e pela marca conclusiva “*logo*” pretendeu-se construir a argumentação de forma a decifrar um código e chegar a uma verdade, pautando-se na evidência lógico-lingüística do sujeito. O censor aponta para um gesto de interpretação que designou como simbolismo técnico, baseando-se numa relação conclusiva de

que *sexo* simboliza *liberdade*, relação que a técnica seria capaz de garantir: “ama-se o sexo, logo **BRIGA-SE PELO SEXO / AMA-SE A LIBERDADE - DEVE-SE brigar por ela**”. Pêcheux nos ajuda a compreender o porquê de explicar tais articulações simbólicas pela via da lógica:

Face a essas “entidades”, o empirismo lógico encontra todo seu vigor crítico e repete sem cansaço que, contrariamente “ao mundo físico”, estável e coerente, o “mundo mental” não permite assegurar uma referência, exceto pela força das ilusões que se apoderam de cada sujeito sob a forma do “consenso”, do conformismo, *etc.* (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 129).

Esse gesto de interpretação seria, se nos prendemos à visão do autor<sup>52</sup>, uma preferência ao par idealista Lógica=ciência/Matemática pela oposição ciências/ideologias, mas na verdade procede a uma interpretação que parte da subjetividade como origem, ponto de partida. Com efeito, em *sd4* a orientação de interpretação do censor indica um gesto em que se almeja a objetividade pela técnica da “psicologia aplicada”.

**Sd4:**

**SANGRAR PELA LIBERDADE: (inversão subjetiva/objetiva (psicol. aplicada).**

Quando outra JÓVEM NÚA) (NAQUELE DESCAMPADO) se dirigiu até o POSTE DE SACRIFICIO (os jovens lutam sempre por mais liberdade), onde, inteiramente **DESPIDO (LIVRE) mas AMARRADO (liberdade IMPEDIDA, AMORDAÇADA, MANIETADA)** um jovem SANGRAVA (sangrava a liberdade amarrada, ferida), repito, A JÓVEM NÚA (liberdade) o DESAMARROU (PROTEGEU A LIBERDADE IMPEDIDA) (IMPEDIDA DE USAR SUA NUDEZ, SUA liberdade), AJOELHANDO-SE AO SEU LADO E AMPARANDO-O (A LIBERDADE CAMBALEAVA). Aí, surgiu Gonzáles (o brasileiro) que ergueu um revólver e atirou no jovem (para matar sua liberdade) e à própria LIBERDADE, à qual ele estava abraçado (ele ABRAÇARA a liberdade para **LUTAR CONTRA O PODERIO DA MULTINACIONAL**) [Parecer 1, de 06/06/1978, sobre o filme “Crônica de um industrial” enviado por Dr. Rogério Nunes ao Diretor da Divisão Censura Federal].

Por esta extensa seqüência podemos confirmar a pretensão do censor de fixar sentidos, pois eles precisavam ser “incutidos” nos alunos censores. Ressalte-se então a necessidade de cristalizar a relação simbólica entre “liberdade” e “nudez”, em *sd4*, ou entre “liberdade” e “sexo” em *sd3*. Pode-se inferir que, além do princípio da moral, há uma motivação política para censurar o sexo em diversos momentos da história. Associar o sexo à liberdade é atentar, por essa interpretação ideológica, para a relação entre liberdade e política. Além disso, o princípio da moral está também condicionado a determinações políticas e ideológicas, a razão maior para Igreja e Estado terem consolidado historicamente uma relação íntima, seja de amor ou ódio.

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 130.

Os conceitos, sendo ideologicamente construídos, se dão por relações simbólicas determinadas pelo pensamento, não pela razão pura que atuaria sobre objetos já naturalmente referenciados. Os conceitos não são construídos *a priori*, como se sempre tivessem existido e alguém os tivesse descoberto; o pensamento é que constrói as representações e também opera sobre elas. Acontece que a natureza simbólica do pensamento, que permite a ele atuar de forma racional sobre a realidade, cria a ilusão da objetividade e da verdade em torno dos conceitos. É este o terreno em que se situa a técnica interpretativa utilizada pelos censores. Neste terreno, há um sujeito que crê ser origem de si mesmo e de seu próprio dizer. Objetiva, operando de forma supostamente racional sobre a linguagem, decifrar e transformar os sentidos, anular a resistência.

Mas há uma marca que chama atenção nesse gesto de interpretação do censor. Esses sentidos que iam sendo “decifrados” pela referida inversão subjetiva/objetiva apareciam entre parênteses de modo a não restar dúvida sobre o sentido ao qual se deveria chegar. Essa marca, essa entrada abrupta no discurso, é um modo de controle dos sentidos, uma forma de impedir que o sentido deslize. Com Orlandi (2004[1996], p. 13), consideramos que domesticar os sentidos, administrar a polissemia, é justamente pretender completar o que não pode se completar. Os parênteses são o traço que marca a existência do outro, de sentidos que foram silenciados. Há de se considerar, na análise das seqüências discursivas, que essas marcações através de sublinhados, parênteses, palavras em caixa alta, bem como os próprios sinais deixados pelos censores como marca de verificação de jornais são *material significante* (ORLANDI, 2003[1999], P. 28, p. 28), produzem sentidos .

A censura é assim uma intervenção na produção do discurso, na produção de sentidos. Ela coloca a mão na mão do outro e lhe imprime uma força, sem que, contudo, se possa dizer de um só gesto na produção; é uma lente nos olhos de quem pode enxergar o que se mostra, mas jamais pode ver no lugar do outro. Querendo ou não, está então aí a possibilidade de, dada a heterogeneidade discursiva, os sentidos se deslocarem no percurso. Pretendendo controlar o limite e O fim do sentido, o censor atua acreditando fixar um sentido que deveria começar e acabar ali mesmo, naquele intervalo material dos parênteses.

A conclusão do plano de ação do censor pode ser compreendida a partir da interpretação feita por ele na seqüência discursiva a seguir:

*Sd5: NÃO HÁ NECESSIDADE DE “PROIBIR”* o filme de Arte – bastará cortar pequenas seqüências de IMAGEM, DIÁLOGO e TRILHA SONORA- (como já demonstrei no Curso de Prática de Mensagens Justapostas – de teor subversivo). Para os ÓRGÃOS DE SEGURANÇA o problema básico não é saber até que ponto a Juventude Universitária perdeu a Fé na Democracia, mas saber até que ponto esta Juventude continua a ser alimentada **contra** a Democracia. COMO RESOLVER ESTE PROBLEMA? Aplicando pequenos **CORTES PARA TRUNCAR** as mensagens subversivas, **NEUTRALIZANDO-AS**, sem proibir o filme de arte (de teor político-subversivo) [Parecer 1, de 06/06/1978, sobre o filme “Crônica de um industrial” enviado por Dr. Rogério Nunes ao Diretor da Divisão Censura Federal].

Com a *sd5* reafirmamos a nossa preocupação inicial com a resistência no momento em que estamos nos posicionando para poder dizer que, no nível discursivo, a luta de classes era alvo da censura no período da ditadura militar no Brasil. Em “(...) não é saber até que ponto a Juventude Universitária perdeu a Fé na Democracia, mas saber até que ponto esta Juventude continua a ser alimentada contra a Democracia”, notamos que a democracia não era necessariamente um valor social a ser mantido. Nesta seqüência discursiva, é o *contra* que continua a marcar a presença da resistência, do outro no discurso do censor, e a preocupação maior era saber qual é o nível de influência dessa resistência sobre a Juventude Universitária.

Diversos sentidos deveriam, como visto, ser *neutralizados*. A sugestão de “CORTES” feita pelo censor era a intervenção sugerida para a análise feita sobre o filme. Este corte, obviamente, gera muitas conseqüências – e também significa – do ponto de vista discursivo. Um significado relevante, o qual compartilhamos com Orlandi, é que:

(...) qualquer **modificação na materialidade do texto** corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial. A ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória) (ORLANDI, 2004[1996], p. 14, grifo nosso).

Desta citação, frisamos as alterações que a censura pode provocar na ordem do discurso. O compromisso do censor advém de outra posição de sujeito, o alicerce inicial da FD está abalada, porque seu gesto de interpretação – “CORTES” - significou apagar uma materialidade e sua filiação a uma memória, sua relação com a exterioridade. Tudo está abalado; o compromisso da materialidade no nível interdiscursivo, sua relação com os sentidos. Por outro lado, nessa incisão

censória, precisamos considerar que os sentidos escaparam, pois uma intervenção assim grosseira não cessa de deixar marcas.

Dada a singularidade das interpretações, será preciso atentar-se para aquilo que Orlandi advertiu, ou seja, “as maneiras como as instituições regulam os gestos de interpretação, dispondo sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta, em que condições (...)” (ORLANDI, 2004[1996], p. 10). O produto dessa intervenção é a produção de sentidos institucionalizados, os quais se pretendia cristalizar. É, ao mesmo tempo, apagamento de sentidos, que de alguma forma se perderam, mas de algum modo ficaram.

No Anexo 25, estão relacionados vários encargos dos censores, no que diz respeito à imprensa escrita, falada, televisada, agências internacionais e agências de comunicação. Este discurso que impõe restrições à imprensa estabelece - com o que analisamos no parecer 1 - uma regularidade na rede interdiscursiva. A repetição, contudo, não retorna ao mesmo, mas se renova. A orientação do trabalho do censor, vinda do Ministério da Justiça, é constitutiva das Formações Ideológicas cujo discurso orienta a prática censória também dos jornais.

**Sd06:** Ler toda publicação com atenção para os mínimos detalhes (anúncios classificados, charges, fotos discretas, legendas/- sem importância aparente, notas meteorológicas inseridas ou em aposto, corpo redacional, horóscopos, palavras cruzadas, etc); (2) Examine com atenção especial a primeira página, atentando para as manchetes, sub-manchetes, notícias secundárias, comentários noticiosos e rodapé; observar detidamente se o conteúdo interno da notícias corresponde ao seu título, com atenção especial para frases soltas (ou opostas) sem significado); (...); (5) Examinar a composição da publicação para que seja editado na sua forma normal, não permitindo que a substituição da matéria censura modifique sua composição ou estrutura habitual; (...); (9) Nenhum exemplar poderá ser retirado do recinto da impressão antes da liberação pelo censor (Anexo 26, Recomendação para a Imprensa Escrita, Falada e Televisada, do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo DSI, Caixa 40)<sup>53</sup>.

Começa-se a reconstruir a política da censura pela via da neutralização, do apagamento, das evidências, do investimento da censura na opacização-desopacização dos sentidos. Outras vias estão com ela implicadas, como a questão da resistência. E este – a resistência - é um mecanismo no funcionamento discursivo que nos permitirá compreender mais sobre as tensões que se estabelecem no discurso.

---

<sup>53</sup> Ver documento no Anexo 25.

## 4 CONDIÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS PARA A PRODUÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS CENSÓRIAS: MOTIVAÇÕES ENTRE BRASIL E ITÁLIA

### 4.1 Da aproximação ideológica entre Brasil e Itália em períodos de censura institucionalizada

*Quando c'era lui, certe cose non accadevano*<sup>54</sup>  
*Bom era no tempo da ditadura*<sup>55</sup>

Fascismo (1922-1943), ditadura Vargas (1937-1945) e ditadura militar (1964-1985). Regimes que permaneceram em torno de 20 anos no poder. A exaltação da nação, do povo - no Brasil, a estratégia de produzir uma brasilidade - a concentração do poder na figura de um ditador ou do Estado eram condições para construir o imaginário do mertiolate - 'dói, mas é bom' -, que dará origem a frases históricas como as em epígrafes neste capítulo. Mas não só. Repressão, censura, dissolução dos partidos, fechamento do Congresso no Brasil, produção de saberes para que um novo Estado ou um Estado Novo pudesse restabelecer a ordem, também ocorreram.

A Itália fascista ainda é considerada por tantos italianos o período em que o país teve ordem, disciplina, respeito, características subsidiadas por um discurso de otimismo, fé no advir, mudança. Na página um de Cassero (2004), que nos ajudará a retomar alguns aspectos da ideologia e da censura fascista, já nos inquietamos com essas considerações, porque nos remetem a um imaginário semelhante, também construído em torno da ditadura Vargas, bem como no período do regime militar no Brasil. Ora, o que poderia ter produzido tais e outras imagens sobre um cenário político em que imperava o autoritarismo, tolhimento de direitos e controle da imprensa?

Começamos agora uma discussão que dará desenvolvimento ao tratamento da ordem ideológica da censura e do modo como ela vai orientando práticas e produzindo estratégias. O procedimento dessa discussão partirá, num primeiro momento, de uma abordagem sobre o funcionamento do

---

<sup>54</sup> “Quando havia ele, certas coisas não aconteciam” (tradução minha), em referência ao regime de Benito Mussolini e extraído de Cassero (2004, p. 1). As demais traduções do italiano serão feitas por mim.

<sup>55</sup> Extraído do conto de *Rush*, de André Sant'Anna (Anexo 5).



*corpus*, na medida em que nos concentraremos nos documentos selecionados no Archivio Centrale dello Stato, em Roma<sup>56</sup>, especificamente no que diz respeito ao acervo da censura. A partir dele, teceremos comentários sobre as condições de produção do discurso constante desses documentos, sobre o contexto político e ideológico do período em questão – fascismo italiano e ditadura Vargas. Posteriormente, no outro item deste capítulo, discutiremos a relação entre arquivo e memória discursiva, que consideramos importante para o estudo da censura.

No quadro teórico desta tese, apresentamos o conceito de memória discursiva como sendo o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2003[1999], p. 31). É neste sentido que continuaremos concebendo este dispositivo teórico, levando-se em conta que algo fala antes do discurso constante do arquivo de censura do DOPS-MG, pois o processo censório produz saberes que se inscrevem no discurso *da* e *sobre* censura, seja na ditadura Vargas, seja no fascismo italiano, bem como em outros momentos em que ela, a censura, foi institucionalizada.

Como temos afirmado que o estudo da censura é da ordem da ideologia, além de inscrito no campo da psicanalítica, é em torno deste binômio que passamos à abordagem dos documentos italianos que sugerem, de forma significativa, uma cooperação entre Brasil e Itália no que diz respeito à exploração da imprensa como estratégia censória. O ponto de partida de todo pensamento em torno da censura é de sua relação com um Estado em que a democracia e a liberdade não prevalecem. Considerando as especificidades das concepções - autoritarismo, totalitarismo, ditadura, fascismo, nazismo e outros modos de governar um país - entendemos que há, na base das suas distinções, uma ideologia favorável à produção da censura.

Não cabe aqui problematizarmos o conceito do fascismo ou, como ocorre mais freqüentemente, uma caracterização do Estado Novo como sendo ou não fascista. Se assim fizéssemos, estaríamos sobrevalorizando os regimes ou os modos de governância com prejuízo ao aspecto ideológico que os aproxima e que realmente nos importa. Entretanto, selecionamos afirmações enfáticas da

---

<sup>56</sup> Estágio doutoral realizado no período entre 01/02/2008 e 05/08/2008 sob a orientação da Dra. Sonia Salomão, da Università degli Studi di Roma La Sapienza e com financiamento da CAPES.

historiadora Andréa Maia<sup>57</sup> para caracterizar a ditadura Vargas como um governo autoritário, mas não totalitário, como é o caso do fascismo italiano ou do nazismo: a propaganda política de Vargas não era cópia da propaganda nazista; a *Carta del lavoro* não foi copiada para compor a legislação trabalhista. A palestrante afirma que Vargas foi um líder autoritário com traços totalitários, mas não era um líder totalitário. Contudo, nos dois regimes várias práticas comuns serviram para publicizar o regime, difundir o patriotismo e o ufanismo, para aproximar o líder ou o Estado do povo: música de exaltação da nação, produção de programas, controle da imprensa, da cultura, de livros didáticos, *etc.* O próprio populismo praticado no regime Vargas e a incitação à veneração da figura do Duce na Itália fascista são formas de mobilização das massas. Ainda que o regime militar não o adotasse como estratégia, como esclarece também Aquino (1999, p. 46), ele não desconsiderou a aceitação popular, evitando uma acusação de antipopulista<sup>58</sup>.

Postas estas observações, muito nos interessa a provocação de Cassero (2004), ao questionar se a vida que chegava nas casas, através dos jornais, do rádio, das várias publicações (também aquelas dedicadas às crianças) era realmente a realidade do viver italiano. E se é possível, em algum sentido, dizer que não, será preciso dizer não também com relação ao Brasil, no Estado Novo ou na ditadura militar. O grande empenho da censura praticada por estes governos tinha o seu maior compromisso justamente com a produção de um imaginário de governo e de país.

Comenta ainda o autor<sup>59</sup> que a verdade era só aquela difundida pelo fascismo, que assumiu o controle da informação. Mussolini se utilizou da força da imprensa para impor o seu poder, utilizando-se principalmente dos jornais, rádio, cinema; os maiores meios de comunicação de massa. E não foi uma luz divina que recai sobre ele, mas os chefes de Estado de regimes autoritários utilizam-se de saberes que visam controlar a imprensa e se empenham na produção da censura, que vai sendo construída, institucionalizada e legitimada. Também vimos no Capítulo 1.2 - *Sobre a censura*, como os órgãos censórios na ditadura militar constituem um verdadeiro sistema. No fascismo e na ditadura Vargas não foi diferente.

---

<sup>57</sup> Videoconferência proferida em 28-09-2004 pela Prof. Dra. Andréa Casa nova Maia, disponível em <http://200.244.52.177/embratel/main/mediaview/previewer>.

<sup>58</sup> 'Boa gente' era a expressão utilizada pelo escritório de propaganda para se referir aos presidentes militares; Costa e Silva buscou cultivar a imagem do 'seu Arthur', Médici aparecia ouvindo os jogos no radinho de pilha.

<sup>59</sup> *Ibidem*, 2004.

Aquino (1999, p. 30) nos chama atenção para o fato de que, se antes alguns historiadores caracterizaram o período da ditadura militar no Brasil como um rompimento com o passado, iniciava em meados de 1999 uma percepção de importantes continuidades de regimes anteriores; se havia aspectos novos na relação entre imprensa e Estado, não se pode ignorar mais a continuação de padrões herdados do passado. De uma visão discursiva, aceitamos que essa continuidade existe e é histórica porque já foi discursivizada anteriormente. Há, assim, uma memória discursiva construída por discursos *da* e *sobre* a censura no que se refere a outros períodos anteriores à ditadura militar no Brasil, os quais, ressaltamos, mantêm condições ideológicas e políticas para a sua produção.

Isto posto, o modo como Garcia (1982) concebe a difusão da ideologia contribui para a discussão. Althusser discute a forma indireta de difusão da ideologia, que orienta o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Mas discute também o sistema direto de difusão da ideologia, que ocorre “pela transmissão sistemática de seus componentes, através dos meios de comunicação, aos agentes que vivem em uma formação social”<sup>60</sup>. É este o processo por ele denominado ‘propaganda ideológica’, capaz de garantir a manutenção ou mudança da ordem vigente pela difusão dos componentes de uma ideologia. Além dessa difusão seria ainda preciso utilizar um sistema de controle capaz de neutralizar a difusão de outras ideologias e impedir a formação de novas, complementa (GARCIA, 1982).

Este modo de abordar a difusão da ideologia concebe a censura como estratégia de controle que buscará impor a divulgação das informações de interesse do Estado nos meios de comunicação e anular a difusão das outras. A cooperação entre os dois países através de envio de notícias que deveriam ser divulgadas e outros tipos de acordo, com veremos, nos ajudam a atravessar o oceano reafirmando que, independente do espaço e do tempo, a censura é produzida com o fim de controlar os sentidos e construir imagens que favoreçam esses regimes, e é praticada de forma semelhante no que concerne a suas estratégias. Com isso, procuramos dar significância para esses documentos constantes do acervo do *Archivio Centrale dello Stato*, em Roma, que nos remeteram ao período Vargas no Brasil.

---

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 15.

Novo momento de prevalência dos dados sobre a teoria, ambos em movimento e em constante inter-relação, surgiu com a pesquisa no acervo uma trilha inesperada e, por isso mesmo, tão produtiva para o estudo quanto motivadora para a pesquisadora: que se fizesse produtivo revisitar um arquivo de censura referente ao período fascista e ao Estado Novo, quando objetivávamos ‘apenas’ discorrer sobre a censura na ditadura militar no Brasil.

Antes de avançarmos na abordagem sobre arquivo de censura, gostaríamos de localizá-lo no escopo da Análise do Discurso. Romão e Pacífico (2006, p. 3) retomam três modos entre as formas de conceber o arquivo. Uma primeira concepção coloca-o em relação com a instituição que o organiza, guarda e disponibiliza. Em seguida, apresenta o arquivo concebido por uma visão funcionalista, na medida em que seu funcionamento é descrito como referência material de documentos agrupados, como acervo em que textos ou imagens são ordenados. Finalmente como montagem de uma memória, em que documentos – de natureza técnica, científica ou não - se cruzariam.

Em todas as concepções anteriores a materialidade física é ressaltada. As autoras<sup>61</sup> assumem a complementaridade dessas visões e sua importância para as ciências que lidam com informação e documentação, mas acrescentam Pêcheux ao debate, já que este desloca a instância material do arquivo para relacioná-lo à memória discursiva e inscrevê-lo no campo da teoria do discurso. E é a isto que queríamos chegar. A mescla de concepções que visam descrever, localizar, compreender materialmente o espaço, o modo, a construção do lugar em que documentos são agrupados, constituem o que se designou como arquivo. E que ainda não é um arquivo de censura.

Há mais a ser dito. A construção de imagens de certo saudosismo da vida em períodos em que o autoritarismo prevalecia, questionada no início deste capítulo, é produzida à medida que os sujeitos vão ocupando os lugares determinados pelos diversos Aparelhos Ideológicos de Estado, como já dito, difusores da ideologia do regime. Este processo pelo qual imaginários são solidificados a ponto de perdurarem por décadas é resultado de uma produção ideológica bastante complexa e que não se traduz apenas em cortes de matérias consideradas subversivas. São

---

<sup>61</sup> *Ibidem*, 2006.

saberes que compreendem o que está pré-construído no sistema censório da ditadura militar e que constam desses arquivos de censura. Eles são produzidos com o fim de construir imaginários ou, dito de outro modo, sua função mais beligerante - para usar um termo de justificação próprio da ditadura - era fabricar a realidade. Posicionados discursivamente, podemos agora citar Garcia (1982, p. 110), quando afirma:

O exame do papel da censura durante o Estado Novo é de suma importância para a compreensão do processo de persuasão então estabelecido. Censura e propaganda estavam intimamente ligadas, no período, já que as atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de certos assuntos, impunham a difusão de outros, na forma adequada aos interesses defendidos pelo Estado. A censura, dessa forma, caracterizava-se não apenas pelo aspecto negativo, de proibição, mas também por ser positiva, na medida em que implicava ênfase em determinada direção, determinando uma concepção unidimensional da realidade.

Sobre este modo de utilizar ‘positivamente’ a censura, vamos nos focar um pouco no Duce, Mussolini. Além do controle sobre a imprensa já no início do regime, seu regime tomou posse de vários jornais italianos. A partir de abril de 1925, o *Ministero dell’Interno* travou luta contra as agências de notícias na Itália, eliminando-as e deixando apenas aquela controlada pelo governo: a Agência Stefani, que ficou conhecida como ‘a voz do Duce’. Esta Agência tornou-se o órgão oficial de difusão de informações, chegando a ter 30 sucursais provinciais, 255 correspondentes na Itália e 40 no exterior<sup>62</sup>. Posteriormente, através do aparato jurídico, determinou que todo jornal tivesse um diretor<sup>63</sup> ligado ao Partido fascista – submetidos ao *Ministero della Cultura Popolare* (Minculpop) – aumentando ainda mais a vigilância. Controlar completamente um jornal é um saber censório que influi diretamente na fabricação das informações.

Não diferentemente, no Brasil, em 1940, o DIP<sup>64</sup> (Departamento de Imprensa e Propaganda) derrubou o diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, que assumiu a partir de 1945 a função de propaganda do regime. Ainda que não o tenha feito exatamente - nem conseguiria - por controle total, a ditadura militar contou também com o apoio de jornais que exerceram essa mesma função de propaganda. Na ditadura o próprio *OESP* (*O Estado de São Paulo*), no início, defendeu o

---

<sup>62</sup> Manuscrito cedido pela Dra. Simone, do Archivio Centrale dello Stato, em fevereiro de 2008.

<sup>63</sup> Lei 31/12/1925 n. 2307 Gazzetta Ufficiale n. 003 del 05/01/1926.

<sup>64</sup> O Decreto-lei, de 27/12/1939, cria o Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente subordinado ao Presidente da República. O artigo 2, “letra a”, determina suas finalidades principais: centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional.

Estado autoritário instaurado em 1964 Aquino (1999, p. 40). O Departamento era estruturado em divisões extremamente funcionais ao serviço a que se prestava: Divisão de Imprensa; Divisão de Divulgação; Divisão de Radiodifusão; Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Serviços auxiliares<sup>65</sup>.

Retornando ao Fascismo, o Minculpop (Ministério de Cultura Popular) surgiu em 1927, para substituir o *Ministero per la Stampa*: “O Ministério era constituído por seis direções gerais (imprensa italiana, imprensa estrangeira, Propaganda, Cinema-fotografia, Turismo, Teatro), também com algumas entidades de direito público”, expõe Ottaviani (1999, p. 7) sobre o Minculpop. Em 27/06/1936 buscou-se eliminar os resíduos dos vários ministérios a fim de reafirmar as funções da Agência Stefani como a fonte oficial de notícias. O que ocorre é uma desconstrução de todo um processo de produção e difusão de notícias para que um outro se estabeleça.

Este Ministério, o Minculpop, deveria controlar toda publicação, censurando e apreendendo o que contrastasse aos ideais do regime. Era também responsável pelo envio das ‘*veline*’<sup>66</sup> aos jornais, quando não era por telefone<sup>67</sup>. No Brasil, os bilhetinhos foram utilizados como prática censória principalmente período entre 1968 e 1972, quando também há uma estruturação legal e profissional da censura (AQUINO, 1999, p. 213). São ordens que indicam uma aproximação censória bastante relevante entre o DIP e a Agência Stefani. Ambos controlavam os temas, a disposição e tamanho dos títulos, o que deveria ser silenciado ou, como considerou Ottaviani (1999) os argumentos a serem ignorados ou apresentados com uma ótica fascista prescreviam, em síntese, à imprensa como interpretar a verdade e confeccionar os jornais (desnaturalizando notícias, realidade, discursos).

---

<sup>65</sup> Segundo Goulart (1990, p. 62) o Presidente da República escolhia um diretor geral. Lourival Fontes, citados nos documentos italianos, dirigiu o DIP de 1939 a 1942. O diretor geral também presidia, sem direito de voto, o Conselho Nacional de Imprensa. Os censores vieram do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim como do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC).

<sup>66</sup> *Veline*, em português, corresponde aos famosos ‘bilhetinhos’ enviados pela censura às redações dos jornais ou telefonemas para determinar os temas proibidos.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 2

Continuando a apresentação e comentários sobre os saberes censórios que vão sendo discursivizados nestes documentos, em fevereiro de 1933, na Itália, uma circular<sup>68</sup> limitou a 30 linhas o espaço para as crônica judiciária e *cronica nera*, ou seja, os assuntos considerados ofensivos ou indesejáveis, como suicídios, tragédias passionais, violências e atos libidinais sobre menores, nudez feminina, indidentes ferroviários<sup>69</sup>. Os títulos deveriam ser discretos e em uma coluna. Foi enviado às sedes dos jornais um elenco dos roubos aos quais se deveria dar publicidade mínima (CESARE, 1978, p. 33). Além disso, a própria Agência Stefani, dependendo da relevância do assunto, redigia um modelo de matéria, que deveria ser alterada pelos jornais na escrita, mas mantendo-se os sentidos.

A marcha sem retorno da interferência e do controle da imprensa por um Estado autoritário acabou por institucionalizar a censura diante da necessidade que ele tem de legitimação, de anulação dos confrontos sociais, ideológicos, da tomada do poder de forma incomum. Os golpes, as revoluções, a luta armada, representam este incomum, um absurdo intolerável que se torna por muitos compreensível na medida em que o medo do pior é simultaneamente produzido. Esta também era a função dos órgãos de controle, ao se produzir imagens que justificam os absurdos cometidos por esses regimes. Era preciso tornar abomináveis os oponentes, os subversivos, os comunistas, os anarquistas; os partidos, os movimentos sociais, as manifestações, os estudantes. E, como será discutido nos próximos capítulos, a imprensa será a instituição que naturalizará esses sentidos.

Na Itália, entre 1927 e 1933 o fascismo empreendeu esforços incalculáveis a fim de difundir entre os italianos uma nova realidade, que prometia restabelecer a ordem no país. O código Rocco de 3 de abril de 1926 buscou eliminar a luta de classes acabando com os sindicatos autônomos dos trabalhadores<sup>70</sup>. Em resumo, há uma pluralidade de leis produzidas para que esses regimes se autojustificassem. E não foram poucas as leis censórias, o que sugere o quanto sua prática pode ser prejudicial e, portanto, contestada. A justificação através da lei também foi uma preocupação

---

<sup>68</sup> Circolare telegrafica número 3385 del 19 febbraio 1933, Ministero della Cultura Popolare, fascicolo 59, Archivio Centrale dello Stato. (Anexo 6)

<sup>69</sup> Cassero (2004, p.8), em sua obra *Le Veline del Duce*, discorre longamente sobre esses bilhetinhos e elenca os tipos de notícia a que se designava como *cronica nera*.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.27.

do período da ditadura Vargas, mas não só. Nas ditaduras brasileiras foram comuns a elaboração de leis e normas para melhor regular os meios de comunicação.

A regulamentação da Constituição de 1937 sobre a imprensa e a propaganda foi feita pelo decreto-lei no. 1949, de 30 de dezembro de 1939 – três dias depois do decreto-lei que havia criado o DIP. O primeiro artigo dispunha que as atividades de imprensa e propaganda, exercidas no território nacional seriam fiscalizadas pelo DIP e regidas pelo decreto-lei em questão. Isso era de importância fundamental, pois colocava o DIP na posição de órgão encarregado do cumprimento da lei e do estabelecimento de normas para todos os meios de comunicação (GOULART, 1999, p. 50).

A criação do DIP, no Brasil, foi de extrema importância para consolidar o controle dos órgãos de divulgação. Ele também foi regulamentado e constituiu-se justamente no órgão que determinava as normas para os meios de comunicação. A imprensa estava subordinada ao DIP, e as restrições foram várias, partindo legalmente da Constituição de 1937, na qual consta a institucionalização da censura. Em torno de 30% dos jornais deixaram de circular por não terem conseguido o registro no DIP (LUCA, 2006). A obrigatoriedade de registro estendia-se também aos jornalistas, que deveriam seguir as ordens do censor, submetendo suas matérias àqueles que ocupavam as redações. Acrescenta-se a isso edições de novos periódicos para promover os ideais do regime, como a revista *Cultura Política* e a fundação do jornal *A Manhã*, no Brasil, e com *Il Popolo d'Italia*, no fascismo italiano. Por lá, na sequência de legitimações, o Decreto-lei 384, de 26/02/1928, instituiu a ordem profissional dos jornalistas, reduzindo na sequência o salário dos jornalistas em 5%. Em 10 de março, no primeiro congresso do Sindicato dos Jornalistas havia 1664 inscritos, mas apenas 83 praticantes.

O Tribunal de Segurança Nacional e o DIP tinham ações vinculadas, já que a segurança nacional era a grande justificativa acerca das práticas de controle da imprensa. Goulart (1990, p. 61) informa que Lourival Fontes, diretor do DIP, destacava esse objetivo em suas falas, como o depoimento à referida revista *Cultura Política*, quando frisou que a função mais específica do DIP era impulsionar e canalizar as energias capazes de dar corpo e alma ao problema da segurança nacional.

O Brasil também criou uma agência – a Agência Nacional -, de apoio ao DIP, que foi citada em documentos italianos constantes das pastas do Minculpop. Ela era o ex-Bureau de Imprensa,



alocado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores – se encarregava de distribuir informações, também dos periódicos estrangeiros. Na verdade, ela captava notícias da imprensa internacional para os jornais do país, além de outras funções. As notícias encaminhadas pela Agência Nacional chegavam com orientações sobre onde deveriam estar dispostas, que destaque deveriam ter, além de já chegarem prontas. No que se refere à censura de programas grafônicos, letras de músicas, cinema, teatro e outras representações e apresentações públicas, a censura era feita previamente, com concessão de autorização ou interdição.

No arquivo do DOPS-MG constam dois documentos<sup>71</sup> que nos interessa discutir. Um primeiro refere-se à Sucursal da Rádio Inconfidência, em Belo Horizonte, que recebe por serviço radiotelegráfico um pedido do Chefe do Controle da Censura, Dr. Sampaio Mitke, por indicação do Senhor Lourival Fontes e Cipriano Lage, para investigar como o jornal *Estado de Minas* conseguiu receber a indicação para publicar o discurso do Senhor Joseph Stalin. Foi informado que a gravidade do ato está no fato de nenhum outro jornal do Brasil ter publicado aquele discurso e que já havia sido expedida ordem expressa para que nenhuma notícia favorável à Rússia fosse veiculada. A explicação que consta do texto, dada pelo Chefe da Censura, é que as informações em favor da Rússia no conflito Russo-Germânico deveriam ser cortadas. Além disso, que “os jornais de Minas podem publicar comentários locais sobre o conflito desde que não exaltem a U.R.S.S.”.

Goulart (1990, p. 148) realça a preocupação dos norte-americanos com essa tendência política do Regime Vargas, ao identificar, por exemplo, as atitudes de Lourival Fontes, Eurico Dutra, Góes Monteiro e Filinto Muller como simpatizantes do nazismo alemão. O segundo documento refere-se ao Tele-expresso de 1943, mas com texto de referência datado de 1940,<sup>72</sup> constante do nosso *corpus*. Ele indica que a Itália fascista também se preocupou com a relação entre Brasil e Estados Unidos. Nele informa-se que o Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro – o DIP - emanou instruções especiais à imprensa, emitindo-as aos governos estaduais para que a imprensa local se abstinhasse de ataque ou aceno favorável à América do Norte e ao governo Roosevelt,

---

<sup>71</sup> Arquivo do DOPS – Documento do Serviço Telegráfico de Minas Gerais. Rio de Janeiro, n.42, de 6/07/1941, às 8h. (Anexo 20)

<sup>72</sup> Ministero degli Affari Esteri – Tele-expresso n. 27230/43. (Anexo 7)

fazendo um paralelismo com relação às pouquíssimas matérias censuradas da Agência Stefani sobre os norte-americanos e à política do governo de Washington.

Adiantamos que, com essas articulações entre Brasil e Itália que estamos apresentando, não objetivamos confirmar ou não os sentidos que vão sendo construídos sobre o apoio da ditadura Vargas ao regime fascista através da imprensa. Se nos adentramos neste percurso para o qual os documentos nos encaminham, é para dar ênfase ao modo como tal articulação é produto de um processo político e ideológico que, utilizando-se da censura sobre a imprensa, utilizando-se desta como instituição de poder, produz discursos que põem arquivos institucionais em relação e produzem saberes e práticas discursivizados e constitutivos de uma memória.

Faz-se entender que as questões político-econômicas também eram tratadas nesses discursos e foco de censura. Ainda segundo o documento (Anexo 7), a Embaixada no Rio de Janeiro informou sobre novos esforços da América do Norte para ampliar a penetração no Brasil, ressaltando, inclusive um empréstimo de até vinte milhões de dólares destinados à produção de ferro e aço. Consta ainda que, subordinada a um pessoal dirigente norte-americano, a matéria-prima de Minas Gerais seria desfrutada, bem como sobre os aparelhos comprados pelo Brasil nos Estados Unidos, pilotados por norte-americanos.

Política, ideologia, economia. Já acenamos para uma prática censória pautada neste tripé. Aliás, a economia é uma condição ideológica que desloca posições políticas; portanto, é produtiva nos discursos e interfere nos movimentos bruscos na história. Podemos compreender esse movimento pelos documentos constantes nos arquivos. A cooperação política, censória, só seria possível se fosse pautada numa concordância de ordem ideológica e/ou econômica. No que diz respeito à questão econômica, a própria Itália questiona a interferência norte-americana na economia brasileira. E foi principalmente isto, como veremos adiante, juntamente com as dificuldades e o desgaste cada vez maior da figura de Vargas no cenário político brasileiro, que minou a cooperação do Brasil com a Itália, chegando até à declaração de guerra.

Se de um lado as relações entre Brasil e EUA eram também investigadas pela Itália, de outro, em 1939 e 1940, ela avançava para estreitar as relações por aqui. Desse modo, um documento de

13/06/1940<sup>73</sup> enviado pela Embaixada da Itália no Rio de Janeiro ao Diretor Pavolini, do Minculpop, e ao *Ministero degli Affari Esteri*, discorre sobre a captação e distribuição dos telegramas à imprensa brasileira, o que despenderia cerca de 10000 libras mensais, informando ainda que não necessitava de contribuição do Governo porque havia modo de resolver o problema econômico mediante coleta local de fundos. Depois, ressalta a “benévola colaboração da autoridade local para este serviço”, pedindo concessão de honraria nacional ao “*Grande ufficialato Mauriziano* e Lourival Fontes, Chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda com função de Secretário de Estado, cujas diretivas fascistas o indicavam à nossa particular simpatia”. Esta seqüência justifica mais uma estratégia italiana de propaganda - a concessão de honrarias e constante referência à cultura italiana aos estrangeiros – e mais uma forma de cooperação com conseqüências diretas à imprensa.

As referências a Lourival Fontes são comuns nos documentos italianos, como o de 16/06/1940 (Anexo 8), enviado ao *Ministero degli Affari Esteri* sugerindo urgências às propostas de cerimônia para a honraria. A Embaixada do Rio de Janeiro adverte que o diretor do DIP, Lourival Fontes, é autor do discurso pronunciado por Vargas que provocou mensagem do Duce para o Presidente. Entre as funções deste Departamento, dispostas no Decreto-lei 1915, está a promoção de intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros<sup>74</sup>, o que foi feito amplamente entre Brasil e Itália.

A propaganda cultural também vai sendo discursivizada nos documentos, como o datado de 24/01/1939<sup>75</sup>. Uma cooperação é confirmada no Rio de Janeiro, em um texto de 22 de dezembro que trata da instituição de leitorado no Brasil, quando se referir expressamente à propaganda cultural no País, momento em que o remetente, do setor de imprensa, cita o Instituto ítalo-brasileiro de Alta Cultura, dirigido pelo médico e poeta Aloysio de Castro. A sugestão é revigorá-lo e colocá-lo em ativa eficiência. No que se refere ao leitorado, uma prática até hoje comum nas universidades italianas e brasileiras, aquele remetente (Anexo 9) sugere instituí-lo nas principais universidades brasileiras e ainda se oferece para fazê-lo gratuitamente, em um curso de Literatura Italiana na Universidade do Distrito Federal. Finalmente, ao abranger as outras

---

<sup>73</sup> Minculpop – GABINETTO – Busta 117, fascicolo Brasile. Documentos de 16 e 17/06/1940 (Anexo 8)

<sup>74</sup> Decreto-lei n. 1915/39, art. 1º. Letra “j”

<sup>75</sup> Minculpop – GABINETTO – Busta 117, Fascicolo Brasile, 24/01/1939. (Anexo 9)

atividades - “teatro, radio, cinema, propaganda, imprensa brasileira”– comenta, sem se aprofundar, a relativa evolução na imprensa.

A Itália entra na Segunda Guerra Mundial em junho de 1940. A intensificação do relacionamento cultural com o Brasil torna-se uma necessidade, segundo consta no documento de 24/03/1939<sup>76</sup>: “(...) informa-se que o Embaixador no Rio de Janeiro (que, se acrescenta, se juntou à sua nova sede somente há poucos dias) não formulou ainda proposta concreta acerca da intensificação dos nossos relacionamentos culturais com o Brasil”. Nesta mesma linha de ação ideológica, a Agência Nacional no Brasil não agia diferentemente, já que ela:

Também cuidava da propaganda nacional no exterior, preocupando-se, inclusive, em lançar escritores e jornalistas brasileiros na imprensa estrangeira através de artigos assinados e pelo rádio, com transmissões em castelhano; editava folhetos e publicações avulsas para o país e para o exterior por ocasião das grandes datas cívicas, relatando os fatos e episódios históricos. A Agência Nacional prestava assistência a jornalistas estrangeiros de passagem pelo Rio ou a correspondentes residentes na Capital oferecendo suas dependências para que trabalhassem e fornecendo fontes de consulta. (...) organizou o cadastro da imprensa estrangeira, enviando sistematicamente artigos e pequenas notas a jornais europeus e norte-americanos. Captava o noticiário cotidiano das estações de rádio estrangeiras e enviava para o exterior um pequeno boletim informativo sobre o Brasil, em Castelhana (GOULART, 1990, p. 57).

O instrumento de propaganda da ditadura Vargas foi marcadamente o rádio, com *A Hora do Brasil*, programa obrigatório em todo o País, desde julho de 1935, pelo qual Vargas falava diretamente aos brasileiros. É, portanto, compreensível que a empreitada cooperativa do Brasil com a Itália também tenha alcançado o rádio. Este instrumento também foi usado neste país, bem como em diversos outros, com o fim de difundir a ideologia do regime. Por lá, o Decreto-lei de 22/04/1937, n. 571, criou até uma inspetoria, no âmbito do *Ministero per la Stampa e la Propaganda*; a Inspetoria para a Radiodifusão e a Televisão, com a função de gerir a organização das transmissões.

Sobre a cooperação no âmbito da radiodifusão, um documento de 06/08/1939<sup>77</sup> (Anexo 6) indica seu estabelecimento a partir de um acordo que garantia a distribuição em todo o Brasil do *Servizio Radiocircolare Mondiale della Stefani*. Segundo o Diretor, a autorização veio do Ministro das Comunicações, do Departamento de Imprensa do Rio de Janeiro. Os jornais

---

<sup>76</sup> Minculpop – Direzione Generale per i Servizi della Propaganda, de 24/03/1939. (Anexo 10)

<sup>77</sup> Minculpop - Agenzia Stefani, documento enviado pelo Diretor Geral al Duce, de 6 de agosto de 1939. (Anexo 6)

brasileiros, nos dizeres do documento “a imprensa do Rio e de São Paulo”<sup>78</sup>, colocaram em relevo “a seriedade da Agência do Regime Fascista, o seu escrúpulo e a sua rigorosa obediência à verdade controlada dos eventos” (Anexo 6).

Há um outro documento que se refere a uma cooperação entre Brasil e Itália nos trâmites de aceitação e envio de publicações e informações. Segundo este documento<sup>79</sup> as editoras brasileiras cobriam da Itália o valor total dos impressos de propaganda anticomunista em Língua Portuguesa. Além disso, cita que a Embaixada da Itália no Brasil havia feito amigáveis passos junto ao Departamento Nacional de Propaganda, órgão que antecedeu o DIP, questionando-lhes se seria possível, considerando um empenho de ações anticomunistas, aceitarem toda ou parte das publicações feitas na Itália, em italiano ou francês, difundindo-as em português. O Departamento brasileiro aceitou os passos, segundo informa o referido documento.

Estas e outras são as ações entre os dois países que estavam voltadas muitas vezes para a justificação de Segurança Nacional, além de podermos incluir neste escopo diversas outras que tinham a propaganda do regime e controle das informações como razão primeira, antes mesmo da defesa contra comunistas. Isto quer dizer que elas buscavam eliminar, sim, todo tipo de antagonismo e não ‘simplesmente’ proteger a nação. Como já é possível entender, a manutenção do poder e a imagem prevalecem na questão da defesa nacional.

Esses sentidos vão circulando em um e outro discurso constante desses documentos. Assim, no estabelecimento de cooperação quanto à difusão das informações que interessavam aos países, o Brasil também manteve contato com Portugal, como consta de um documento<sup>80</sup> enviado ao *Ministero degli Affari Esteri*, em Roma. O tele-expresso dá informações sobre o acordo cultural luso-brasileiro, firmado no Rio de Janeiro em 4 de setembro por Lourival Fontes, Diretor do DIP, e Antonio Ferro, Diretor do Secretariado Geral da Propaganda portuguesa. O acordo previa a troca e as publicações de artigos inéditos de jornalistas dos dois países e também nos seus jornais, difusão de livros, cooperação radiofônica e películas cinematográficas, o envio de conferencistas

---

<sup>78</sup> (Anexo 6)

<sup>79</sup> Ministero della Cultura Popolare, Ambasciata di Italia, documentos N.U.P.I.E. de 31/10/1935 e 10/08/1939. (Anexo 6)

<sup>80</sup> Minculpop – Tele-expresso número 24/2099? (último número apagado) enviado ao Ministero degli Affari Esteri e outras direções, bem como al Ispettorato per la Radiodiffusione e la Televisione, em 24/09/1941. (Anexo 15)

e escritores e publicação comum da revista mensal *O Atlântico*, bem como o incremento do turismo entre eles.

A seqüência do discurso que mais chama a atenção refere-se a uma cláusula do acordo, assim citada por ele: “a criação de um regular serviço de informação telegráfica relativa ao Brasil e a Portugal” e “a recíproca colaboração em vista de uma orientação comum quanto às notícias a serem divulgadas no Brasil e Portugal”. Não é coincidência que esta seqüência se some às outras que reforçam a afirmação de que estamos tratando de uma cooperação censória entre países que se aproximam de forma político-ideológica. Em Portugal a ditadura militar – 1926-1933 - antecede o Salazarismo, que implantou uma ditadura de 41 anos, também designada Estado Novo, com o mesmo fim do Brasil, romper com o antes e divulgar o início de novos tempos, à custa da concentração do poder nas mãos de Antônio Salazar e do modelo de partido único.

Do ponto de vista histórico, é para Portugal e Itália, nas suas relações com o Brasil durante o Estado Novo, que Garcia também nos chama atenção:

Na década de 30, havia uma grande receptividade às ideias autoritárias, intensamente difundidas através de livros a respeito do fascismo italiano e do novo Estado português ou da situação política brasileira, analisada sob perspectivas antiliberais. Apareciam revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista, monarquista e corporativista (GARCIA, 1982, p. 55).

Retornando o foco para a Itália, no final de 1940<sup>81</sup> a propaganda italiana no Brasil pela imprensa faz, através da Agência Stefani, uma solicitação ao Minculpop para que um ou mais artigos fossem enviados ao Consulado da Itália em São Paulo com exclusividade a eles, aos jornais brasileiros de apoio e aos que ainda poderiam se tornar, porque seriam “muito úteis aos fins da nossa propaganda”. Segundo o documento, numerosos recortes de jornais já eram enviados semanalmente ao Consulado, que procurava publicá-los nos principais jornais brasileiros depois de retirado o que poderia contrastar com uma idéia de neutralidade do Brasil.

---

<sup>81</sup> Tele-expresso número 13428 enviado do Consulado Geral da Itália em São Paulo em 5/12/1940, ano XIX, ao Minculpop e Embaixada da Itália no Rio de Janeiro. (Anexo14)

Também em 1942, próximo à interrupção das relações diplomáticas do Brasil com a Itália, um Tele-expresso<sup>82</sup>, ao dispor do processo de controle da grande quantidade de impressos enviados periodicamente ao exterior, faz referência aos 700-800 pacotes semanais para os boletins, e cerca de duzentas fotografias a cada duas semanas. Em fevereiro, um mês depois, faz-se saber que a censura da correspondência epistolar, jornais e periódicos, livros, enviados ao exterior era competência do setor de censura postal estrangeira de Roma, Bolonha e Milão, justificativa para o setor de Controle do referido Ministério, que já fazia a revisão da correspondência jornalística destinada aos jornais estrangeiros. Existem, no arquivo do DOPS-MG, uma quantidade expressiva de documentos que constata a censura postal no Brasil, sendo esta uma das formas mais invasivas de controle utilizadas por esses regimes autoritários.

O estremecimento das relações entre Brasil e Itália é confirmado em julho de 1942<sup>83</sup>. A preocupação com o fato é revelada pela Embaixada da Itália em Buenos Aires, quando enviou ao Minculpop um outro tele-expresso<sup>84</sup> informando sobre a mudança ministerial. Tratava-se do afastamento - do governo - do Ministro Justiça, Francisco Campos, do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Filinto Muller, e do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, Lourival Fontes.

Citando a designação de nazi-fascistas dada aos três pelos jornais brasileiros, comenta a Embaixada italiana que as considerações são exageradas, pois que mesmo que Francisco Campos, Filinto Muller e Lourival Fontes sejam de “origem espiritualmente orientadas em direção aos princípios do Estado autoritário”, eles cederam miseravelmente às pressões norte-americanas, principalmente Lourival Fontes (Anexo 13). Ainda há uma referência a Vargas, que, por motivo de saúde, se distanciava das questões governamentais, facilitando um processo que poderia se concluir em uma “aparente restauração dos princípios democráticos na política interna do Brasil, onde, até agora, perdura o mais absoluto regime ditatorial” (Anexo 13).

---

<sup>82</sup> Minculpop – GANINETTO – Busta 139, Fascicolo Argomenti, Controlo dei stampati, de 14/01/1942, ano XX. (Anexo 12)

<sup>83</sup> Minculpop – GABINETTO – Busta 117, Fascicolo Brasile. Tele-expresso número 4310 da Embaixada da Itália em Buenos Aires ao Minculpop, em 23/07/1942. (Anexo 13).

<sup>84</sup> Minculpop – GABINETTO – Busta 117, Fascicolo Brasile. Tele-expresso número 4310 da Embaixada da Itália em Buenos Aires ao Minculpop, em 23/07/1942. (Anexo 13).

Mas não foi uma surpresa esse afastamento, já anunciado nos documentos anteriores constantes do *Archivio Centrale*, como o telegrama<sup>85</sup> enviado pelo Minculpop ao *Ministero degli Affari Esteri* em 13/02/1942, informando que o Brasil, depois da conferência do Rio, é um dos Estados que romperam as relações diplomáticas com a Itália. Mas conclui considerando que se tratava de um gesto puramente formal, que não portaria nenhuma consequência para o andamento da guerra, apesar de que a Alemanha, a Itália e o Japão se recordariam no tempo oportuno daquela condescendência dos governos sul-americanos e lhes trariam as necessárias consequências, tanto no campo político como no econômico.

Ora, no que se refere ao político-ideológico também não era novidade a aproximação entre a ditadura Vargas e o regime fascista. Mas documentos que correspondem a essa aproximação pairam neste ano de 1942, no arquivo italiano, naquele período em que o Brasil foi se distanciando dos países do eixo para se unir aos aliados na Segunda Guerra Mundial. Com efeito, o Brasil se considerou em estado de beligerância com a Itália e a Alemanha, em 28-08-1942<sup>86</sup>.

No Arquivo do DOPS-MG, um documento<sup>87</sup> enviado pelo Delegado de Polícia Especial de Pouso Alegre, em 23 de julho de 1942, informa, sob requisição, a existência da prática censória pelos Correios às correspondências de alemães e italianos. Em resposta<sup>88</sup> foram solicitadas informações sobre a postura postal em Pouso Alegre. As novas posições ideológicas do regime já vão dando sinal não só de um afastamento com os países do Nazi-fascismo, mas para um lugar de oposição e prática censória, investigativa, persecutória<sup>89</sup>. Nesse sentido, a preocupação com Pouso Alegre é com o fato de a cidade ter sido um grande núcleo integralista. Solicita ainda a censura da correspondência do alemão Schultz ali residente.

---

<sup>85</sup> Telegrama número 3925 PR/C - Minculpop – GABINETTO – Busta 138, Fascicolo Sud América, 13/02/1942. (Anexo 16)

<sup>86</sup> Minculpop – GABINETTO – Busta 117, Fascicolo Brasile. Telegramma in partenza 29918, de 28/08/1942. (Anexo 13)

<sup>87</sup> Documento n. 90 – Delegacia de Polícia do município de Pouso Alegre ao Delegado de Polícia Especial, em 23/07/1942. (Anexo 17)

<sup>88</sup> Cópia de uma solicitação enviada em 28/07/1942, Belo Horizonte, pela Censura postal do Interior ao Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, com as identificações (AEJ/Capital Censura Pasta n.2 CAMPANHA). (Anexo 18)

<sup>89</sup> O Anexo 22 apresenta 11 instruções enviadas aos chefes de Serviço de Investigações e Delegados da Capital, referentes à investigação e controle e práticas a italianos e alemães, bem como aos “súditos” de outros países que viessem a ser declarados beligerantes em relação ao Brasil.



Com esses documentos compreendemos que sem as mudanças de ordem política e ideológica isso não teria ocorrido. A cooperação censória não continuou justamente porque não existiu continuidade nesse sentido. Os discursos pelos quais podemos construir esse sentido de cooperação param neste período. A memória discursiva, entretanto, ecoará em outros momentos, em outros arquivos.

Para nossos objetivos nesta tese, não importa confirmar se o fim do Nazi-fascismo contribuiu ou não para o fim do Estado Novo, como postulam muitos estudiosos sobre o assunto. O que nos importa é percorrer um fio discursivo nos arquivos de censura constitutivo de memórias produzidas por essa ordem política e ideológica que se toca em diferentes momentos e espaços. Acreditamos que a cooperação e também o cessamento dessa ordem signifiquem nos documentos do acervo do DOPS-MG e produzam sentidos ainda por serem compreendidos no campo do discurso.

A discussão que segue parte das considerações feitas até agora, que foram motivadas pelos documentos encontrados no *Archivio Centrale dello Stato* que ligam os dois países no que diz respeito ao controle da informação. Não subestimamos, entretanto, um modo de compreensão específico para um arquivo de censura, o lugar possível de uma memória que não era para ser compreendida. Lugar de contradição, é onde respinga a condição original dos equívocos, do modo como os discursos proibidos e obrigatórios atingem a história, como a língua atinge a história quando está sob censura. Por isso, é onde justamente a compreensão dessa memória se torna mais possível.

Para não dar um tom conclusivo mediante a irrupção do novo, com os acontecimentos que ainda estão por significar e constituir novos sentidos, em outros arquivos de censura ainda por serem abertos ou revisitados, lembramos que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcou na Itália em julho de 1944 e entrou em combate em setembro. Sem cooperação, sem união ideológica, política, o silêncio ainda trabalha na constituição dessa memória, que aqui no Brasil só tem servido para construir o imaginário de um país que lutou bravamente ‘contra’ o nazi-fascismo. Quando for à Itália, pergunte aos italianos ou procure nos livros de história; tudo indica que pouco acontecerá, ou nada aconteceu.

## 4.2 Censura, Memória e arquivo

Uma pergunta que é preciso impor a propósito de um trabalho com arquivos de censura é: por que e como é possível que em diferentes épocas, sociedades, países, sejam realizadas práticas censórias, estratégias e produzidas leis de justificação tão similares, as quais constituem um saber que se inscreve na memória discursiva acerca da censura?

Possivelmente, há várias formas de percorrer esta questão, mas escolhemos discorrer sobre a formação de saberes e práticas censórias a partir da motivação que o material de arquivo nos apresenta. Os documentos que trabalhamos no item anterior, as discussões que fizemos, não só nos reportaram a práticas sociais e estratégias políticas que ligam Brasil, Itália e outros governos autoritários, mas nos levaram a percorrer uma memória discursiva acerca da censura a partir de um movimento espaço-temporal. Esse movimento não é linear porque a memória não é linear. Eles constituem, entretanto, um espaço de memória onde os sentidos vão se regularizando.

Então, abramos um parêntese para ressaltar a importância de dar visibilidade à discursividade dos arquivos de censura em questão e reafirmarmos sua significância para a constituição da memória coletiva. Os arquivos de instituições como o DOPS, instituições responsáveis pela censura e gestão de informações relativas à segurança de Estado, têm uma particularidade. Eles não eram, num primeiro momento, arquivos abertos à sociedade. Normalmente, a abertura desses arquivos coincide com a interdição das instituições que garantiam a manutenção do poder. O que se perde nesse movimento de abertura é parte da própria condição ideológica reguladora da informação, ou seja, a desinstitucionalização da informação e sua passagem a um novo sistema de organização, a reinstitucionalização ocorre sob novas condições ideológicas, para a leitura de outros leitores – o público – impõe novos gestos de interpretação.

Sem que nos afastemos dessa visão, concordamos com Kushir (2002, p. 571) quando afirma que nessa passagem de documentos que constituíam o acervo da polícia política para um acervo de arquivo público o que se permite é a constituição de uma memória. Para Orlandi (2007[1992], p. 66), há sentidos que estão in-significados, de-significados, porque ainda fora da memória. Mas não pensamos ser este o caso dos sentidos que poderiam ser construídos a partir do acervo da

polícia política do DOPS, antes de os arquivos serem abertos. A questão que gostaríamos de focalizar aqui é que o que estava sendo produzido antes que esses documentos fossem enviados ao Arquivo Público Mineiro já podia, em outro lugar, em outro momento, estar significando. A autora<sup>90</sup>, ao expandir a noção de arquivo, nos expõe à reflexão de que “todo dizer se liga a uma memória”.

É nesse sentido então as articulações entre arquivos, entre dizeres constitutivos de uma mesma memória discursiva, os sentidos de arquivos fechados já estavam significando de alguma forma. Por outro lado, e falemos sobre o nosso caso específico, mesmo que a abertura desses arquivos nos esteja permitindo agora um trabalho que incide sobre a própria instituição que os produziu – o DOPS-MG –, não poderemos desconsiderar o fato de que o Arquivo Público é uma outra instituição, que os documentos estão condicionados a uma nova organização, que há limitação em seu acesso, certamente diferente daquelas realizadas pela própria polícia política. Neste aspecto, o que nos interessa principalmente em Orlandi (2004[1996], p. 96), é sua consideração de que a memória coletiva é produzida pelos aparelhos de poder, que dividem os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever.

Voltando à pergunta colocada no início deste item, dizemos que ela não precedeu o momento de seleção do *corpus*. O trabalho inicial no DOPS, com documentos do período do governo Vargas, volta e meia nos distraía com uma referência ou mesmo documentos que relacionavam a ditadura militar e o governo Vargas, ou entre o Brasil e outros países; não paramos na distração. Também não se tratava apenas de um dito. Estávamos começando a compreender que esses ditos reclamavam sentidos, que eles nos sugeriam uma aproximação ideológica que garantiriam e que contribuiriam com a produção e institucionalização da censura nestes períodos e países. E assim, o que compreendermos é tanto uma força ideológica que orienta práticas censórias comuns nos discursos *sobre e da* censura e que é responsável por um tecido discursivo entre esses arquivos, quanto uma orientação institucional para condicionar o gesto de leitura desses arquivos. Um gesto que significa uma determinada forma de posicionar-se diante do modo como a memória foi sendo produzida a partir de práticas sociais orientadas por interesses ideológicos e políticos entre Brasil e Itália.

---

<sup>90</sup> *Idem*, 2004, p. 95.

Dissemos então que há um gerenciamento dos gestos de leitura, como o fazem os arquivos institucionais. Mas não se trata de uma submissão total às instituições. Para Zoppi-Fontana (1997, p. 63):

Quem se coloca numa perspectiva discursiva, os lugares de memória, embora participem de um gesto político do Estado para disciplinar a(s) memória(s) coletiva(s) pelo viés da história oficial, pelo seu caráter simbólico se inscrevem no funcionamento imaginário dos processos de significação produzindo efeitos não só independentemente da 'vontade política' de qualquer setor do Estado, mas sobre ela mesma, produzindo e deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar.

O fato de encontrarmos no nível documental motivações para falarmos de uma mesma memória discursiva acerca dos discursos sobre práticas censórias e de cooperação entre a censura exercida nesses países – Brasil e Itália – e períodos – ditadura militar, fascismo italiano e período Vargas – nos autorizou, enfim, um movimento acerca do *corpus* (arquivo do DOPS, arquivo de censura italiana, acervos da ditadura militar). Mais do que simplesmente ampliar o *corpus* previamente previsto, o do arquivo do DOPS-MG, convencemo-nos de que não estaríamos tratando apenas da censura no período da ditadura militar no Brasil, mas de toda uma memória discursiva construída de saberes pelos discursos *da e sobre* censura.

Trata-se de privilegiar a função da ideologia na constituição de um verdadeiro sistema – de censura –, que se organizará sempre que o Estado, as instituições ou outras fontes de poder se utilizarem, de forma impositiva, do discurso, da informação, dos meios de comunicação, para a sua manutenção e disseminação de sua ideologia. Os elementos desse sistema – estratégias, legislações, práticas, documentos oficiais de conduta – são heterogêneos e constituem o nosso *corpus* aberto, como já ressaltado em outro momento. O que resta dizer é como o *corpus* aberto, sobretudo, pode contribuir para trabalharmos o *corpus* fechado – os documentos e matérias de jornal constantes do arquivo do DOPS e do *Estado de Minas*: na medida em que ele nos propiciará compreender o funcionamento de uma ordem ideológica mais geral da censura, que algo foi dito anteriormente, de outros lugares, retornando sempre que um discurso é produzido *pela, sobre e sob* censura, gerando um acúmulo de saberes.

Mas como falar em acúmulo de saberes constitutivos de um sistema de censura a partir de documentos dispersos, como já dissemos? Pelas semelhanças que os aproximam através de leis,

do teor das matérias censuradas, do modo como a censura é praticada, de suas justificações, de sua irrupção; são os dizeres que ecoam em um e outro discurso e que nos fazem retornar para o mesmo. Quer dizer, a dispersão relativa a essa condição espaço-temporal diz respeito ao arquivo como instituição e aos documentos aqui e ali arquivados. Aceitamos nos movimentar no tempo e espaço onde eles nos reportam, mas sem nos esquecermos de que os vazios, o silêncio, funcionam como a areia movediça da incompletude. O que consta desses documentos são sempre fatos de linguagem, discursos, interpelados ideologicamente, em determinada direção e possibilitando não somente uma interpretação.

Se estamos discutindo a memória e o processo de sua construção, não devemos desconsiderar que a relação entre o arquivo e a memória discursiva pode contribuir principalmente para a recuperação da memória sobre a censura, ou nos dizeres de Romão e Pacífico (2006, p. 5) poderemos entender em que sentido “os dizeres sobre, os discursos a respeito *de* e o saber discursivo têm o poder de instalar e fazer circular certos modos de compreensão, leitura e interpretação da realidade e do mundo”.

Dito isso, podemos investir na afirmação de que os discursos a respeito da censura e o saber discursivo que essa memória disponibiliza são possibilidades em potencial para compreendermos também a ideologia que a produz e suas estratégias. E se respeitamos a dispersão ao nos ocuparmos da memória discursiva nos arquivos de censura é pelo fato de partirmos da não-necessidade de total identificação social, econômica e política dos países que a produzem para a constituição de um *corpus* cuja constituição é pautada mesmo no silenciamento, na desconstrução, como comentaremos adiante.

Observemos, nesse sentido, que o DIP foi extinto em 1945, o DOPS foi criado em 1927 com características de polícia política e social, passando a Delegacia de Ordem Pública em 1931. O DOPS não era, portanto, continuidade do DIP, mas é nas suas funções de vigilância e controle de informações, de prática censória, que podemos compreender como ambos constituem essa mesma linha ideológica sempre a serviço de um Estado autoritário. Há um outro documento<sup>91</sup> a ser comentado, já do ano de 1943, que esclarece ao Delegado Regional da 5<sup>a</sup> Circunscrição, em

---

<sup>91</sup> Arquivo DEIP, de 11/03/1943, Minas Gerais. (Anexo 21)

Barbacena, que a censura prévia a jornais não poderia ser feita pela referida Delegacia, porque tal medida era uma penalidade imposta pelo DIP, segundo ele naquele momento já um DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda). No caso, poderia ser solicitada autorização ao referido Departamento para que se fizesse a censura, enviando-lhes o exemplar do jornal e comprovante da medida.

O que buscamos então foi alinhar esses discursos dispersos no espaço e no tempo. A censura no período da ditadura militar, no Estado Novo, na relação desta com a censura do fascismo italiano, a censura produzida por uma mesma ordem ideológica, é parte de uma mesma memória de dizer. Procuramos realizar, para isso, um tipo de costura para a dispersão de um arquivo que, como qualquer outro, é construído por seleção, por escolhas, cuja constituição é ideologicamente determinada. Nem por isso podemos negar uma regularidade nesses documentos do período da ditadura militar, do período do fascismo italiano e da ditadura Vargas. Eles foram produzidos por condições de produção muito similares e fazem parte de um mesmo campo de saber sobre censura.

Por outro lado, a linearidade não é decididamente uma característica de um arquivo de censura. Antes de continuarmos, explicaremos que, quando designamos arquivo de censura, estamos nos referido a uma instância material, dispersa, que disponibiliza discursos constitutivos de uma memória discursiva especialmente construída por evidências, uma memória cheia de opacidade e de uma memória interdita pelo silenciamento. Mas o que faz sentido nisso? Ou, como o sentido pode ser construído acerca de um trabalho que mais parece uma teia de Penélope, como é um arquivo de censura? De que modo se realiza?

Para dizer, repetir, renovar, naturalizar, a censura precisa pôr em silêncio, silenciar, desmanchar, desnaturalizar. Quer dizer que a censura vai preenchendo, com as evidências, as faltas que ela mesma cria, ela precisa desmanchar para inscrever, para que, enfim, este processo não seja, ele mesmo, evidente. Como foi dito a respeito do trabalho do censor, em outro capítulo, ela não pretende deixar-se ver. Por isso, preferimos partir de uma análise de evidenciamento, por acreditarmos que tão significativo quanto proibir, apagar, é evidenciar. Estados em que a censura

é institucionalizada e se impõe como meio de controle dos sentidos pretendem justamente controlar os sentidos da memória; assim precisam também - evidenciando-os - naturalizá-los.

Se compreendemos a censura como um mecanismo de controle que provoca certos tipos de falha na língua, não poderíamos pensar em uma análise da censura como mecanismo político, ideológico, que cria faltas e procura preenchê-las? Não são mais aquelas geradas pela história, mas faltas específicas, condizentes com a irrupção do anti-histórico.

Para o momento, contentemo-nos com a afirmação de que em discursos sob censura não podemos contar com um funcionamento discursivo cujos sentidos são apenas historicamente construídos. Do mesmo modo, e é aonde queríamos chegar, não podemos dizer que um arquivo *da e sobre* censura tenha sido e seja des(construído) sem que esse controle também não tenha relação com a própria memória que o constitui.

Queremos frisar neste momento que, então, a desconstrução-construção é obra da engenharia censória, que também incide ao mesmo tempo sobre a própria constituição de um arquivo de censura. De um lado, os Estados predominantemente autoritários implantam e propagam a idéia de mudança, de ruptura, para justificar suas ações, com o fim de criar um contexto favorável para a manutenção das relações de poder, e desfavorável para a organização e ações de resistência. De outro, um arquivo de censura é um grande quebra-cabeça com tantas peças espalhadas, outras perdidas. É sempre um grande fragmento de memória cuja recuperação tem relação com outros que têm muitas peças iguais, mas não todas, e cuja temática é sempre a censura. O que ficou por dizer em um, o que se encaixa na falta, no vazio, não por acaso, tem lugar e produz sentido em outro. Mas há vazios que não serão jamais preenchidos, algo estará sempre 'em falta'. E assim poderíamos dizer de um saber que produz sentido também na falta. Neste momento, estamos nos ferindo à cooperação censória entre Brasil e Itália, de que já falamos anteriormente.

Quando pensamos em um quebra-cabeça, pensamos em construção. Mas, antes, algo está em des(ordem). A censura é isso, uma dispersão que cria a falsa idéia de falta de ordem; ela é um sistema altamente organizado, que funda a desconstrução. Pensemos nesta palavra – desconstrução - como um desmanche, que, por sua vez, também deixa sempre alguma mancha,

marca. Como podemos compreender o processo de desconstrução-construção censório no funcionamento discursivo? A exemplo do período privilegiado pela análise, Garcia (1982, p. 86) refere-se à difusão de um conjunto de mensagens que buscavam instituir um clima de ordem e de paz, “procurando dar a idéia de que a situação anterior ficava superada por uma mudança radical, adotavam-se expressões que sugeriam a imagem de um corte histórico: ‘Estado Novo’, ‘Brasil Novo’, ‘novo regime’, ‘ordem nova’, ‘nova política’ e outras.

Sobre esta questão, ou sobre o mesmo fio discursivo, Goulart (1990, p. 123) nos informa que a censura também era exercida pela SCI (Serviço de Controle à Imprensa) <sup>92</sup> no Estado Novo, mostrando-se implacável quanto às matérias cujos temas fizessem referência ao caráter do regime vigente: “Fica proibida qualquer alusão ao regime anterior a 10 de novembro de 1937, sem prejuízo de referências à democracia, pois o regime atual é evidentemente democrático”. Enfim, o ponto de partida para que a censura dissemine sua ideologia, para que realize sua propaganda é, exatamente, a desconstrução. Na outra extremidade desse processo está a construção.

Nos arquivos, reconhecemos o trabalho de desconstrução de diversas formas: as marcas nas matérias arquivadas e censuradas (com um X, marcas em vermelho, rabiscos que não nos deixam ler os dizeres, cancelando-os, com a lista dos temas proibidos, do que pode ser dito, pelo apagamento nos e dos documentos). A construção se dá através da produção de saberes, do arquivamento de documentos, do modo como é feito, de práticas e estratégias que sistematizam a censura e fazem-na funcionar, de forma a difundir a ideologia que interessa a quem se utiliza dessa forma de controle. Paralelo à desconstrução, será produzido o novo, ou melhor, haverá renovação e repetição de saberes através da memória discursiva sobre a censura. Os diversos arquivos de censura – de diferentes períodos e lugares - são construídos por saberes específicos e também correspondentes, que se repetem em relação a outros arquivos de censura e em relação a si mesmos, sendo constitutivos assim de um mesmo domínio de memória.

Courtine (2006, p.15) recorreu a Foucault para chamar de domínio de memória as práticas discursivas que são produzidas em lugares heterogêneos da prática social e que circulam entre

---

<sup>92</sup> O Serviço de Controle à Imprensa – SCI – subordinado à Divisão de Imprensa, Propaganda e Radiodifusão do DEIP de São Paulo, era responsável pela efetivação da censura (GOULART, 1990, p. 123).



esses lugares. De nosso lado, concordamos e dizemos que as práticas discursivas e sociais que partem de projetos ideológicos similares entre Brasil e Itália são responsáveis pela produção de pré-construídos, os quais dão forma e consistência à censura como estratégia política. Convencemo-nos de que percorrer um domínio de memória da censura tanto de uma mesma sociedade ou entre sociedades que se aproximam ou se afastam espacialmente e nos diversos períodos da história tem sua importância. Não descartamos, mas incluímos neste raciocínio, um domínio de memória em que a censura não é - ou não foi - institucionalizada, que não ocorre por imposição direta e legitimada do Estado, bem como em sociedades em que o autoritarismo não é a base fundamental de onde emana o poder do Estado.

Aliás, poderíamos, por uma página, até excluir o Estado, chega um momento em que a resistência já não pode trabalhar no silêncio. Nem ele, que sempre foi estrela nos estudos dos processos discursivos, nem a Igreja, nem os reis, nenhuma instituição é condição para o exercício da censura. Seria o caso de pensarmos, como exemplo, nas comunidades indígenas. Que tipo de saberes e práticas censórias foram e estão sendo produzidos (ocorre de se manifestarem por outros sistemas simbólicos)? Ou ainda, qual – como - é relação entre censura, história oral e memória discursiva em comunidades cujo arquivo é a memória coletiva não documentada, mas a oral? E, para não nos prolongarmos em exemplos, em que sentido poderíamos dizer de uma oficialização – já que não podemos usar institucionalização ou legitimação propriamente ditos - tanto da naturalização de sentidos, de inscrição de dizeres, bem como de uma prática censória em sociedades sem Estado? Como e em nome de que poderíamos dizer de vigilância, controle e punição sobre discursos neste tipo de sociedade? Saberes novos, saberes específicos, saberes sobre a censura, que também se repetem e se apagam e têm uma relação direta com as condições de produção do discurso.

Em torno disso, refletimos sobre um último documento<sup>93</sup>, constante do arquivo do DOPS-MG, de 14/01/1941, que partiu de um departamento designado censura telefônica do Interior. O que dele nos chama a atenção é o modo como a censura se institucionaliza, criando departamentos e funções específicas. Sob a ordem do Chefe – que não é o Cacique, mas o Chefe de Polícia – foi

---

<sup>93</sup> Arquivo do DOPS-MG. Documento de 14/01/1941, Belo Horizonte, enviado por um Delegado - Censura telefônica do Interior - ao Senhor Gerente da Companhia Telefônica Brasileira – Capital. (Anexo 19)

feita uma apresentação de um investigador incumbido da censura de trotes telefônicos. Há saberes censórios como este que são produzidos especificamente a partir de certas condições e não vão se repetir, por exemplo, nessas comunidades indígenas – ainda! Contudo, não podemos negar que sempre há saberes específicos a serviço de uma ordem, a serviço das ideologias; que há formas de controle sobre o discurso, sejam para funcionamento da tribo, da constituição da memória, em discursos cujos sujeitos discursivos não utilizam a documentação que utilizamos ou arquivo material. Portanto, o silêncio, o silenciamento, nesses discursos não podem funcionar nem significar do mesmo modo que aquele, produzidos em sociedades sob outras condições, outras relações, sob o Estado.

São saberes de sociedades em que, se não podemos dizer de um discurso político, podemos dizer de um discurso em que os embates discursivos, o poder e o controle se manifestam e também produzem. Não obstante, os índios estão se politizando, escolhendo seus representantes; o discurso político propriamente dito é já constitutivo de seus processos discursivos. Por assim dizer, também pensamos como os saberes censórios ali vão se renovando, enquanto apagam outros. Imaginamos que movimento histórico e discursivo devem estar ocorrendo!

Voltando a Courtine (2006, p.15), cuja afirmação nos permitiu uma quase pausa para fazer referência ao discurso político e institucionalizado, para sublinharmos o papel do discurso político e institucionalizado no tratamento dos processos discursivos que constituem a memória coletiva, formada pela repetição, pela retomada e pelo esquecimento que configuram as contradições históricas. Acrescenta o autor que o fio de um discurso político é mantido pela “função interdiscursiva como *domínio de memória*”, que permite ao sujeito “o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como o seu esquecimento ou apagamento” (COURTINE, 2006, p.78).

Desconstruindo e construindo, um arquivo de censura é feito, respectivamente, com o que é mesmo da relação entre lembrança e esquecimento; mas também de apagamento. Ou seja, no arquivo de censura, as marcas das investidas de silenciamento nos sugerem o tanto que se deve esquecer e apagar, e pressupõem outro tanto que foi apagado e esquecido pela memória coletiva. Somente podemos dizer daquilo que não é para ser lembrado – como um ‘acontecimento que

nunca aconteceu', porque não chegou – na ordem da língua - a se inscrever ou foi destruído, desconstruído; este é o escopo do apagamento. É um trabalho com a memória do dizer (arquivos queimados, destruídos), cuja recuperação, em parte, está nos rastros no próprio arquivo, nas lacunas que deixam, no que pode dialogar com outra memória discursiva, bem como em outros arquivos de censura.

Um apagamento, se obtém expressivo êxito em um arquivo – como o arquivo de censura -, deixa pistas em outros arquivos, deixa marcas nesse grande fio discursivo. Temos memórias coletivas que dialogam no e para além dos arquivos. Então, quando falamos sobre apagamento em um arquivo de censura, estamos nos referindo também a uma memória interdita - não aquela que está apenas em silêncio – que também pode ser de alguma forma recuperada e fazer pelo menos algum sentido, como é o caso de tantos arquivos da ditadura, que estão perdidos ou foram destruídos.

Tanto os arquivos em silêncio – que ainda não foram abertos, trabalhados – quanto os apagados são o resultado de um trabalho que a censura realiza, que é o de selecionar, de silenciar, de excluir, documentos e informações, e indiretamente de sentidos. Quanto aos arquivos apagados, estamos nos referindo a saberes que não podem sequer ser produzidos, quanto mais arquivados ou disseminados. Podemos então considerar um domínio de memória a ser interdito pela censura – saberes proibidos de serem construídos -, mediante a tácida produção de evidência de um não-acontecimento. Quer dizer, o alvo não é somente a informação em si, mas a formação de um saber é que precisa ser interdita.

Este trabalho de interdição tem grande importância no espaço de formação, organização e constituição do arquivo. A memória interdita está apagada, é o arquivo que do ponto de vista documental não pode ser recuperado porque foi destruído. Mas ele constitui todo um domínio de memória. Ele deixa pistas nos arquivos de censura, sinais, marcas no nível do discurso, como já dissemos; são sintomas de sua existência. Já quanto aos documentos do DOPS que listam o que não pode ser dito, divulgado, temos um trabalho de censura no nível do silenciamento.

Há diversas formas de recuperar esses saberes. Mas a recuperação de saberes de uma memória interdita só é possível em algum nível se buscarmos o que dela respingou a partir de outras peças que constituem a memória discursiva formada por saberes sobre a censura, independente do tempo e do espaço, mas considerando suas correspondências ideológicas. Para Pêcheux (2007[1999], p. 52), a memória discursiva vem restabelecer implícitos, pré-construídos, necessários para sua leitura, e ao mesmo tempo elimina com os apagamentos que opera. Esses pré-construídos residiriam, portanto, na regularidade, pela repetição, pelas remissões, retomadas, podendo ser desregulados pelo acontecimento, perturbando a memória, ou mesmo constituindo uma nova série do legível.

Dessa forma, o acontecimento provoca estabilização e regulação que irão constituir a memória discursiva. Especificamente no nosso caso, os pré-construídos ecoam, respingam, mas também vão sendo silenciados e apagados. Falar de memória discursiva no escopo da censura local é falar de condições de produção adequadas que favorecem o acontecimento para que esta memória se estabilize materialmente, de uma parte. De outra, relembramos que há uma força na contramão dos processos discursivos historicamente construídos, que se traduz em acontecimento operando em favor da interdição e dos apagamentos.

Acrescentamos de passagem que a censura local - sendo um mecanismo que se manifesta justamente na regulação e desregulação dos processos discursivos - age não por consequência, mas como um sistema de regulação da própria memória, ou seja, age não necessariamente sobre um acontecimento histórico, mas sobre o acontecimento discursivo para (re)significar a memória. Se concordamos com Pêcheux (1990[1983]), ao dizer que o acontecimento discursivo reorganiza o espaço da memória, desestabilizando-a e provocando um novo vir a ser, devemos concordar que a censura local se manifesta também como um acontecimento discursivo ou mesmo se impõe sobre eles.

Como já dito, na discussão sobre os documentos que ligam ideologicamente Brasil e Itália em torno da censura e da política, procuramos estabelecer relações entre eles no nível do funcionamento da censura e das condições políticas e ideológicas para que pudéssemos localizá-los num mesmo domínio de saber, e propomos que estes saberes se repetem e se renovam no

período da ditadura militar no Brasil. Mostramos em que sentido podemos nos referir a uma aproximação ideológica que justifique uma prática censória baseada na cooperação entre Brasil e Itália. Para fazê-lo, partimos das condições ideológicas pelas quais o Estado Novo e o período fascista italiano se aproximaram e que estamos considerando como condição básica para a produção de saberes correspondentes ou, dito de outra forma, que fazem com que a institucionalização, a prática e estratégia censória entre os dois países se construam num mesmo fio discursivo.

Dissemos que um arquivo de censura – uma memória institucional – é um embate entre opacidade e evidências, e por isso mesmo possibilidade de compreensão do real da memória coletiva. Buscamos entender como saberes que constituem um mesmo domínio de memória estão também vinculados a condições de produção similares, em que a censura surge como uma estratégia política, como uma prática ideológica que se utiliza dos meios de comunicação de forma impositiva para disseminar sua ideologia. Mais do que isso, é esta mesma ideologia, similar entre países cujo Estado tem o interesse e busca controlar a informação – da sua produção aos modos de difusão – que vai produzir esses saberes. Este é o sentido de uma aproximação ou similaridade ideológica entre Brasil e Itália, num mesmo espaço de tempo ou mesmo diferentes.

Os documentos referentes ao período Vargas e ao fascismo italiano, os saberes acerca dessa relação, inscritos no arquivo italiano e ainda circulantes no silêncio, ou silenciados, nos arquivos brasileiros, representam diálogos institucionais, diálogos históricos que se constituem e realizam na e pela memória discursiva. É, por assim dizer, o que fala antes dos ditos e saberes que encontramos nos arquivos de censura da ditadura militar no Brasil.

## **5 SILENCIAMENTO E EVIDENCIAMENTO NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

### **5.1 Sobre a censura e as condições de produção do discurso**

Pretendemos neste capítulo tecer algumas considerações acerca de um processo de produção do discurso jornalístico sob censura que acena para um silenciamento, ou seja, considerando a dimensão política do silêncio (Orlandi, 1995[1992]). É sob esta perspectiva que sentimos a necessidade de retomar um momento histórico para podermos dizer um pouco mais de um movimento discursivo. Para isso, discorreremos sobre um movimento censório e político que pretendia mesmo silenciar, apagar, evidenciar, produzir a informação e, sobretudo, controlar os efeitos de sentidos com o fim de fabricar um imaginário social.

Estamos nos referindo ao período da ditadura militar no Brasil e, mais especificamente, à promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, momento em que a censura oscila entre as práticas de vigilância, controle e punição. Mobilizaremos a Lei de Segurança Nacional, doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) e decretos para compreendermos pelo menos uma das práticas adotadas pelo Regime Militar; como ele se articulou discursivamente – através de estratégias político-militares – para fazer predominar seus interesses e interferir nas condições de produção do discurso.

Realçando o caráter punitivo e analítico da censura, Fidelis (1979, p. 122) a considera como condenação, crítica; a palavra aparece em diversos dispositivos legais, com ênfase no Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, na Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968 – quando se cria também o Conselho Superior de Censura – e outras portarias. O autor cita também a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), que é “o diploma legal que regula a liberdade de manifestações do pensamento e de informações”.

Como já exposto, as posições ideológicas referentes a matérias que tratam de censura na imprensa estão normalmente atreladas a essas leis, atos e decretos. No caso da censura à imprensa, tratam-se principalmente dos Decretos 314/67, 510/69 e 898/69, que representam uma incursão na legitimação da censura e inscrevem-na no campo da produção jornalística. Sobre o constante nessas leis, lembramos que os crimes de manifestação do pensamento constituem o ponto nevrálgico, considerando que a quase totalidade dos processos movidos com base na Lei de Segurança, depois da revogação do AI-5, refere-se a crimes de manifestação do pensamento (FRAGOSO,1980).

Localizamos a censura no mesmo território de diversas outras práticas instituídas pelo Regime Militar, que, como podemos compreender com a análise deste capítulo, não pretendia predispor uma imagem abusiva, autoritária, repressiva. Em parte, isto pode ter relação com o discurso autojustificador nos preâmbulos dos vários Atos Institucionais e decretos instituídos na ditadura militar brasileira a partir de 1964.

Foi com uma orientação repressivo-ideológica que o Estado fez imperar a censura, não só nos meios de comunicação. No jornalismo, entretanto, como espaço discursivo privilegiado de incursões das relações de poder, a censura incidiu de forma bastante incisiva. Além disso, foi interesse do Regime Militar, considerando os ideais, leis, decretos e atos por ele instaurados, impedir que os mais variados mecanismos de resistência atuassem na contramão da ordem vigente.

Isto posto, cabe discorrer sobre a natureza desses impedimentos presentes neste campo discursivo. Para interromper a circulação dos sentidos não condizentes com os da ideologia do Regime Militar, considerados subversivos da ordem, o governo procede à institucionalização da censura, que afetou de diferentes modos as matérias jornalísticas, a produção e circulação das informações. Na prática, ela era exercida pelo DOPS, que cumpria a função de vigilância. Mas as

orientações censórias vinham de instâncias superiores, como o Exército e a Censura Federal, vinculada à Polícia Federal.

Mas não era intenção do Regime Militar deixar-se ver, permitindo que o povo relacionasse o governo à violência, à censura, à repressão. Então, ele agia de forma a omitir, silenciar ou transferir suas práticas abusivas de poder, buscando impor um único sentido, o seu sentido, atos pelos quais podemos considerá-lo como predominantemente autoritário. Mas entre a função primeira de produção e divulgação da informação e a de construir um imaginário social, pode-se dizer que a censura, na sua extensa rede de intenções, buscou reger o funcionamento do discurso, que ordena, entre outros, posições ideológicas a serem ou não ocupadas pelo pelos sujeitos nos discursos dos jornais.

Desse modo, podemos entender discursivamente um modo de proibir que o sujeito ocupe certas posições, como já dito anteriormente acerca do funcionamento da censura. E, sobre essa compreensão, já é possível anunciar o trabalho da ideologia - condição para a constituição de sentidos e sujeitos - na constituição da censura, que busca neutralizar o sujeito e o seu modo de conceber e representar a ordem social. Assim, a censura, instrumento de um mecanismo ideológico fundamentalmente controlador e manipulador, impõe-se sobre a ordem do discurso.

Mesmo que estivesse tratando dos regimes totalitários e da censura, encontramos em Novinsky (2002) a indicação do que subsiste a esse controle:

A uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constituem a base para centralização e o fortalecimento do poder totalitário. Para instaurar uma verdade oficial, é necessário o controle da sociedade em todos os níveis. (...) Um sistema político totalitário menospreza a expressão “verdade”. Só existe uma verdade, a oficial. E uma verdade oficial não admite qualquer pluralidade de pensamento (NOVINSKY, 2002, p. 31).

O silêncio como fato de linguagem, utilizado pela censura no discurso jornalístico, na sua inevitável relação com a verdade, com a fabricação desta, com a falta, é assim entendido na doutrina que consta na Escola Superior de Guerra (ESG):



Na boa doutrina democrática, porém, a propaganda – mesmo como arma de guerra psicológica – não deve utilizar idéias falsas; poderá, isso sim, *omitir a verdade*, quando esta revelar ao inimigo conhecimentos que obstaculizem a consecução dos Objetivos Nacionais. Omitir a verdade não significa ocultar a verdade. No caso em questão, omitir significa **deixar de dizer, não mencionar, preterir, postergar** (ESG, 1981, p. 169, grifo nosso).

*Deixar de dizer, não mencionar, preterir, postergar*, a verdade é uma política de silenciamento que não só impede a produção dos sentidos em certa direção, mas é uma política de *poder de verdade*. Embora não tenhamos proposto um aprofundamento nesta questão, ao abordarmos o falseamento da representação realidade, estamos compreendendo a importância da censura nesse processo, nessas práticas. Então, o controle e manipulação dos dizeres, dos sentidos, não são imunes à fabricação da verdade e do falseamento da realidade, e por assim dizer, é no discurso mesmo que se constituem e começam a funcionar, no interior de uma Formação Discursiva (FD).

Considerando as análises sobre o discurso presidencial militar de Indursky (1997), estamos preocupados a postular, também com base em nossas análises, uma FD Militar, ou seja, uma região do que pode e deve ser dito a partir da posição da ditadura. Essa rede de dizeres atua parafrasticamente visando à manutenção de todos os sentidos. Dito isto, já destacamos e pretendemos mostrar a importância da função da FD para a produção de sentido, de como ela permite tanto a constituição quanto a identificação do sujeito.

Retomemos, com Orlandi (1995[1992], p. 79), o sujeito do discurso para estabelecermos algumas considerações que nos servirão para refletirmos acerca da FD e da censura:

Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois, sabe-se (Pêcheux, 1975), a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido.

É desta censura que estamos tratando. Segundo Orlandi (1995[1992], p.109), é aquela visível, uma dimensão da interdição do domínio da formulação porque é o traço do formulável, mas proibido, em certas condições. Como já ressaltado, a outra dimensão da interdição é a do impossível. Toca a dimensão mesma da história: é o historicamente não-dizível.

O estabelecimento do que pode/deve e não pode/não deve ser dito, nesta situação em que estamos considerando, é uma determinação ideológica que dá a direção deste controle. Podemos pensar que há um dizível historicamente que surge justamente do trabalho da censura, sob seu mecanismo controlador e também por seus discursos. Então, ressaltamos novamente a questão de buscar compreendê-la não somente pelo seu caráter negativo, que é a interdição do dizer. Isto significa não extrair do todo das FD's o que é proibido em certas condições. A interdição do domínio do formulável, nesse sentido, não tem necessariamente implicação com o não-dizer. Trata-se também de considerar que há um pré-construído do que não pode ser dito em certas condições, dizeres interditados que não poderiam decerto surgir do nada. No discurso, nada se apaga completamente, as palavras também não brotam do nada porque assim não seria possível produzir sentidos, inclusive sobre o proibido.

Ainda que o foco dessas considerações seja a censura local, estamos procurando estender a questão para compreender que a censura não é só proibição e silenciamento. Mas quando nos referimos a um movimento censório é para lembrar que há modos de controle que têm a *imposição* de um poder *político* como fator predominante, já que ele pode ser estabelecido pela moral, pelo aspecto econômico, *etc.* Então há de se atentar sempre para um deslocamento neste campo censório, bem como é preciso ocupar-se do deslizamento no funcionamento discursivo; finalmente também para o fato de que a comunhão de um modo e de outro entre ambos deixa sempre fissuras.

Tanto as normas que seguem, direcionadas à Editora Abril, como as que encontramos no acervo do DOPS, e que datam justamente de 18 de dezembro de 1968<sup>94</sup>, cinco dias após a Promulgação do AI-5, fundamentam o movimento histórico que tem efeitos no funcionamento do discurso, porque as regularidades e o que pode ou não ser dito – antes previstos sócio-historicamente - são alterados de acordo com os interesses do Regime Militar, do que as normas censórias determinam como e o quê não deve ser dito.

Para melhor compreensão, neste momento, das normas censórias de 18 de dezembro de 1968, é preciso dizer que elas foram emitidas pelo I Exército e enviadas ao DOPS-MG, tinham a

---

<sup>94</sup> As normas constam do Anexo 24 e Anexo 25.

finalidade de: “a. Obter da imprensa (falada, escrita e televisada) o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa à consolidação da Democracia; b. Evitar divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas”. Elas serão abordadas no próximo capítulo.

O que devemos ressaltar é que o movimento discursivo, ao abrir espaço para novos dizeres que se inscrevem, não significa uma compensação do que não deveria ser dito. No silenciamento, embora a imposição de um dizer estabeleça automaticamente uma imposição do não-dizer, deixando marcas de tangência, a necessidade de ordenar certos dizeres não se justifica ou se resume necessariamente – nem somente – na necessidade de proibir e regular outros dizeres; é preciso, pela análise, problematizar a particularidade de suas funções.

Para abordar teoricamente esse movimento histórico que se dá com a interferência da censura no campo discursivo, acenamos para uma reordenação nas FD's no discurso dos jornais, que também atinge aquelas que a interceptam. O controle da imprensa é, nesse sentido, fundamental para pôr em evidência dizeres que não estavam previstos ou seriam realçados. O mecanismo censório trabalha com um movimento que se pretende imperceptível, portanto tênue no nível discursivo; também por isso, entre outras razões, a maior parte dos leitores não o percebiam. Além desse movimento, outras formas de impedir esta percepção da interferência censória na produção e circulação da notícia aconteciam previamente. Em Marconi (1980) encontramos uma Comunicação Interna enviada, em 21/02/1974, pelo Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal a Edgar S. Faria, diretor da Editora Abril:

É proibido dar aspecto da matéria censurada: Não pode haver ‘substituição inadequada’, quando qualquer matéria sofrer “corte” parcial ou total. Os ‘diabos’, constantes de pág. 22 da rev. VEJA nº 285, evidenciou CENSURA DE MATÉRIA. O preenchimento do ‘espaço censurado’ poderá ser efetuado c/fotos relativas à matéria divulgada, porém de teor neutro. Não se justifica que abaixo da notícia s/ o Min Passarinho e ao lado da inauguração de 2000km de asfalto apareçam duas figuras “demoníacas”. Outro exemplo de “substituição inadequada” está na pág. 46 c/Leonardo da Vinci. A propósito, o GA. Bandeira já determinou novos contatos junto à direção de jornal ‘O Estado S.Paulo’ no sentido de não mais divulgar “versinhos”... ou haverá apreensão... Aliás, o fato que chegou a atenção das autoridades do Min. Justiça e DPF/Brasília para as “substituições apontadas, foi a pequena notícia de Jornal do Brasil (3ª.-19.2.74) ao falar das qualidades de pintor do Sr. Mino Carta...Era o que me competia informar” (Marconi, 1980, p. 211).

Estas normas nos fazem pensar que uma das formas de resistir é tentar, em vez de atenuar, evidenciar e delatar a interferência censória, como o uso de figuras ‘demoníacas’, Leonardo da Vinci, versinhos, constantes da citação. Aliás, esse período de intensa censura ressalta justamente a afirmação de que não há dominação sem resistência, ou seja, reprodução e transformação caminham juntas. É dessa relação que a memória histórica vai sendo construída. Compreendemos, com Certeau (2006, p. 67), que os “fatos históricos” se constituem previamente pela introdução de um sentido na “objetividade” e enunciam “escolhas que lhes são anteriores, sendo, portanto, “falsificáveis”, graças a um exame crítico”. Por isso se diz que a compreensão advém de uma inscrição do sentido na história, sentidos variáveis, ligados à historicidade, que interpõem, ao analista, não o conteúdo, mas os efeitos de sentido que advêm da sua inscrição na história. Na censura, essa inscrição é controlada. Se isso impõe conseqüências para a produção de efeitos de sentidos, esse controle não garante jamais o sentido único, ilusão de completude; pois os sentidos resvalam.

O jogo da censura no nível discursivo é mesmo o de naturalizar forçadamente sentidos, porque estes não estavam previstos; evidenciar dizeres que, necessariamente, não correspondem ao já-aí constituído no interdiscurso. O sentido – e estamos considerando-o no escopo de uma *imposição* de poder político – também se produz neste território em que o funcionamento da historicidade está abalado, em que o sujeito não só é impedido de ocupar certas posições, mas também é forçado, até certo ponto, a ocupar outras determinadas. O silenciamento é o sinal da tentativa de institucionalização de *um* sentido, do literal. Não é sem motivo que a censura busca justamente apagar as possibilidades de movência dos sentidos, de transitoriedade, de abertura para a polissemia, de ambigüidade. Enfim, a censura caminha na contramão da incompletude, da falha, da contradição, que constituem o real da língua.

Observa Mariani (1999, p. 106), porém, que a linguagem não pode ser considerada como um código transparente e neutro, cujos sentidos estariam sendo continuamente manipulados. Os traços histórico-sociais nas matérias publicadas não podem ser completamente apagados “porque linguagem e história se constituem mutuamente e os sentidos precisam ser pensados na sua historicidade”. Há, sim, predominância de sentidos. Podemos dizer que, para que um sentido

domine, é preciso que ela – a censura – estabeleça as condições de produção, que são normalmente acionadas pela história.

Para Orlandi (2003[1999], p. 30), as condições de produção, em sentido estrito, referem-se ao contexto imediato; em sentido amplo, ao contexto ideológico e sócio-histórico, que determinam a reunião de certos tipos de textos a partir de certas restrições consideradas estáveis. As condições sócio-históricas fazem com que as palavras signifiquem diferentemente, porque elas estão vinculadas a certas redes de significância. É assim que temos sentidos disponíveis pelos já-ditos no discurso jornalístico sob censura que não se estabeleceram predominantemente pelas redes de significância produzidas sócio-historicamente, mas foram determinados por uma imposição de poder político.

Como já dito, esse espaço discursivo de dizeres e efeitos de sentido que se impõem também precisa ser pensado na sua historicidade, e é isso também que nos reporta para a contradição. Podemos então retomar outros momentos de imposição de um poder político e encontrar justificações, designações e sentidos que têm ressonância histórica, como é o caso do que ocorreu, em momentos diversos, em torno de *comunistas*, *subversivos*, daqueles advindos da censura com base moral, *etc.*

## **5.2 Censura: fazer propaganda psicológica, silenciar propaganda subversiva**

Retomando Orlandi (1995[1992]), com a produção dos sentidos sob a perspectiva do silêncio, enfatizamos a diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio, que nos autorizará a discorrer sobre a censura ressaltando seu caráter político. Uma das importantes considerações que a autora faz em sua obra é fundamental para trabalhá-la nessa dimensão política: “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 1995[1992], p. 75). O silêncio fundador é, portanto, constitutivo de um funcionamento próprio da inscrição das palavras no discurso; o silêncio é porque os dizeres possíveis, as regularidades, estão previstos pelo trabalho da historicidade. Mas a política do silêncio produz um recorte entre o dizer e o não-

dizer que é dado por um trabalho ideologicamente político. Neste sentido, estamos também abordando a censura, ou, como expôs Orlandi (1995[1992], p. 50):

O silêncio é local: do tipo da censura e similares; esse silêncio é que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circular, por exemplo, numa forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc.

A forma de produção desse silêncio – silenciamento – se dá pela imposição de um poder político para que certos sentidos não possam circular. Antes de tratarmos especificamente da censura concebida como um silêncio local, abramos um espaço para discorrer sobre um tipo específico da política do silêncio que envolve o discurso jornalístico, mas que não poderia ser concebido como silêncio local. O comentário de Marcondes Filho (1989, p. 39) nos põe diante de um silenciamento que não se dá nível da proibição, mas posições ideologicamente assumidas:

Na elaboração da notícia atua uma censura formal, externa e interna (autocensura), assim como *formas de pensamento censurado*, que não se confundem com os tipos de censura formal. (...) Caracterizo basicamente três formas de falseamento ou encobrimento das notícias como pensamento censurado, formas essas que concentram o mais importante do que se conhece sobre a manipulação noticiosa. São elas: a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da lingüística e a sonegação das informações “indesejáveis”.

O autor considera que a censura à imprensa é exercida fundamentalmente em dois níveis: a partir do aparelho de Estado (censura prioritariamente política) e a partir dos próprios jornais (censura prioritariamente econômica, moral, *etc.*). Nesta, o autor se refere não mais aos interesses do Estado, mas da Organização. A realidade construída pelos jornais interfere na construção da memória social e está condicionada, neste último nível, ao controle da Organização na sua relação com o poder, principalmente econômico.

Como assumimos, com Orlandi (1995[1992], p. 55), que a dimensão política do silêncio se estabelece na medida em que o silêncio recorta o dizer, precisamos reconhecer que as práticas jornalísticas – censura feita *pela* imprensa - mobilizam sentidos também através da política do silêncio, na medida em que selecionam, recortam, consagram, aumentam, os fatos que devem ser lembrados e tendem a afastar da memória aquilo que pode colocar o equilíbrio da organização em

perigo (FERREIRA, 2005, p. 95). Há uma imposição ideológica predominando, e muitas vezes não podemos dizer quanto menos branda ela é daquela que estabelece o Estado. Apontamos então um grau de silenciamento nesta prática que não se constitui de uma proibição imposta pelo Estado, mas acaba por impedir certos dizeres, sentidos, por institucionalizar certos sentidos. Obviamente estes modos de censura à imprensa geram também a autocensura, já que esta é uma das formas de a empresa jornalística escapar das perseguições, dos prejuízos financeiros, *etc.*

Mas abramos um parêntese para um esclarecimento necessário quando optamos por trabalhar com a censura. Trata-se de estabelecermos uma diferença entre proibição e esquecimento. Para isso, citamos Orlandi (2006) que, na sua abordagem, também nos remete à questão do esquecer/proibir, que deixamos implícita na introdução deste texto:

O esquecimento é aqui fantasma (desengatilha, domestica mas fica à espera: não se esquece, se proíbe lembrar). Então, na impossibilidade de esquecer verdadeiramente, é preciso esquecer pelas palavras para impedir a memória dos males. E em grego se faz a distinção entre “*me*” (proíbe) e “*a*” (priva). É preciso distinguir entre amnésia e amnistia. Uma é privação, a outra interdição. Na amnistia, o sujeito não se priva da memória, ele se proíbe lembrar o que é para esquecer. Para que haja laço possível, vínculo possível, vivência-com (ORLANDI, 2006, p. 11).

Esta observação nos permite compreender um esquecimento que está na relação com a proibição. Dito isto, concentremo-nos na questão da censura na dimensão da política do silêncio imposta pelo Estado – e para isso, retomaremos as questões sobre silêncio já indicadas anteriormente, no sentido de Orlandi (1995[1992]) – que é a que nos interessa para ressaltarmos uma forma de trabalhar um aspecto acerca do modo como os sentidos são produzidos no discurso jornalístico sob censura. Estamos tratando então de uma censura em que o silenciamento se dá por uma imposição ideológica do poder político que atende a interesses específicos ao Regime Militar. Estamos também nos referindo a um momento em que era preciso produzir um clima de equilíbrio social, econômico, sem luta de classes, sem contradições ideológicas, porque o Regime Militar brasileiro arquitetou uma estrutura social de forma repressiva e violenta, mas muitas vezes silenciosa, garantindo, enfim, sua permanência no poder por 20 anos.

Estes ideais e essas práticas se fundamentavam na doutrina da ESG, podendo-se mesmo afirmar que, agindo como se estivesse em situação de guerra, provocou uma situação em que o extremismo, a repressão, a censura, produziam também formas diversas de resistência.

As formas de resistência eram designadas todas como subversões, que precisavam ser contidas. Mas foi preocupação do Regime Militar criar justificações para suas ações. Criar um campo discursivo para que essas justificações e práticas pudessem adquirir sentido, para que a palavra *subversão* adquirisse o sentido pretendido, era a razão maior para a institucionalização da censura. Atravessar o discurso desses materiais nos ajuda a visualizar as condições de produção do discurso jornalístico sob censura e o processo discursivo no qual podemos ver funcionar os efeitos de sentido.

Apresentamos então aquilo que mais nos importa do Decreto-Lei 314, de 13/03/67:

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção a prevenção e repressão da *guerra psicológica adversa* e da guerra revolucionária ou *subversiva*. Art. 33. Incitar publicamente: I – à guerra ou à subversão da ordem político-social; II – À desobediência coletiva às leis; III – à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis. Art. 38. Constitui, também, *propaganda subversiva*, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: **a publicação ou divulgação de notícias ou declaração; a distribuição de jornal, boletim ou panfleto** (grifo nosso).

Salientamos que os principais impedimentos de *guerra psicológica adversa*, *guerra subversiva*, *propaganda subversiva*, constam como justificações para o estabelecimento da censura à imprensa e estão previstos na Lei de Segurança Nacional e na doutrina da ESG. O Art. 42 da Lei de Segurança Nacional esclarece o sentido que atribui à propaganda subversiva:

I – utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; II – aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; III – realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; IV – realizando greve proibida; V – injuriando, calculando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições; VI – manifestando solidariedade e quaisquer dos atos previstos nos itens anteriores.



Em seu Manual Básico, a ESG (1977, p. 11), reconhece-se uma Doutrina que tem um sentido específico: orientar a ação de emprego e destinação do Poder. Sobre a propaganda subversiva ressalta a importância de se neutralizar os antagonismos, para conter a difusão dos atos que considera subversivos indica medidas apropriadas de Mobilização<sup>95</sup>. No Campo Psicossocial, a Mobilização se configura, principalmente:

(...) através da *integração* e, mesmo, do *controle* dos diferentes órgãos de comunicação social, a fim de colocá-los *a serviço* dos objetivos que se pretenda atingir, seja esclarecendo, seja orientando a opinião pública, com vistas ao fortalecimento deste campo. Há, portanto, que **motivar o público interno, para apoiar as ações governamentais e facilitar a neutralização da guerra psicológica adversa** (ESG, p. 351, grifo nosso).

A ESG (1981, p. 169), citando “A guerra Psicológica e os Meios de Comunicação, na Guerra Revolucionária”, de Luiz Carlos Hosken<sup>96</sup>, assume que:

A propaganda pode ser entendida como uma deliberada ação para persuadir, convencer e induzir pessoas a aceitar idéias, símbolos, sentimentos ou valores com o propósito de mudar atitudes, hábitos, crenças e decisões. Enfim, fazer o que o seu manipulador deseja que as pessoas façam, comprem ou aceitem. Seu fim é dominar os meios muitas vezes subservientes” (ESG, 1981, p. 169).

Complementa, com Harold Laswell, que, na práxis, a política da propaganda é “a disseminação de informação para influenciar a opinião pública”<sup>97</sup>. A doutrina da ESG considera que os meios de comunicação de massa constituem um instrumento poderosíssimo para a padronizada difusão de idéias, criação de estados emocionais, alteração de hábito e atitudes e que “bem utilizados pelas elites, constituir-se-ão em fator muito importante para o aprimoramento dos Componentes de Expressão Política” (ESG, 1977, p. 116).

Nesse sentido, não poderíamos deixar de dizer que em torno da imposição censória ao discurso jornalístico deve-se pensar em efeitos de sentido, privilegiando-se, como já mencionado, o silenciamento como um dos determinantes do movimento dos sentidos, até porque a ESG doutrina que a primeira preocupação da fonte incumbida de deflagrar e conduzir a ação

---

<sup>95</sup> A mobilização, segundo o Manual (p. 345) visa à realização de ações de emergência excepcional em proveito direto da Segurança Nacional.

<sup>96</sup> No livro da ESG (1981) “Complementos da doutrina”, não há referência sobre a fonte de consulta relativa a Hosken.

<sup>97</sup> No livro da ESG (1981) “Complementos da doutrina” também não há referência sobre a fonte de consulta relativa a Laswell.

psicológica deve ser a adequação dos meios de comunicação a empregar. “Dentre estes, os mais explorados são os chamados “meios comunicação de massa”, que incluem a imprensa, o rádio, o cinema, o teatro e a televisão” (ESG, 1981, p. 167).

Finalmente, citamos a Lei 5.250, de nove de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, no seu Art. 61, sujeitando à apreensão o impresso que: “contiver propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social; ofenderem a moral pública e os bons costumes”. No parágrafo 6º impõe que os impressos que ofendam a moral e os bons costumes poderão ser apreendidos imediatamente ou serem impedidos de circularem.

Essas são algumas das legislações e doutrinas que tentaram dar legitimidade à prática censória. São justificações que acabaram por multiplicar os sentidos de subversão no que diz respeito ao discurso jornalístico. A censura política é uma estratégia para efetuar a propaganda psicológica e conter a propaganda subversiva, nos sentidos dados pelos doutrinadores. Com o foco voltado para os meios de comunicação, essas concepções nos ajudam a compreender como se dá a criação de um espaço discursivo em que os efeitos de sentido precisam ser trabalhados problematizando-se o modo pelo qual o dizível, o não-dizível, o proibido de ser dito, o não-dito, nele se inscrevem. Porém, consideramos também que a complexidade disto está, muitas vezes, no fato de o limite entre eles ser muito tênue, momento em que o trabalho com a historicidade faz-se necessário.

É este o espaço movediço que a censura produz, e é o mesmo espaço em que se pode explorar as possibilidades de dizer/não dizer a partir de certa ideologia política, organizacional, *etc.* Enfim, é neste espaço discursivo que vem à tona as relações de identificação e contra-identificação, reprodução e transformação social. Lembramos que no Quadro Teórico-Metodológico dissemos que tanto a identificação quanto a contra-identificação com uma FD são determinadas pela ideologia, e que aí estava também a possibilidade de transformação-resistência.

Dissemos, em outro momento, que o trabalho da censura vai agir nos processos de identificação do sujeito e que analisar o discurso é compreender os processos de identificação do sujeito. É porque há práticas sócio-ideológicas em contradição (PÊCHEUX, 1988[1975]) que podemos

supor que no discurso *da e sob* censura - focos das análises deste e do próximo capítulo – os processos de identificação e contra-identificação dos sujeitos nas FD's nos permitirão compreender que – e como - a relação entre censura e resistência é ainda mais relevante do que havíamos antes suposto.

### **5.3 Movimento censório, movimento discursivo**

A propaganda psicológica e a propaganda dita subversiva – realizadas através e pela imprensa –, em suas concepções, criaram a razão maior de ser da censura no discurso jornalístico e nele se materializaram através da propaganda política, que podemos encontrar através de notícias postas em primeira página, em evidência, à custa do silenciamento de outras; um funcionamento discursivo que vai construindo uma imagem de governo favorável aos interesses do Regime Militar. De fato, é o que almeja a doutrina da ESG:

“Os órgãos governamentais deverão, assim, dar maior importância às atividades de Relações Públicas, em todos os níveis, visando a aprimorar a ação governamental e a criar e manter uma corrente ponderável de opinião pública voltada para o interesse nacional e imune à ação subversiva” (ESG, 1977, p. 268).

Enfim, não foi à toa que estabelecemos para a análise as matérias de primeira página de jornal. Pensamos mesmo naquilo que concerne a ela: evidência; notícias em evidência, postas em evidência, evidenciar para silenciar, silenciar para pôr em evidência, trabalhando com a ilusão da “evidência” dos sentidos das palavras, com a “evidência” da realidade. As matérias de primeira página porque tendem a se transformar em notícias de interesse do leitor, independentemente do seu grau de importância na vida das pessoas. Do mesmo modo, assuntos que podem não ser tão relevantes podem passar a ter importância para os leitores por estarem na primeira página.

Aquilo a que estamos chamando de propaganda política são dizeres que têm o fim de construir uma imagem positiva do Regime Militar bem como de suas ações decorrentes do AI-5, através de referência constante a este Ato Institucional; uma imagem de perfeita ordem democrática, de força e positividade nos diversos setores. Esta é a base da temática que pretendemos ressaltar e, como veremos, está representada pela primeira página do jornal. Lembramos também que falar de um movimento censório é considerar que já havia censura antes, um certo modo de controle

dizível/não dizível. Mas o que inaugura a moção de que estamos tratando é a promulgação do AI-5, em 13/12/1968, na qual podemos, já no seu Preâmbulo, encontrar as prerrogativas daquilo que precisava estar em evidência e ser silenciado. Enfim, na análise elas contribuem para a compreensão dos efeitos de sentido, produzidos e silenciados. Pensemos, principalmente com este material publicado em primeira página, que, para produzir sentidos esperados, algo foi necessariamente dito, bem como dizeres foram silenciados. Vejamos parte do preâmbulo do Ato.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse **autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria"** (AI-5, 1968, grifo nosso).

Assim, identificado o movimento político em que se intensifica a prática censória, procuraremos compreender o que entrava para a nova ordem do dizível. Nas palavras de Mariani (1999, p. 109) concordar, discordar, repetir, resistir e/ou transformar o sentido de palavras, expressões e textos são mecanismos lingüísticos que expressam a luta pela materialidade dos sentidos.

Isto posto, passemos à análise de seqüências discursivas em que ocorrem regularidades enunciativas, ou seja, através de relações co-textuais, na dimensão interdiscursiva. Enfim, como propõe Orlandi (1995[1992], p. 97), trata-se finalmente de compreender a censura enquanto fato de linguagem, na medida em que o silenciamento advém de uma declinação política da significação. Para isso, apontamos para formas segundo as quais, no interior de uma Formação Discursiva, tópicos discursivos são retematizados, com o fim de naturalizar de sentidos e efeitos discursivos que buscam criar uma hegemonia ideológica, na linha seguida por Indursky (1997). Por esta análise, poderemos compreender também como a imagem do governo e da importância do AI-5 foi sendo construída nas primeiras páginas do jornal *Estado de Minas*.

Selecionamos um período discursivo do jornal compreendido entre o dia 1/12/1968 e 31 de dezembro de 1968. Como já afirmamos, trata-se do maior jornal de referência em Minas Gerais,

já naquele período. Até o ano de 1994 não havia edição às segundas-feiras, o que exclui do nosso recorte os dias 2, 9, 16, 23 e 30 de dezembro. A ausência da edição do dia 26 foi justificada pelo fato de não ter havido redação no dia 25, Natal, de acordo com o exposto pelo próprio jornal do dia 25/12/1968. Para dar início à análise, vamos destacar alguns aspectos gerais.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que encontramos alguns trechos que aparecem dentro de quadrados em primeira página, na parte inferior, canto esquerdo ou direito. Estes quadrados nos chamaram a atenção porque, antes da promulgação do AI-5, aparecem apenas uma vez em primeira página, em 12/12/68, para realçar um suplemento especial sobre a Grande Belo Horizonte e informar que aquela edição correspondia à maior de Minas, além de que o suplemento era o de maior tiragem em todo o País. Depois do dia 13/12/68, dentro do limite que vai até 31/12/68, encontramos dois que indicam a quantidade de páginas e cadernos, que não podiam ser vendidos em separado, e outros 3. O do dia 14/12 tem o seguinte título: “Em recesso o congresso”, que cita o Ato Complementar nº 38.

Outro quadrado que aponta o movimento no espaço discursivo da primeira página com a intensificação da prática censória é a justificativa para o atraso na circulação da edição do dia 19, um dia após o I Exército ter enviado as Normas Censórias ao DOPS-MG:

Grave defeito em nossa unidade fundidora obrigou-nos a circular com grande atraso. O defeito, verificado aos primeiros minutos de hoje, somente pôde ser consertado às 7 horas da manhã. Aos leitores as nossas escusas por este contratempo (*Estado de Minas*, 19-12-1968).

Finalmente, um último quadrado que encontramos no nosso material é o do dia 31/12, último dia do ano, última matéria de capa: “Fatos que comprovam progresso do Brasil”, que será comentado posteriormente.

Em segundo lugar, depois que classificamos todas as matérias de primeira página entre os dias 1º e 31/12/1968 por temas (subversão, crise política externa, Apolo 8, propaganda política, *etc.*), tentamos encontrar os temas/dizeres atualizados que são postos em evidência a partir promulgação do AI-5 e que pudemos configurar como propaganda política - segundo tema de maior ocorrência, perdendo apenas para a ida da Apolo 8 à Lua (vinte e sete fragmentos). Há

também notícias específicas sobre o AI-5 (nove fragmentos), que enfatizam especificamente o poder do Ato e acontecimentos dele decorrentes, mas que não consideramos como propaganda política. Por outro lado, percebemos que aquilo que o Regime Militar pretendeu evidenciar de seu governo – que estamos designando como propaganda política – era, em sua maioria, acompanhado por uma referência ao AI-5, na tentativa de produzir uma boa imagem deste Ato.

Estamos atentos para o fato de que a retematização implica dizeres silenciados, que serão trabalhados mais especificamente em outro momento. Mas para introduzi-la, apontamos a censura neste processo quando, a partir do 13/12/1968, entram em cena o tema *Ato Institucional e Ato Complementar* (as nove fragmentos), o tema sobre a *Apolo 8* (vinte e sete fragmentos), o tema *propaganda política* (quatro fragmentos antes do dia 13/12 e dezoito fragmentos a partir do dia 13/12), a *guerra do Vietnã* (um fragmento no dia 7/12 e sete fragmentos entre os dias 19 e 27/12), outro tema sobre o *exército* (quatro fragmentos a partir do dia 17/12) e outro sobre a *Rússia* com produção de imagem negativa (duas antes do dia 13/12 e seis fragmentos a partir do dia 13/12); são silenciados temas como notícias sobre *a votação do processo do deputado Márcio* (doze fragmentos apenas entre os dias 7 e 14/12). Outro aspecto interessante é um processo de silenciamento sobre a *política interna* (até o dia 12/12 com doze fragmentos e a partir do dia 13/12 com apenas sete fragmentos). Finalmente, sobre o processo de silenciamento destacamos o tema *estudantes* (sete fragmentos até o dia 12/12 e três entre os dias 13 e 18/12). É preciso lembrar que normas censórias foram baixadas no dia 18/12/2007, as quais nos indicam também dizeres que foram proibidos. Quantificar os fragmentos tornou-se importante porque poderia nos dizer mais justamente da manutenção, evidenciamento ou silenciamento de temas que buscamos trabalhar no interdiscurso.

Por fim, referente ao que mais nos importa aqui, propaganda política, encontramos vinte e duas matérias e, para trabalhá-las, consideramos o que consta do próprio AI-5, bem como as legislações e observações já feitas. Destas matérias, apenas uma é anterior ao dia 13/12/1968, data de promulgação do AI-5; outra é do dia 15/12, e as demais a partir do dia 18/12/1968. Como manchete mesmo, em letras garrafais, apenas uma: “Governo em ataque frontal à inflação”.

Passamos agora a apresentar algumas seqüências que compõem as famílias parafrásticas em torno da temática *propaganda política*. Justificamos a escolha desta temática, ou seja, a própria investigação daquilo que consta na doutrina da ESG, fazer propaganda ideológica, objetivo do Regime Militar. É também desse fim de promover uma imagem positiva, através de propaganda ideológica, que pudemos compreender como foram sendo construídas redes de filiações de sentidos – subtemas – em torno dessa imagem, as quais nos possibilitaram proceder ao agrupamento parafrástico. Nossa intenção foi investigar como essa construção de imagem se deu discursivamente e como a censura aos jornais poderia agir justamente para construir sentidos. Depreendemos cinco grupos de famílias parafrásticas, que apresentamos a seguir:

#### **Grupo 1 - Situação de ordem e normalidade**

Sd7: “Ao povo de minha terra, posso afirmar que o Brasil está **tranquilo** e a **ordem** é inteiramente mantida pelo governo federal”.

Sd8: “A obra não é minha, mas de todos os brasileiros. A nação inteira compreendeu, na expressão máxima do povo brasileiro, aceitando os  **fatos sem qualquer perturbação e continuando normalmente seu trabalho**”.

Sd9: “Só a **ordem** promove a liberdade. Sem liberdade pode haver **ordem**, mas sem **ordem** não há liberdade”.

#### **Grupo 2- Progresso**

Sd10: “É a oportunidade **para que nos transformemos**, agora, na grande potência que a nossa juventude e a nossa geração reclama” – acentuou o chefe do Executivo.

Sd11: “**Atingiremos nossa meta**, quer queiram ou não aqueles que querem diminuir a marcha do nosso país **para o desenvolvimento**”.

Sd12: Uma série de fatos que comprovam a **grandeza dos empreendimentos brasileiros**, no presente, é o que focalizamos, hoje, em caderno especial, que não pode ser vendido separadamente do jornal do dia. Trata-se de uma iniciativa da direção nacional dos diários e Emissora Associados, “para que o leitor não fique por fora do **progresso brasileiro**”.

Sd13: O que se pretende, isso sim, é **melhorar os vencimentos** daqueles que trabalham, que são úteis ao governo.

#### **Grupo 3 – AI-5 como base para melhorias e transformações**

Sd14: O titular da pasta do Interior salientou **que após a edição do AI-5 foram abertas os caminhos das reformas**, pois foram afastados obstáculos legais, adquirindo o govêrno<sup>98</sup> a força necessária para a promoção das transformações sociais.

Sd15: O ministro informou que está mantendo vários contatos com outros Ministérios como os do Interior e Agricultura para, dentro em breve, **acelerar o processo de uma reforma agrária do nordeste, onde pretende aplicar a força do Ato Institucional para fazer uma reforma** há muitos anos esperada por todos.

Sd16: O ministro Hélio Beltrão do Planejamento afirmou ontem que “é hora de atacarmos resolutamente a inflação” – pois entende que se deve aproveitar o aumento do poder do governo para a adoção, **com base no Ato Institucional n. 5, de uma série de medidas** que antes não podiam ser tomadas com a mesma facilidade e rapidez.

---

<sup>98</sup> Nas citações das seqüências discursivas, expressões e termos do Jornal, a ortografia original foi mantida.

#### **Grupo 4: Democracia**

Sd17: “*O nosso país democrático está atingindo surpreendentes metas administrativas e decepcionantes no campo político, porque existem aqueles que não querem altos valores políticos e sociais, impedindo que o Estado consolide a revolução.*”.

Sd18: “*O presidente Costa e Silva nesta hora grave em que vive o Brasil está atravessando um drama – o drama de cumprir seu dever, ao mesmo tempo em que se mantém na firme decisão de respeitar o direito de todos, conforme sua formação democrática.*”.

#### **Grupo 5 – reconstrução da imagem “verdadeira” de governo**

Sd19: (...) *aceitar a colaboração de todas as classes, assim como suas associações no planejamento das campanhas de relações públicas, tendo em vista o seu apoio à formação de uma imagem verdadeira do governo.*

Sd20: (...) *Isso é o Brasil de hoje. Para mostrá-lo ao leitor, dentro de rigorosa linha informativa, editamos a mensagem de confiança e otimismo, que é o tablóide que integra esta edição.*

As seqüências que representam o **grupo 1 - Situação de ordem e normalidade** - remetem a um imaginário de clima social em que a *nação, o povo, o Brasil*, encontram-se em perfeita *tranqüilidade*, e a *ordem* imperava porque teria sido alcançada pelo governo. Para o Regime Militar, essa era uma imagem importante de ser construída, à medida que todo indício de resistência deveria encoberto, ocultado.

Como, sem ordem, não há progresso, o **grupo 2, Progresso**, acena para a transformação e desenvolvimento, *progresso* possível pelo governo da Revolução. Esta possibilidade de reformas e as promessas de melhorias que encontramos neste grupo estavam, muitas vezes, vinculadas à força do AI-5, produzindo um efeito de sentido que condicionava a possibilidade de um futuro promissor à sua promulgação e aos atos subseqüentes do governo. Encontramos neste grupo marcas lingüísticas que são pistas que justamente nos projetam para futuro: *atingiremos, transformemos, pretende-se melhorar, vamos adotar, deverá ser, etc.*

No **grupo 3** temos a imposição do AI-5 como base, fundamento, possibilidade, para melhorias e transformações nas diversas áreas. Nas seqüências que compõem o grupo encontramos repetidamente a palavra *reforma* (y) atrelada ao *AI-5* (x), através de marcas lingüísticas que estabelecem relação de dependência: *após x, y; x para y; y com base em x, y de acordo com x, etc.* Trata-se de uma relação de dependência altamente recorrente, provocando um efeito de sentido que expressa a necessidade de vincular este Ato Institucional a aspectos e mudanças que seriam positivas para a sociedade.



Na representação do **grupo 4**, *Democracia*, vemos esta palavra vinculada ao País, ao próprio presidente, enfim, ao governo. Esta repetição também se justifica pela contradição, por aquilo mesmo que significou o Ato Institucional nº 5, tolhimento dos direitos, da liberdade de expressão, da luta de classes, quer dizer, da *democracia*.

**Com o grupo 5**, *re(construção) de uma imagem “verdadeira” de governo*, chegamos ao ponto de comunhão da razão de ser da propaganda política: **mostrar** o Brasil de hoje, para **formar** uma verdadeira imagem do governo. Estes verbos funcionam justamente como marcas que indicam o objetivo maior do governo de (re)construir e divulgar sua própria imagem.

Queremos enfatizar uma nota de esclarecimento que consideramos importante. A cronologia desses enunciados não é o ponto central deste processo discursivo. Ou seja, não é necessário, fundamentalmente, colocá-los em ordem cronológica de aparecimento. É exatamente na dispersão que esses enunciados produzem os efeitos desejados, ou seja, há dispersão e há regularidade nos processos de produção de sentidos. Os enunciados são todos oriundos de uma mesma FD; eles se tocam, se agrupam, se reforçam. E isto é nos é compreensível quando investigamos como estas marcas lingüísticas funcionam no discurso.

Mas de quem eram as vozes que construía a imagem e os sentidos desejados? Nestes grupos, o presidente Costa e Silva, ministro, governador e outros representantes do governo ocupam a posição sujeito, os propagandistas do Regime Militar. Podemos destacar o uso predominante do discurso relatado – direto (*sd7 a sd11, sd16 a sd18*) e indireto, através de verbos como *salientou (sd14)*, *informou (sd15)* – nas matérias que constituía a *propaganda política*, o qual, não obstante carregar a ilusão da verdade, constituiu modos de dizer e estabelecer sentidos basicamente através de autoridades do governo. Mas essa posição sujeito é também ocupada pela direção do jornal, que se identifica com a ideologia do Regime Militar, não só pela propaganda intensa que reproduziu, silenciando dizeres antagônicos da primeira página, mas também conforme o expresso na *sd20*, grupo 5, e *sd12*, grupo 2. O jornal, usando da sua imagem de veicular “fatos” e, portanto, a “verdade”, favorece a reprodução dos sentidos que destacamos nos 5 grupos, conforme constam da matéria intitulada *Fatos que comprovam o progresso do Brasil*, do dia 31 de dezembro de 1968:

*Sd12- Uma série de fatos que comprovam a grandeza dos empreendimentos brasileiros, no presente, é o que focalizamos, hoje, em caderno especial (...). Assim, e sem qualquer lance de ufanismo, atualmente se pode dizer que o Brasil figura em lugar de destaque entre os grandes países. As projeções realísticas indicam muitos dados importantes. (grifo nosso)*

Estes dizeres no final da primeira página do jornal, em destaque dentro de um quadrado, têm relação, no seu espaço intradiscursivo, com outras marcas que provocam efeitos de sentido que retornam para pré-construídos sobre o discurso jornalístico, quer sejam: um efeito da verdade porque é um Jornal quem diz; efeito da verdade porque o Jornal lida com fatos.

A prática censória, nesse sentido, é um dos modos mais estratégicos pelos quais se pode compreender a intenção de se naturalizar sentidos através da tentativa de um controle discursivo – principalmente dos meios de comunicação – na constituição de um imaginário lingüístico. Os sentidos foram sendo organizados por um efeito ideológico que se favoreceu da ilusão da transparência da linguagem, dos esquecimentos, os quais contribuíram para que o imaginário social pretendido pelo Regime Militar fosse sendo construído. Mas, na linguagem, tudo tem limite, ou, não há limites para a linguagem. Não há controle total, nem ideológico, nem discursivo.

Na análise, buscamos então desnaturalizar esses sentidos, que não estão colados nas palavras, mas também não brotam do nada. Encontramos retematizações *impulsionadas*, não pela ordem da história, mas por uma reconfiguração na ordem do discurso em sua relação dizível/não dizível, em que sentidos *deveriam* ser (re)construídos e evidenciados. Este deslizamento dos temas, na medida em que alçava dizeres, silenciava outros. Então, há uma institucionalização de temas e sentidos que deveriam entrar no discursivo dos jornais e de outros que deveriam sair, que autoriza esse gesto de desnaturalização dos sentidos como um modo de produzir o imaginário do governo de Costa e Silva e do AI-5. No total dos grupos, dizemos que sentidos de força, desenvolvimento, democracia, ordem e progresso foram os sentidos que o Regime Militar pretendeu construir acerca do seu próprio governo.

Mas o que significa, discursivamente, esse deslizamento? O Regime Militar procurou silenciar, apagar ou denegrir a imagem do governo anterior ao seu e, ao mesmo tempo, evidenciar positivamente a sua imagem, principalmente a partir do AI-5. Há, nesta relação silenciamento/evidenciamento, um marco histórico – a promulgação do AI-5 – que teve essa função não só de buscar legitimar todas as ações do Regime Militar, mas de construir uma imagem de positividade, ao relacioná-lo à propaganda política, à possibilidade de mudança – do pior para o melhor, do impossível para o possível.

Podemos fazer um paralelo com Orlandi (1987[1983], p. 270), que, em sua uma análise, mostra que o ato de nomear cria um silêncio. O nome correspondente ao período posterior ao período da ditadura militar no Brasil foi dado por Tancredo Neves como *Nova República*. Este nome silencia a crítica sobre a ditadura, apontando uma forma “conivente”, como expressa a autora<sup>99</sup> e silencia a discussão de outros modelos políticos, já que *nova* pressupõe o “continuismo”. Estes silêncios produzidos apontam para uma *passagem*, em vez de *ruptura*. Para a autora:

O enunciador se coloca como representante e, ao dar nomes, *interpreta a história*. Cumpre assim sua função mediadora: gerencia os conflitos, administra as passagens das formas de governo para que tanto as passagens quanto os conflitos não existam fora de uma certa ordem e de um certo controle (ORLANDI, 1987[1983], p. 271).

Ora, em nossa análise pudemos compreender justamente que o discurso em questão recuperava o Regime Militar e suas ações, como mostram as marcas lingüísticas que apontam para o *antes*, mas para com eles romper, introduzindo e promovendo, como mostram as marcas lingüísticas que apontam para o *depois*, uma nova fase de governo cujas ações e qualidades eram evidenciadas. Além disso, o jornal *Estado de Minas* é também o enunciador que mediou justamente o controle daquilo que, do ponto de vista do Regime Militar, deveria estar em silêncio ou ser evidenciado.

Na língua, chegamos a marcas lingüísticas desse marco histórico pela relação de silenciamento/evidenciamento traduzida na relação antes/depois AI-5. Assim, chegamos na análise ao aspecto verbal que marca o futuro, com verbos como *serão adotadas*, *continuará*, *possibilitará*, *transformemos*, *eliminará*, *reprimirá*, *lançará*, *etc.*, vinculados ao AI-5.

---

<sup>99</sup>*Ibidem*, p. 271.

Também se verificou o evidenciamento de um futuro promissor, de mudanças, que era anunciado pelo Regime Militar como possibilidade jamais existente, já que só o Ato poderia garantir, como indicam o conteúdo semântico dos verbos encontrados: *possibilitará, propiciar, permitir, promover, etc.*, além de expressões que marcam condição e a introdução de marcas lingüístico-discursivas que marcam um momento histórico pós AI-5 (depois)<sup>100</sup>:

*com base no Ato Institucional n. 5 (sd31), ao editar o Ato Institucional (sd32), com a edição do novo Ato Institucional (sd21), depois da decretação do Ato Institucional (sd22), com base nos poderes do Ato Institucional (sd29), com apoio do Ato Institucional (sd30), nos poderes imanes do Ato Institucional (sd33), após a edição do A.I. 5 (sd34), através da edição do A.I.5 (sd35).*

A imagem positiva dava-se pela construção de evidências de melhoria alcançada desde 1964, que se firmava e que deveria continuar: a grandeza dos empreendimentos, *no presente (sd23), está agora com 215 mil, mais do dobro (sd25), atualmente se pode dizer que o Brasil figura em lugar de destaque (sd26) a partir de 1964, é a oportunidade para que nos transformemos agora (sd27), desde a revolução de 1964 (sd30), agora que o país já retomou o seu desenvolvimento (sd28), só agora, com maiores poderes conferidos ao Executivo (sd30), agora elas somam 12 milhões (sd25), pela primeira vez na história republicana (sd38), pela primeira vez define-se o espírito das relações entre o Estado e os estabelecimentos de ensino (sd40), pela primeira vez promove-se uma rearticulação geral entre a escola superior e a média (sd40).*

O silenciamento é marcado por advérbios de tempo e expressões que remontam a um passado (antes) cuja imagem o governo pretendia denegrir: *até há pouco área-problema (sd24), tínhamos menos de 9 milhões (sd25), o curso médio só abrigava 1.800 mil jovens (sd25), matriculou apenas 103 mil rapazes e mças (sd25), de 1930 até 1964 (sd26), foram feitas apenas 130 mil (sd26), não voltaremos ao tempo em que os índices inflacionários atingiam até 100% ao ano (sd28), que até então sempre haviam ficado impunes, acobertados pelo seu poderio econômico (sd38).*

---

<sup>100</sup> Ver Anexo I.

Enfim, mais que um apagamento de sentidos, compreendemos um processo em que há (re)configuração dos sentidos já-ditos, na medida que outros dizeres, recorrentes a partir principalmente do AI-5 – evidenciamento –, buscaram mesmo marcar negativamente o *antes* e realçar positivamente o *depois*.

Na análise a que procedemos, vimos o estabelecimento da propaganda política em um momento histórico importante para um estudo sobre censura no Brasil. Compreendemos que, sob sua interferência, o movimento no espaço do dizível está associado não somente ao silenciamento, mas também ao evidenciamento. Mais do que isso, que ambos são mecanismos de censura. Estas considerações são significativas para as próximas análises e para as discussões teóricas que apresentaremos no próximo capítulo, já que ele tratará do discurso jornalístico que constam do arquivo do DOPS-MG e do discurso das normas censórias. Isso significa buscar compreender que tipo - ou como – as tensões se estabelecem na relação entre o discurso *da* e *sob* censura.

## 6.0 O ARQUIVO DO DOPS-MG: CENSURA E RESISTÊNCIA

Resultados das análises de discursos *da e sobre* a censura já vêm sendo apresentados ao longo desta tese. A metodologia utilizada e o modo de analisar o seu funcionamento já constituem posições para a investigação do discurso nos moldes como o concebemos. Mas há o que somente nos é possível compreender melhor agora. Dizer, já poderíamos ter dito. Pode parecer óbvio que a ditadura militar procurou promover uma imagem positiva sobre o seu governo e pode parecer óbvio também que um arquivo de recortes de jornal do DOPS-MG se constitua de matérias que desconstruam justamente aquela imagem, um arquivo onde os antagonismos se materializam. O que está por ser dito, contudo, é como isso faz sentido, ou como os sentidos – os efeitos de sentido – são produzidos nestas condições.

Tanto as normas censórias quanto as matérias jornalísticas analisadas neste capítulo são do arquivo do DOPS-MG. Relembrando, estamos considerando-o, primeiramente, como pertencente a uma instituição do Estado que constitui a polícia política. Posteriormente, como lugar de constituição de memória, de discursos reunidos por uma condição que é da ordem do proibido.

O fato de estarmos lidando com matérias de um arquivo de censura, organizado e reorganizado, não pode ser desconsiderado em detrimento das condições históricas e imediatas de produção das matérias jornalísticas; mas este é um saber não-evidente. É a intermitência das situações que constituíram este arquivo, discutidas em outro capítulo, que nos colocam nesta reflexão. Temos um arquivo onde o discurso do Regime Militar impera, mas onde um discurso sobre subversão e subversivos circulam, ou ali param de circular; um arquivo que contém normas censórias para orientar o trabalho do censor e serem enviadas aos órgãos de divulgação.

O que surge como questão ainda por ser discutida, junto às matérias arquivadas neste contexto, é a resistência. Assim, temos como princípio norteador que censura e resistência “trabalham na mesma região de sentidos” (ORLANDI, 1995, p. 114). Mas, além disso, procuramos compreender em nossas análises como controle e resistência estão constitutivamente em relação. Este foi o foco deste capítulo.

Na análise de todo discurso, modos de controlar os sentidos e de resistir a esse controle promovem questionamentos que o analista pode se fazer para proceder às suas análises; entretanto, em um arquivo do DOPS, em que podemos considerar a censura local, alguns questionamentos irrompem e se colocam para o analista.

Posto isto, chegamos neste capítulo à análise das matérias que constam no arquivo do DOPS-MG a fim de compreendermos: qual a relação estabelecida entre as normas censórias e o discurso jornalístico? Qual é a ordem do discurso jornalístico organizado em um arquivo de censura? Como os efeitos de sentido desse discurso são produzidos considerando-se a força da censura e a força da resistência? Ou melhor, como podemos compreender o discurso analisando as tensões que se estabelecem discursivamente?

Exporemos uma citação de Orlandi, ainda que longa, importante para respaldar teoricamente estas questões:

Os sentidos são, como diz Canguilhem (1980), “**relação a**”. Para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante. Daí a necessidade de administrá-la, de regular as suas possibilidades, as suas condições. A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. O que a garante é a **memória** sob dois aspectos: a) **a memória institucionalizada**, ou seja, **o arquivo**, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) **a memória constitutiva**, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo) (ORLANDI, 2004 [1996], p. 67, grifo nosso).

Nosso gesto de interpretação está, por assim dizer, vinculado a essas duas memórias: uma constituída em um arquivo institucional, e este é justamente um arquivo de censura, duplamente regulado, no momento de sua constituição, por um acesso restrito aos militares; a outra, um de saber discursivo que estamos considerando como uma rede de memória referente aos diversos discursos e já-ditos constitutivos sob semelhantes condições de produção. Tratamos da produção desses saberes quando analisamos os arquivos de censura em contextos de autoritarismo político. Na nossa primeira análise, tentaremos compreender a relação entre a produção das normas censórias e o discurso jornalístico que consta do arquivo do DOPS-MG.

Diante destas questões, passamos então ao ponto de partida para nossas análises, o lugar onde se constitui esse arquivo de censura local: o DOPS. No *Manual de Organizações e Práticas Policiais* está descrito o poder de polícia: (...) “a Polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individual” (LADEIRA, 1971, p. 52). E é a polícia política, como instituição de poder, que detém a função de combater a Guerra Psicológica, cuja importância já foi discutida quando abordamos a censura institucionalizada no Brasil.

Cantarino (1999) explica como a justificativa - que consta da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) - para a censura está em grande parte condicionada à defesa nacional, à Lei de Segurança Nacional. A idéia se originou a partir de um encontro entre oficiais ocorrido na 2ª. Guerra Mundial e reuniu, na Itália, a Força Expedicionária Brasileira e os Estados Unidos. Para combater o “inimigo interno” – por eles designados comunistas e seus simpatizantes - os oficiais brasileiros receberam treinamento especial e, assim, foi fundada a ESG, um importante passo para que surgissem a polícia política e os órgãos de vigilância. Junto à ESG veio a materialização discursiva de uma prática ideológica: a defesa nacional contra um inimigo interno.

No ano de 1964, é criado o Serviço Nacional de informações (SNI) e a nova designação do DOPS passa a ser Departamento de Vigilância Social (DVS). Sob o controle do SNI, os outros órgãos constituíam um organizado organograma, no qual o Departamento de Polícia Federal se subordinava ao Ministério da Justiça, órgão com poder paralelo ao DOPS.

De fato, encontramos documentos oficiais e recortes de jornais não só do DOPS, mas do Departamento de Polícia Federal, do SNI e dos Ministérios, principalmente do Ministério da Justiça. Mas estes documentos foram localizados ou nas Bibliotecas Nacionais – do Rio de Janeiro e de Brasília – ou no DOPS-MG. Em pesquisa à Polícia Federal, em Brasília, não encontramos nenhum documento. A informação que obtivemos é que todos foram enviados aos DOPS e bibliotecas. O DOPS foi extinto em 1989.



Era esperado que os discursos das matérias jornalísticas do DOPS-MG se inscrevessem em uma rede de memória cujos dizeres fossem proibidos pela ditadura militar. As normas censórias proíbem certos dizeres, e o discurso jornalístico no arquivo de censura do DOPS-MG discursiviza esses dizeres. Isto quer dizer que há um pré-construído nesta relação entre o que não pode ser dito e o que é dito nesse discurso jornalístico, condição para que, no arquivo do DOPS-MG, estejam reunidas essas matérias jornalísticas, e não outras.

Assim, no arquivo de censura do DOPS-MG se constitui uma memória do que era para ser esquecido. Para Courtine (2006, p. 82) “Memória e esquecimento não podem ser dissociados no modo de enunciação do discurso político”. Por assim dizer, com relação às matérias jornalísticas, o arquivo do DOPS-MG é lugar de memória, de repetições; um lugar de deslocamento em que o dito é retomado para ser proibido ou um lugar onde se lembra para fazer esquecer, para impor o silenciamento; para, antes disso, identificar o que é para ser esquecido e o que é para ser lembrado ou evidenciado.

Segundo (Orlandi, 2002, p. 47) “os processos históricos de significação podem re-significar e des-significar, dada a sua constante movência, produzindo um esvaziamento da memória que significa pela censura e pela interdição”. Mas este arquivo com o qual lidamos não trabalha mais com a política do esquecimento do que com a memória; nem queremos dizer o contrário. Na sua concepção de armazenar uma memória na qual se inscrevem temas, objetos e expressões proibidos pela censura, a relação entre memória e esquecimento não deixa de ser tensa – há luta – e acreditamos que as outras relações nela se fundam/se fundem: censura e resistência, dizer e não dizer, silenciamento e evidenciamento.

Para investigar o funcionamento discursivo das matérias que constam no arquivo do DOPS-MG, vamos nos concentrar no intervalo da ditadura militar no Brasil. Em 1964, o Golpe Militar foi o acontecimento histórico principal que produziu práticas discursivas nos meios de comunicação. Novas matrizes de sentido foram sendo regularizadas de forma a resistir a outros dizeres até então naturalizados no discurso. Assim, 1964 é o primeiro intervalo de matérias jornalísticas que selecionamos.

Mas devemos frisar que há documentos e matérias anteriores a 1964 no arquivo do DOPS-MG que constituem saberes para o Regime Militar<sup>101</sup>, constituem esses já-ditos que, entretanto, se regularizam novamente, persistindo, no discurso a partir de 1964. Por sua vez, é essa regularização que vai disponibilizando saberes para que a censura produza normas para proibir certos dizeres. Falta ressaltar que os já-ditos no discurso jornalístico produzem saberes no interdiscurso que são responsáveis pela produção do discurso antagônico à FD Militar e das matrizes de sentidos proibidos pela censura.

Nesse sentido, e também com base nas discussões sobre a memória discursiva e sobre os saberes censórios entre diferentes arquivos de censura, não podemos supor que a filiação de sentidos e os dizeres que constituem o discurso jornalístico do arquivo do DOPS-MG estejam confinados ao acontecimento Golpe Militar, nem mesmo a produção das normas censórias e dos saberes que as constituíram.

Selecionamos também matérias do ano de 1970, o mais representativo ano em termos de quantidades de matérias no DOPS. Compreendemos que os discursos anteriores a ele interferem na sua produção, mas que ele também se renova de forma significativa. Enfim, estamos interessados nas Formações Imaginárias relativas às normas censórias e na sua relação discursiva com o discurso jornalístico de 1964, 1968 e 1970.

A respeito do que consta como documento e matéria jornalística em arquivos de qualquer DOPS, é preciso também considerar o que não consta. Já abordamos este aspecto quando discorremos sobre a memória discursiva constitutiva de diferentes arquivos de censura. Para as análises deste capítulo, reafirmamos que há apagamentos próprios do processo de constituição dos arquivos, assim como há as matérias publicadas e evidenciadas pela FD Militar, como foram as de dezembro de 1968 no jornal *Estado de Minas*. Estas foram utilizadas nas nossas análises justamente porque a evidência está em relação com o silenciamento. Compreendemos, pelas

---

<sup>101</sup> O Anexo 29 é um documento que consta do arquivo do DOPS-MG, com cabeçalho da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, protocolado pelo SNI, em 16 de julho de 1959. Com o título “Terroristas/Assaltantes”, ele relaciona os designados indivíduos que pertenceriam à “Vanguarda Popular Revolucionária – V.P.R.”. Entre os nomes, está o de Carlos Lamarca, que também é designado, em matérias de análise deste capítulo, como subversivo.

análises, os sentidos que as normas censórias procuraram silenciar estabelecem tensão no interdiscurso com os que lhe são antagônicos, evidenciados pelo *Estado de Minas*.

Explicamos agora nosso procedimento de seleção das matérias de jornal. Elas estão distribuídas em diferentes pastas no acervo do DOPS-MG. Durante o período de pesquisa no arquivo do DOPS, houve também mudança no sistema de busca e, ao menos no que diz respeito às matérias de jornal, ficou bem mais difícil encontrá-las, já que poderiam estar em qualquer pasta. Então um caminho poderia ser o de selecionar temas que tivessem relação com a censura, antagonismos ao Regime militar, nomes de jornal, *etc.* Finalmente, o procedimento final foi decidido com referência no ano. Percorremos o ano de 1964 a 1985 e encontramos maior concentração de matérias jornalísticas. As expressões utilizadas no sistema de busca do Arquivo Público Mineiro, no arquivo do DOPS-MG, foram: recorte de periódicos, jornal, jornais. Alguns anos não têm pasta específica para recorte de periódicos, como: 1969, 1973, 1974 e de 1977 a 1985. Apesar de a Emenda Constitucional nº11 ter revogado o AI-5 em 17 de outubro de 1978, a censura continuou a ser feita, de forma menos incisiva, mas tendo efetivamente terminado de forma institucionalizada em 1985 (Anexo 28). Lembramos ainda que XII Curso de Formação de Censores foi em 1985.

Dito isto, analisamos as matérias do arquivo de censura dos anos de 1964<sup>102</sup> (outubro, 24 matérias), 1968 (julho a outubro, 27 matérias) e 1970 (março a julho, 114 matérias) procurando relacionar as matrizes de sentido das normas censórias aos dizeres regularizados nas matérias jornalísticas. Procuramos compreender o modo como censura e resistência trabalham na mesma região de sentidos. Posteriormente, buscamos desopacizar os sentidos de atos e sujeitos discursivizados como sendo subversivos nos jornais, com a análise dos discursos de 1964, 1968 e 1970. Analisamos, enfim, o discurso em que os sentidos em estão em uma relação de oposição, considerando-se as Formações Ideológicas do Regime Militar e as que a elas resistem.

Estas últimas análises nos permitirão discutir um modo de resistência em que há relação de oposição aos sentidos que constituem a FD Militar. Ela estabelece uma tensão entre posições

---

<sup>102</sup> As matérias do ano de 1964 constam do arquivo do DOPS-MG, no Arquivo Público Mineiro, pasta 5269, pasta 0081, pasta 0070. As matérias de 1968 constam da pasta 0075{2}. As matérias de 1970 constam da pasta 5321, 5322, 5327, 5318, 5323 e 5326.

discursivas antagônicas: a tentativa de o Regime Militar, através de religiosos, desconstruir a imagem negativa do Brasil no exterior; a construção de imagem positiva para sujeitos considerados subversivos pelo jornal *Correio da Manhã*; a marca discursiva (*re*) como modo de desconstruir sentidos naturalizados pela Formação Discursiva Militar.

## 6.1 As normas censórias e as matérias do arquivo do DOPS-MG

O Estado justifica (Anexo 27, p. 2) - fazendo valer o Artigo 153, parágrafo 8º da Constituição de 1967 - o uso da censura prévia, estando também capacitado a punir os abusos que provocariam a subversão da ordem política e social (Anexo 27, p. 2). A censura prévia representa uma prática sobre a imprensa bastante recorrente durante a ditadura militar. Já as normas censórias<sup>103</sup> de que tratamos adiante, enviadas aos delegados dos DOPS e aos órgãos de divulgação, bem como os bilhetinhos, os telefonemas e a própria presença do censor nas redações eram mecanismos para o exercício da censura local. Desse modo, essas normas constituem as proibições, que, por sua vez, são representadas por marcas lingüístico-discursivas que servem então para tentar excluir e apagar os contrários, anular os antagonismos, para controlar e censurar o discurso a ser publicado na imprensa.

Com relação às normas censórias, separamos, por documento/anexo, algumas seqüências discursivas representativas. As seqüências discursivas completas estão no Anexo 1.

### Seqüências discursivas relativas às normas censórias

**Sd41: Não deverão ser divulgadas** notícias que possam veicular notícias sobre problemas religiosos de natureza política e que possam provocar luta de classes (Anexo 24, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968).

**Sd42: Não deverão ser divulgadas** notícias que possam: desmoralizar o Governo e as Instituições (Anexo 24, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968).

**Sd44: Não deverão ser divulgadas** notícias que possam: veicular declarações, opiniões, ou citações de cassados ou seus porta-vozes, atos de terrorismo, sabotagens (Anexo 24, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968).

**Sd47: É vedado divulgar** noticiários e imagens que propiciem o incitamento à luta de classe, desmoralização do Governo e das Instituições (Anexo 25, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968).

---

<sup>103</sup> As normas constam dos Anexos 24, 25 e 26.

**Sd49: É vedado consentir críticas** aos Atos institucionais e Atos Complementares decorrentes (*Anexo 25, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968*).

**Sd51: Não publicar manchetes** ou títulos, nem estampar fotografias de assaltos e estabelecimentos de redito ou financiamento, comerciais ou industriais, resumindo o mais possível e nas páginas internas dos jornais periódicos o noticiário pertinente a esses atos (*Anexo 26, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968*).

**Sd53: Não publicar** notícias, comentários, entrevistas ou declarações, mesmo por interposta pessoa, de quem haja sofrido quaisquer das sanções cominadas nos Atos institucionais n<sup>o</sup>s 1, 2 e 5, respectivamente de 9 de abril de 1964, 27 de outubro de 1965 e 13 de dezembro de 1968, relativas a assuntos políticos (*Anexo 26, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968*).

**Sd54: Não divulgar** notícia, informação, manifesto ou entrevista que envolva a atitude política do religioso ou terceiros que possam representar ou criar tensões ou choques de natureza religiosa (*Anexo 26, DOPS-MG, Pasta 4153, Rolo 055, data de 16 de dezembro de 1968*).

**Sd55: Não publicar** notícia referente a prisões de natureza política ou à censura, salvo se fornecida por autoridade competente. [*Anexo 26, Recomendação para a Imprensa Escrita, Falada e Televisada, enviada pelo Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Fundo DSI, Caixa 40*].

Nas seqüências discursivas que constituem o discurso das normas censórias, há um tom de ordem, com negação explícita: *não deverão ser divulgadas notícias que possam y*, considerando *y* os antagonismos ao regime militar. Elas indicam o que não pode ser discursivizado pelos jornais, o que são os antagonismos. Vale lembrar que essas regras orientaram o trabalho dos censores na ditadura militar, autorizando-nos então a trabalhar esta relação que têm com as matérias jornalísticas constantes do arquivo do DOPS-MG.

As marcas lingüístico-discursivas *não deverão* ser divulgadas, *não publicar* (*sd41, sd42, sd44, sd51, sd54, sd55*); *é vedado, é vedado permitir, é vedado divulgar* (*sd49, sd47*) materializam no discurso a tentativa, por parte da censura, de controlar os dizeres e os sentidos no discurso jornalístico e, por assim dizer, o que pode e o que deve ser dito. São expressões lingüísticas de ordem imperativa que marcam o que não deve ser publicado, enquanto *os espaços censurados deverão ser preenchidos por forma a não modificar a estrutura da publicação ou do programa* (*Anexo 24*).

Tendo compreendido estas marcas como tentativa de controle dos sentidos no discurso jornalístico, procederemos agora ao que não deveria ser publicado – segundo as normas censórias – e ao que foi publicado e constitui o arquivo de matérias jornalísticas do DOPS. Dito de outro modo, nos quadros que seguem, agrupamos, primeiro, as seqüências discursivas representativas de famílias parafrásticas do discurso das normas censórias – indicadas pela letra *a*. Com a letra *b*,

indicamos os dizeres discursivizados no discurso jornalístico de 1964, 1968 e 1970 relacionados à temática proibida pelas normas censórias.

Lembramos Pêcheux e Fuchs (1975, p. 169), para quem a produção do sentido é dependente – indissociável - da relação parafrástica entre seqüências, tais que a família parafrástica destas seqüências “constitui o que se poderia chamar a ‘matriz de sentidos’. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família parafrástica que se constitui o efeito de sentido”. É preciso considerar que há sempre a possibilidade da polissemia na paráfrase, a possibilidade do deslizamento de sentido.

Dito isto, as famílias parafrásticas a seguir referem-se a 5 grupos de imagens que analisamos no discurso das normas censórias, cujos sentidos se filiam à FD Militar. Nesta FD são produzidas imagens sobre os temas considerados subversivos e passíveis de censura pelo Regime Militar, quer dizer, proibido de ser publicado pelos jornais. Elas foram agrupadas, pelas temáticas de proibição que abordam: proibido criticar e noticiar crise política (**grupo 1**); proibido notícias relacionadas a religiosos/religião, de natureza política (**grupo 2**); proibido notícias e críticas referentes aos Atos Institucionais (**grupo 3**); proibido noticiar prisões de natureza política e censura (**grupo 4**); proibidas notícias relativas a estudantes (**grupo 5**).

**a) Grupo 1 das normas censórias: proibido criticar e noticiar crise política**

- propiciem o incitamento à luta de classes, desmoralização do governo e das instituições (*sd47*); desmoralizem o governo e as instituições (*sd42*)

**b) Dizeres relacionados a críticas e notícias sobre crise política que persistiram nos jornais**

- ANO DE 1964

CRISE-CRÍTICA (33% das matérias do ano de 1964; 90% destas são *do Correio da Manhã*): **imprensa, liberdade, estudantes, crise, ditadura, subversão**

- ANO DE 1968 (8% das matérias do ano de 1968)

**Agitadores, Darci Ribeiro**

- ANO DE 1970

CRISE-CRÍTICA (3% das matérias de 1970): **guerra revolucionária, governo, crise, preso político, revolução**

É preciso lembrar que estamos relacionando, de um lado – indicado pela letra *a* –, o que não deveria ser dito nos jornais, e de outro – indicado pela letra *b* –, o que alguns jornais discursivizaram<sup>104</sup>. Se compreendemos que essas relações entre as famílias parafrásticas do discurso das normas censórias e os dizeres discursivizados pelo discurso jornalístico correspondem a uma mesma rede de memória, isso não significa que constituam uma mesma matriz de sentidos. Compreendemos, como dissemos, que o discurso das normas censórias, por sua filiação de sentidos, é constituído em uma FD Militar. Já os dizeres indicados pela *letra b*, não foram separados por jornais, já que não nos aprofundamos nesta análise específica dos efeitos de sentidos que as palavras assumem em uma ou outra Formação Discursiva, mas nos concentramos, sim, na sua regularização no discurso jornalístico e de como eles são constitutivos da mesma rede de memória das normas censórias, que proibiam, por sua vez, a inscrição desses dizeres, independente da determinação ideológica.

Desse modo, vamos lembrar que o ano de divulgação das normas censórias é 1968, mas temos matérias também de 1964 e 1970. Assim, se os dizeres nos jornais podem ser relacionados às famílias parafrásticas por corresponderem ao que era proibido, podemos dizer que em certas condições de produção – de censura local - as matrizes de sentido das normas censórias estão necessariamente em relação aos já-ditos, aos dizeres e ao que ainda não deverá ser dito no discurso jornalístico. É uma relação entre pré-construídos de diferentes Formações Discursivas que produz saber censório, mas também produz resistência.

Pela filiação de sentidos, podemos relacionar as seqüências discursivas do **grupo 1** à tentativa de proibir críticas e notícias sobre crise política. Na relação com os dizeres regularizados pelo discurso jornalístico, podemos, primeiro, confirmar antagonismos ao Regime Militar, que predominaram em 1964. A crítica ao Regime representou um tema bastante regular (33%). Justamente neste ano os dizeres que se regularizaram e passaram a insistir em certos sentidos são: ***imprensa, liberdade, estudantes, crise, ditadura, subversão, político, governo e preso político***. Eles se inscreveram na mesma rede de memória que a norma, mas produziram efeitos de sentido de *incitamento à luta de classes* ou *desmoralização do governo e Instituições (sd47)*.

---

<sup>104</sup> As seqüências discursivas analisadas - referentes ao discurso jornalístico de 1964, 1968 e 1970 que consta do arquivo do DOPS-MG – estão dispostas no Anexo 31.

Há uma análise específica para discursos de 1964, ainda a ser apresentada, que estabelecem crítica, em que poderemos compreender sentidos em disputa em uma relação de oposição. Mas o que nos importa, com a primeira análise, é compreender que na relação entre censura e discurso jornalístico há uma rede de memória permitindo tanto que ordens censórias sejam produzidas, quanto que novos dizeres sejam regularizados nos jornais a partir do golpe de 1964, persistindo também à proibição censória.

Assim, apesar de os dizeres *guerra revolucionária, agitadores, revolução*, estarem inscritos em um discurso de crítica, esta filiação de sentidos é de uma FD Militar, eles não lhe estabelecem oposição. E ainda assim, podemos dizer que há certa intensidade de resistência aqui, e isto ocorre de duas formas.

A primeira é que a resistência está relacionada ao próprio processo de produção de sentidos, que estão sempre em disputa. São assim esses dizeres e não outros a se inscreverem e se regularizarem no discurso; por isso dissemos anteriormente *persistindo também à proibição censória*. A segunda, como já explicitado, ocorre com a regularização de dizeres proibidos pelas normas censórias. Nesta condição em que o acontecimento histórico Golpe Militar se desdobra em vários outros, o acontecimento discursivo surge como renovação de novos dizeres, e estes, como estamos compreendendo, são constitutivos da mesma rede de memória que as normas censórias, embora não necessariamente se inscrevam em uma mesma FD.

**a) Grupo 2 das normas censórias:** proibido notícia relacionada a religiosos/religião de natureza política

- notícia, informação, **manifesto ou entrevista que envolva a atitude política do religioso ou terceiros que possam representar ou criar tensões** ou choque de natureza religiosa (*sd54*); veicular **notícias sobre problemas religiosos de natureza política** e que possam provocar luta de classes (*sd41*)

**b) Dizeres relacionados a Religiosos e religião inscritos em notícias natureza política**

**ANO de 1970**

ATITUDE POLÍTICA DE RELIGIOSO: *religioso* (3,5% das matérias de 1970)



A família parafrástica das normas **censórias 2** refere-se a *Religiosos e religião inscritos em notícias natureza política (sd41, sd54)*. A sua relação com os dizeres que persistiram nos jornais, concentrados em 1970, se estabelece na medida em que estes se referem a ações de representantes religiosos com o fim de desconstruir uma imagem negativa sobre o Brasil, principalmente no exterior.

Esta foi uma preocupação da década de 1970 – desconstruir uma imagem negativa do Brasil -, realçada principalmente pela repetição, na imprensa, da temática relativa ao **grupo 4**, no que diz respeito a torturas cometidas a presos políticos pelo Regime, bem como atos de seqüestro, terrorismo e assaltos, discursivizados pela mídia. Há uma análise em outro tópico deste capítulo referente a este discurso dos religiosos nos jornais, em que poderemos compreender um discurso que estabelece resistência ao que estavam designando como subversivo.

**a) Grupo 3 das normas censórias: proibidas notícias e críticas referentes aos Atos Institucionais**

- **veicular críticas aos Atos Institucionais** e Atos Complementares decorrentes (*sd49*); notícias, comentários, entrevistas ou declarações, mesmo por interposta pessoa, de quem haja sofrido quaisquer das sanções cominadas nos **Atos institucionais n<sup>o</sup>s 1, 2 e 5**, respectivamente de 9 de abril de 1964, 27 de outubro de 1965 e 13 de dezembro de 1968, relativas a assuntos políticos (*sd53*)

**b) Dizeres relacionados a notícias e críticas de Atos Institucionais que persistiram nos jornais**

- **ANO DE 1968: Ato** (3,6% das matérias de 1968)  
- **ANO DE 1970: Ato** (3,5% das matérias de 1970)

A análise do capítulo anterior referente ao jornal *Estado de Minas* - de dezembro de 1968, em que analisamos as manchetes publicadas - indicou que os Atos Institucionais são citados como possibilidade para melhorias e transformações. Estabelecendo relação à família parafrástica que

buscou proibir *notícias e críticas referentes aos Atos Institucionais* (sd49, sd53) temos em 1968 apenas um dizer, afirmando que não sairia o AI-5, mas lembramos que o AI-5 é de dezembro de 1968; não temos, em nosso *corpus* de 1964 - ano do primeiro Ato Institucional - matérias baseadas em AI; em 1970 os Atos são citados para justificar prisões em 1 matéria, para enaltecer direitos de punidos pelo AI-5 e para discorrer sobre como seria o Brasil sem ele.

Assim, em relação a 1968, dizeres referentes aos Atos Institucionais – *Ato, AI-5* – são silenciados nas matérias do DOPS-MG e evidenciados no *Estado de Minas*, a partir da sua edição, em 13 de dezembro de 1968. No ano de 1970 os dizeres *Ato* e *AI-5* são regularizados no discurso jornalístico. Os Atos Institucionais são, portanto, evidenciados na FD Militar a partir da promulgação do AI-5, silenciados nas matérias de 1968 que constam do DOPS-MG e regularizados em 1970.

#### a) Grupo 4 das normas censórias: proibido noticiar prisões de natureza política e censura

Notícia **referente a prisões de natureza política ou à censura**, salvo se fornecida por autoridade competente (sd55); veicular declarações, opiniões ou citações de **cassados** ou seus porta-vozes, **atos de terrorismo, sabotagens** (sd44); **manchetes** ou títulos, nem estampar fotografias de **assaltos e estabelecimentos de redito ou financiamento, comerciais ou industriais**, resumindo o mais possível e nas páginas internas dos jornais periódicos o noticiário pertinente a esses atos (sd51).

#### b) Dizeres relacionados a prisões de natureza política e censura

##### - ANO DE 1964

PRISÕES DE NATUREZA POLÍTICA E CENSURA/cassação, condenação, prisão, habeas-corpus (37% das matérias de 1964): *forjar, subversão, cassação, habeas-corpus, ordem, denúncias, subversão, prisão, culpa, subversão, tortura.*

##### - ANO DE 1968

PRISÕES DE NATURA POLÍTICA OU CENSURA/cassação, condenação, prisão, habeas-corpus (26% das matérias de 1968): *tortura, comunismo, cassação, subversivos, jornalistas, subversão, polícia*

##### - ANO DE 1970

PRISÕES DE NATUREZA POLÍTICA OU CENSURA/cassação, condenação, prisão, habeas-corpus (23% das matérias de 1970): *Assalto, subversão, presidente, UNE, inquérito, jornalista, cassação, subversão, Aliança Libertadora Nacional, Hábeas, universitária, político, estudantes, religioso, preso, prisão, prisões, liberdade, professor*

PRISÕES DE NATURA POLÍTICA OU CENSURA/terrorismo (43% das matérias de 1970)<sup>105</sup>: *terror, estudantes, terroristas, seqüestradores, MR-8, seqüestro, culpados*

PRISÕES DE NATUREZA POLÍTICA OU CENSURA/assalto (10% das matérias de 1970): *assaltada, assaltantes, assalto, assaltado, furtos, assaltam, roubam*

<sup>105</sup> As matérias com o tema 'terrorismo' foram, na maioria, motivadas pelo seqüestro do embaixador alemão Von Holleben.

PRISÕES DE NATUREZA POLÍTICA OU CENSURA/subversão (5% das matérias de 1970): <i>subversão, subversivos, subversiva</i> PRISÕES DE NATUREZA POLÍTICA OU CENSURA/banidos (7% das matérias de 1970): <i>asilados, banimento, asilo, banidos, religioso.</i>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Com relação às *normas censórias 4*, cujo tema representativo da família parafrástica é *prisões de natureza política ou censura (sd44, sd51, sd55)*, encontramos uma grande quantidade de dizeres que persistem nos discursos dos jornais do DOPS-MG. Mas é somente a partir de 1970 que há tão expressiva regularização (88% no conjunto) de dizeres que podem ser relacionados à família parafrástica *Prisões de natureza política ou censura/cassação, condenação, prisão, habeas-corpus, subversão, assalto, tortura, banidos.*

Vale ressaltar que é no ano de 1964 que se regulariza de forma expressiva (37% das matérias de 1964) os dizeres *cassação, condenação, prisão, habeas-corpus*, que se relacionam à família parafrástica do grupo 4 - prisões de natureza política e censura. Isto se deve principalmente ao acontecimento Golpe Militar.

Distinguimos também *tortura de terrorismo*. A primeira consta apenas em 1964, quando o jornal *Correio da Manhã* designou práticas do Regime Militar como *tortura*, e em 1968. Já *terrorismo* (48% das matérias de 1970) representa o modo de o Regime Militar designar as práticas por ele consideradas subversivas e relacionadas a *terror, estudantes, terroristas, seqüestradores, MR-8, seqüestro, culpados.*

Podemos justificar a regularização de *terrorismo* relacionando-a, conforme será ainda discutido, ao efeito de sentido de subversão dado pela FD Militar. Repudia Fragoso (1980) os atos das autoridades do regime militar, respaldados na Lei de Segurança nacional, em relação à associação subversiva. Esclarece que sempre foi da tradição do direito punir mais gravemente os que organizam, comandam e dirigem a associação ilícita, distinguindo-os dos simples filiados. Apesar de o art. 14 do Decreto-Lei 898 versar sobre uma punição leve de jovens que integravam associações subversivas como simples filiados, esta foi tecnicamente mal empregada. Também se pode sustentar tal posicionamento a partir das análises feitas e apresentadas neste texto.

A partir de 1970 surgem os temas *banidos* (7% das matérias deste ano), *assaltos* (10% das matérias deste ano) e *subversão* (5% das matérias deste ano), relacionados família parafrástica *Prisões de natureza política ou censura/cassação, condenação, prisão, habeas-corpus, subversão, assalto, tortura banidos*.

Relacionados ao tema *banidos* se regularizam os seguintes dizeres no discurso jornalístico: *asilados, banimento, banidos, asilo, religioso*. Também seria significativo para a continuidade do estudo sobre censura encontrar normas censórias em outros arquivos, a fim de verificar a inscrição deste tema em uma outra lista de proibições, como modo de a censura resistir a essa inscrição a partir de 1970. Quanto à inscrição do tema, estamos entendendo-a como reação a um acontecimento histórico, já que em 1970, com o aumento dos seqüestros e designados atos terroristas, o Regime Militar vai intensificar os banimentos.

**a) Grupo 5 das normas censórias:** proibidas notícias relativas a estudantes

notícias, comentários, entrevistas ou declarações de qualquer pessoa relativas a entidades estudantis legalmente dissolvidas ou que tiveram suspenso seu funcionamento por ato do Governo (UNE, UME, FUEB, etc.), ou referente a atividades políticas ou extra-escolares de estudantes, tais como protestos, paralisação de atividades escolares, manifestos (*sd50*)

**b) Dizeres relacionados a estudantes**

- ANO DE 1964: ESTUDANTES (16,5% das matérias de 1964): *prisão, estudantes, UNE, ensino*
- ANO DE 1968: ESTUDANTES (44% das matérias de 1968): *alunos, qualificação, estudantes, secundarista, alunos, greve estudantil, UMES/BH, professor*
- ANO DE 1970: ESTUDANTES (1,75% das matérias de 1970): *estudantes, liberdade*

Com relação *às normas censórias 5*, o tema representativo da família parafrástica é *estudantes* (*sd50*), e os dizeres que se regularizam nos jornais referentes a *estudantes* predomina em 1968 (16,5% das matérias deste ano) e são praticamente silenciados em 1970 (1,75% das matérias deste ano). Isso se deve a vários fatores. Mas devemos destacar as condições de produção desses discursos considerando o contexto político-social de 1970, ano em que os atos de tortura, terrorismo, assalto, condenações, enfim, os temas do grupo 3, estavam materializando no discurso os acontecimentos históricos mais relevantes, enquanto 1968, no Brasil e em diversos países, pode ser considerado o ano dos movimentos estudantis.

As matérias de 1968 discursivizam uma situação política tensa, principalmente no meio estudantil, embora nossa análise do jornal *Estado de Minas* de 1968 – no capítulo anterior - tenha mostrado que o jornal pretendeu construir imagens de ordem e tranquilidade no país. Para Martins Filho (1998, p. 22), passada a eclosão do ápice do movimento estudantil em 1968, bem como sua relativa cisão, entre 1968 e 1977, a nova geração anunciava o esgotamento dos protestos estudantis intensificado pelo silêncio forçado. Respalda isso a análise de 1968, em que apenas uma matéria não é sobre *estudantes* no Jornal *Estado de Minas*, mas todas são anteriores ao AI-5. Em 1968, analisando a regularização de dizeres sobre *estudantes* no discurso jornalístico, na sua relação com o discurso das normas censórias, compreendemos que a região de sentidos em que censura e resistência trabalham são a mesma.

Finalmente, destacamos duas inscrições isoladas: *comunistas*, uma única vez, em 1968, e uma matéria sobre o DOPS-MG, em 1970. Podemos afirmar a não-regularização desses dizeres apenas nos anos analisados. Não que não tenham se regularizado em outro momento; seria preciso checar onde elas se repetem/renovam, que outros já-ditos lhe são correspondentes ou a elas resistem, neste ou em outros arquivos. Fato é que elas representam justamente o extremo das Formações Ideológicas que se opõem: DOPS *versus* comunistas.

Para sintetizar o que foi até agora discutido, frisamos que no arquivo de censura do DOPS-MG estabelece-se a formação de uma memória discursiva com temas que têm correspondência nas normas censórias e serão referência para o trabalho dos censores. Estes temas dizem respeito ao contexto político do que será designado principalmente como Golpe Militar, Regime Militar, Revolução. Esta memória discursiva se constitui em um arquivo da polícia política, que representa o poder político e apresenta, no nível do interdiscurso, uma regularidade temática.

As análises em que essas relações foram discutidas nos permitem elaborar que os acontecimentos históricos favorecem a determinação temática do discurso jornalístico, mas não seu todo, já que a censura interfere no processo histórico de constituição de sentidos. Os acontecimentos discursivos que produzem uma regularidade temática nos títulos de periódicos de 1964 (24 matérias selecionadas) têm correspondência na relação de temas proibidos pelas normas censórias de 1968 – produzindo saberes para que a censura determine então o que deve ser silenciado - bem

como funcionam como já-ditos em relação às matérias de 1968 (27 matérias) e 1970 (114 matérias).

Os dizeres de 1964, de 1968 e 1970 se relacionam constituindo uma memória discursiva e têm relação com as normas censórias de 1968 e de outros anos do Regime Militar, seja na produção de um saber sobre o que não deveria ser dito - criando novas normas censórias – sejam estas contribuindo para a inscrição de novos temas ou apagando outros no discurso jornalístico.

### **6.1.1 Desopacização dos sentidos de atos e sujeitos subversivos**

O objetivo com este tópico é compreender os sentidos de subversão e sujeito subversivo para o Regime Militar, como foram discursivizados nos jornais, o que também nos permitirá compreender sua relação com os temas proibidos pelas normas censórias, já discutidos no item anterior deste capítulo. Como agora estamos analisando a produção mais específica dos sentidos de subversão e quem são esses sujeitos subversivos, designamos esta análise, pela direção que toma, de desopacização.

Da citação anterior de Orlandi, (2004 [1996], p. 67) precisamos retomar que para que a língua faça sentido é preciso considerar “o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante” a fim de justificarmos esta análise de desopacização. Seleccionamos seqüências discursivas do discurso jornalístico de 1964, 1968 e 1970, e procuramos investigar o que foi discursivizado nos jornais. Segundo Mariani (1998, p. 63), a imprensa pretende desambigüizar o mundo, produzindo um efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. É assim, portanto, que nos referimos a uma análise de desopacização que busque desnaturalizar esses sentidos.

Uma análise sobre os sentidos de *subversão* e o que são *atos subversivos* para a FD Militar, a partir de sua discursivização nos jornais, considera que este falar *sobre* o *subversivo* e *atos subversivos* apaga a interpretação em nome dos fatos que falam por si: *os subversivos* foram *acusados / de subversão*. Então este trabalho de interpretação que fazemos recai no modo como se fala *sobre* e as condições em que se fala no discurso das normas censórias e no discurso jornalístico.

Os sentidos de *subversão* e *atos subversivos* regularizados nos jornais se produzem pelas marcas lingüístico-discursivas ***acusados de, processados de***, nas seqüências discursivas a seguir, em que há desopacização dos sentidos de subversividade considerando agora as acusações feitas pelo Regime Militar e discursivizadas nos jornais. As seqüências discursivas referentes a esta análise vão até a *sd79*, mas destacamos apenas as representativas. O conjunto das seqüências se encontra no Anexo 1.

***Sd61:*** Foram eles ***acusados de organizarem o extinto Partido Comunista Brasileiro***, na cidade fluminense de Barra Mansa, onde promoveram várias reuniões com esse objetivo (*O Estado de São Paulo*, 28-06-1970).

***Sd62:*** ***Carlos Lamarca é condenado*** a 24 anos de prisão em São Paulo ***por furtar armas*** (*Jornal do Brasil*, 04-06-1970).

***Sd63:*** A principal ***acusação*** feita à ré foi a ***de*** que ***fez “violentos editoriais criticando o presidente Artur da Costa e Silva”*** imprimindo uma linha excessiva às autoridades constituídas, principalmente no ano de 1969. Foi ***acusada*** também ***de denunciar prisões de presos políticos*** ocorridas posteriormente à promulgação do AI-5, baixado em 13 de dezembro do ano anterior (*Estado de Minas*, ?-05-1970).

***Sd64:*** Entre os acusados, ***estão sendo processados*** à revelia, ***por estarem foragidos, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Lindolfo Hill, Lincoln Cordeiro Oest, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Demistóclides Batista***, este último cumprindo pena de reclusão, por sentença da 1ª Auditoria do Exército (*Correio da Manhã*, 23-06-1970).

***Sd65:*** O Conselho Permanente de Justiça, da IV Região Militar, absolveu todos os 18 ***estudantes e padre acusados de atividades contra a Segurança Nacional***, em 1966, durante o 28º. Congresso da ex-UNE, realizado em Belo Horizonte, nos portões da Igreja São Francisco (*Estado de Minas*, 07-05-1970).

Ressaltamos que as seqüências discursivas anteriores estão inscritas em um discurso em que pequenas contradições são produzidas na discursivização do Outro subversivo. Em ***organizar o extinto Partido Comunista Brasileiro*** (*sd61*) e em ***processados à revelia*** (*sd64*) acenamos para efeitos de sentido que nos permitem compreender – e isto gostaríamos de dizer antes das análises – que a desopacização de que falaremos não está imune a esses deslizamentos de sentido.

Indursky (1997), na sua pesquisa sobre o discurso dos presidentes militares no Brasil, faz referência à representação do contrário e expõe as representações lexicais referentes ao Outro considerado subversivo como “adversários da revolução, contra-revolucionários, inimigo do regime, subversivo e corrupto, agitador” (INDURSKY, 1997, p. 118), para citar alguns. Mas vejamos como o Outro subversivo é desopacizado, ressaltando a indicação de acusados e processados de atos subversivos discursivizados nos jornais que constam do arquivo de censura em análise.

## 1 - O *Outro subversivo* desopacizado nos jornais

***Organizadores do Partido Comunista Brasileiro (sd61), Carlos Lamarca (sd62), Niomar Moniz Sodré*** (diretora do *Correio da Manhã*, a quem se refere a *sd63*), ***Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Lindolfo Hill, Lincoln Cordeiro Oest, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Demistóclides Batista (sd64), estudantes e padre (sd65), jornalista (sd66, sd69), estudantes (sd65, sd70, sd74, sd75, sd79), deputados (sd72), funcionários da Estrada de Ferro Leopoldina (sd73), moças (sd74), João Pinheiro (sd76), titular de Comarca (sd78).***

As marcas **verbo auxiliar ser + verbos principais (*acusado / processado / condenado*)** constituem a forma verbal passiva, em que os sujeitos gramaticais discursivizam o ***Outro subversivo***. O uso da voz passiva assume função discursiva na medida em que as posições-sujeito relativas a uma FD Militar estão resguardadas nestas matérias, ora por força da censura, ora não. De que lugar vem essa ordem de acusar? Se há o apagamento da posição discursiva de acusação com o alçamento do objeto direto – o então subversivo – a sujeito gramatical, é porque não se pretende/não se pode inscrever justamente o embate ideológico, o confronto entre posições antagônicas.

Compreendemos o uso da passiva como um processo de desopacização dos sentidos de subversivo e subversividade em que está silenciado quem acusa, quem processa, quem condena, ou seja, não deixa ver a posição de onde essa noção de subversividade é construída: quem está acusando/processando/condenando? A questão sobre a subversividade também é outra: pela voz passiva, o *Outro subversivo* é alçado à posição gramatical de sujeito, uma focalização do designado subversivo e, através de verbos de acusação no particípio – ***acusados, processado, condenado*** -, um realce de que a eles é referenciada uma culpa, um possível crime.

E o que fez ***organizadores do Partido Comunista, Carlos Lamarca, Niomar Moniz*** e outros para que subversividade signifique de um modo e não de outro? A próxima análise pretende compreender como os jornais produziram imagens *subversãolatos subversivos* -, discursivizando razões das acusações feitas pelo governo militar. Dito de outra forma, estamos interessados na imagem que o discurso jornalístico discursivizou nas matérias constantes do DOPS-MG. Estas imagens produzidas nos jornais, que estão indicadas no quadro abaixo pela letra *b*, desopacizam



os sentidos dos temas proibidos pelas normas censórias - já agrupadas e discutidas em 6.1. Assim, podemos compreender como o discurso jornalístico acabou por naturalizar sentidos de *subversão/atos subversivos* da FD Militar.

## 2- O ato *subversivo* desopacizado nos jornais

a) Proibições das normas censórias	b) Imagem de subversão desopacizada no jornal
<b>grupo 1:</b> propiciar o incitamento à luta de classes (sd47)	<i>organizarem o extinto Partido Comunista Brasileiro (Sd61)</i>
<b>grupo 4:</b> atos de terrorismo, sabotagens (sd44)	<i>furtar armas (Sd62)</i>
<b>grupo 1:</b> notícia referente a prisões de natureza política e atos decorrentes de censura (sd55)	<i>violentos editoriais criticando o presidente Artur da Costa e Silva; de denunciar prisões de presos políticos (Sd63); por estarem foragidos (Sd64)</i>
<b>grupo 5:</b> relativas a entidades estudantis legalmente dissolvidas ou que tiveram suspenso seu funcionamento por ato do Governo (UNE, UME, FUEB, etc.), ou referente a atividades políticas ou extra-escolares de estudantes, tais como protestos, paralisação de atividades escolares, manifestos (sd50)	<i>atividades contra a Segurança Nacional, em 1966, durante o 28º Congresso da ex-UNE (...) (Sd65)</i>

Comprendemos que o discurso das normas censórias produziram imagens sobre o que era considerado subversivo, discursivizados nos jornais pelas marcas ***acusados de/ ser processado por / ser condenado por***: *organizarem o extinto Partido Comunista Brasileiro (Sd61), furtar armas (Sd62), violentos editoriais criticando o presidente Artur da Costa e Silva; de denunciar prisões de presos políticos (Sd63); por estarem foragidos (Sd64), atividades contra a Segurança Nacional, em 1966, durante o 28º Congresso da ex-UNE (...) (Sd65).*

Os complementos de ***acusados de/ processado por / condenado por*** são a causa das acusações, processos e condenações. Mas elas constituem marcas lingüístico-discursivas que materializam, no discurso, os *atos* considerados *subversivos* pelas normas censórias e desopacizados nos jornais. É um ato subversivo sujeito a acusações criminais pelo governo militar: *propiciar o incitamento à luta de classes*, assim desopacizado nos jornais: *organizar Partido Comunista Brasileiro; atos de terrorismo/sabotagem*, assim desopacizado nos jornais: *furtar armas; notícias referentes a prisões de natureza política e atos decorrentes de censura*, assim desopacizado nos jornais: *violentos editoriais criticando o presidente Artur da Costa e Silva / denunciar prisões de*

*presos políticos / estarem foragidos; referentes a atividades políticas ou extra-escolares, de estudantes, tais como protestos, paralisação de atividades escolares, manifestações*, assim desopacizado nos jornais: *atividades contra a Segurança Nacional*, em 1966, durante o 28º Congresso da ex-UNE (...).

Devemos dizer que ainda que o discurso sobre sujeito e atos subversivos constituía um discurso jornalístico reunido em um arquivo de censura, eles contribuíram para a cristalização de certos sentidos nos jornais.

Ainda sobre o discurso *sobre*, retomamos Mariani:

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja (MARIANI, 1998, p. 60):

É desse modo que vão sendo naturalizadas imagens sobre a *subversividade*: quem é subversivo e o que é ser subversivo. Mas o que também buscamos compreender com as seqüências discursivas, além da desopacização dos sentidos de subversão e subversividade para o Regime Militar, é que há um pré-construído, mesmo antes do Golpe de 1964, que vai construindo saberes sobre o que proibir. Isto quer dizer – juntamente com outras considerações que já fizemos sobre a memória discursiva em um de arquivo de censura – que esses saberes não se limitam ao contexto histórico da ditadura militar, como se os dizeres e sentidos de subversão e subversividade dentro dele surgissem. Nesse sentido, podemos dizer que esses proibidos retornam também para um funcionamento do discurso da censura, do discurso da FD Militar, em curso antes do Golpe, ou seja, há, nesse discurso anterior ao da ditadura militar, pré-construídos sobre subversivos e subversividade.

Portanto, se dizemos que nas seqüências discursivas apresentadas os atos de subversão discursivizados nos jornais de 1970 constroem os sentidos de subversividade para o Regime Militar e estão em relação com as normas censórias de 1968, que procuravam evitá-los, também devemos dizer que as normas censórias vão tentar silenciar os dizeres que não podem/devem ser

inscritos nos jornais também com base em um saber anterior ao contexto histórico e imediato da sua produção.

## 6.2 Dizeres que insistem

### 6.2.1 Discurso jornalístico: desconstrução de imagem negativa sobre o Brasil no exterior

Nos jornais, a crítica que estabelece relação de oposição entre Formações Ideológicas também pode ser compreendida através de um tema que também se repetiu em 1970: imagens do Brasil no exterior. Contudo, dessa vez é o governo que resiste, principalmente através de religiosos que buscaram desconstruir uma imagem negativa do Brasil no exterior; este sentido pode ser construído pela análise do funcionamento discursivo de algumas matérias de jornais.

*Sd56*: - É preciso acabar com essas inverdades, que – por mais absurdas que sejam – sempre acabam **prejudicando a imagem do País no exterior** (*Correio da Manhã*, 01-07-1970).

*Sd57*: O comércio gaúcho apresentou um voto de congratulações ao cardeal Vicente Scherer por sua posição diante **da campanha difamatória** que se desenvolve no Exterior **contra o Brasil** (*O Estado de São Paulo*, 03-06-1970).

*Sd58*: Revela que a conspiração era destinada a promover e articular uma campanha bem montada, com bases ideológicas e objetivos políticos mediante fornecimento de material de desinformação destinado, com todos os malefícios decorrentes, a **criar e manter no exterior uma imagem desumana e revoltante do Brasil e seu governo** de repercussão extremamente danosa, tendente a suscitar-lhe sérias dificuldades no campo internacional, como por exemplo as perturbações nos meios financeiros a que se referem as declarações do ministro conselheiro da embaixada do Brasil em Londres, Sr. Francisco de Assis Grieco (*O Estado de São Paulo*, 17-06-1970).

*Sd60*: Como está é que não pode continuar. As denúncias da imprensa internacional continuam e, sem uma resposta concludente, elas estarão prevalecendo, contribuindo assim para **desgastar a nossa imagem no exterior** (*Estado de Minas*, 27-05-1970).

Podemos compreender que em *Campanha difamatória/contra o Brasil* (*sd57*), *imagem desumana e revoltante do Brasil e seu governo* (*sd58*), *prejudicando a imagem do País no exterior* (*sd56*), *campanha sistemática e persistente/contra o nosso país* (*sd59*), *desgastar a nossa imagem no exterior* (*sd60*), os adjetivos *difamatória*, *desumana*, *sistemática e persistente* e os verbos *prejudicando* e *desgastando* materializam no discurso sentidos de que o Brasil não merecia a imagem negativa – *difamatória*, *prejudicando/prejudicial*, *desgastar*, *desumana e revoltante*, *sistemática e persistente* - que se alastrava no exterior, inscrevendo-se em uma FD Militar. Estas imagens negativas indicadas por parte de certos religiosos estavam em relação de oposição com os discursos que denunciavam atos de tortura no Brasil naquele ano de 1970.

Gaspari (2002) explica que o Regime Militar chamava o noticiário internacional de campanha para difamar o Brasil no exterior. A resistência à então designada campanha difamatória foi empenhada pelo governo, que, segundo *O Globo* de 24-11-1969, trouxe uma centena de jornalistas europeus para visitar o Brasil. O que estamos analisando é um embate discursivo através de dizeres que surgem para oporem-se a outros, instaurando então um tipo de resistência que funciona pela oposição. Nesta Formação Discursiva o que *deve ser* dito refere-se à imagem negativa do Brasil no exterior, que se opõe a outros já-ditos cujas matrizes de sentido lhe atravessam e são constitutivos de uma FD antagônica. O que vai sendo regularizado são dizeres relativos à FD Militar.

Estas seqüências discursivas têm relação com dois pré-construídos. O primeiro é aquele que estabelece relação com o grupo das normas censórias 2: *notícia, informação, manifesto ou entrevista que envolva a atitude política do religioso ou terceiros que possam representar ou criar tensões ou choque de natureza religiosa; veicular notícias sobre problemas religiosos de natureza política e que possam provocar luta de classes*. Estas matérias constam do arquivo do DOPS-MG por terem inscrito dizeres proibidos nos jornais. Mas, Mariani assim se refere ao trabalho da memória na enunciação jornalística: “algo já enunciado antes e em outro lugar é retomado e ressignificado. A ressignificação, por sua vez, vai conduzindo para o esquecimento dos sentidos antes tomados como evidências” (MARIANI, 1998, p. 115).

Assim, há aqui uma tensão, um tipo de resistência que não se reduz à persistência de dizeres nos jornais. Estabelece-se neste discurso sentidos em disputa por uma relação de oposição. A posição de resistência é ocupada, no jornal, por religiosos que pretendem desconstruir um pré-construído: a imagem negativa do Brasil. Este sentido se regulariza no discurso de modo a insistir em um sentido que vai em outra direção, uma direção oposta.

## 6.2.2 Discurso jornalístico: construção de imagem positiva para o considerado subversivo

Conforme a Tabela 1, em 1964, 58% das matérias são do *Correio da Manhã*. Com 21% *O Jornal* tem a segunda maior ocorrência. E é justamente esses dois jornais a produzirem, de modo mais incisivo, um discurso de oposição às Formações Imaginárias do Regime militar. Nesse embate ideológico, os dois jornais buscam desconstruir a imagem de subversão e de subversivo (imagem negativa) pela inscrição da imagem positiva. Vamos nos concentrar na resistência empenhada pelo *Correio de Minas*.

**Sd80:** O ex-parlamentar, que foi *pessoa de destacada atuação* na bancada petebista à frente de movimentos populares como Frente Parlamentar Nacionalista e Frente de Libertação Nacional, era considerado como principal teórico da esquerda radical, além de inspirador do esquema reformista o governo Jango. (...) O nome do Sr. Temperani Pereira, durante as investigações decorrentes da revolução, apareceu com insistência em vários inquéritos sobre *subversão e infiltração comunista* no Brasil e com implicações em outros países da América Latina (*O Jornal*, 29 de outubro de 1964).

**Sd81:** O prefeito de Caxambu havia sido ‘cassado’ sob *pretexto de subversão*. Eleito pela coligação PR-PTB, após a “Revolução” foi preso três vezes, sendo submetido a toda série de coações e vexames. (...) Sustentou com veemência a tese da ilegalidade da cassação, juntando documentos irretorquíveis como uma declaração dos próprios vereadores, em sua totalidade, atestando a *lisura do jovem prefeito* do Sul de Minas, bacharel Abel Murta de Gouveia (*Correio da Manhã*, 31-10-1964).

**Sd82:** *Encontra-se preso* o comandante Hertz, no Alto da Boa Vista, à disposição do CENIMAR desde princípios de junho. É *elemento de grande prestígio* na Marinha Mercante por seus *dotes intelectuais e morais* (*Correio da Manhã*, 31-10-1964).

**Sd83:** *Subversivo embora eleito em abril* (*Correio da Manhã*, 31-10-1964).

**Sd84:** *DOPS castiga quem imprensa defende* (*Correio da Manhã*, 28-10-1964).

Podemos assim considerar as seguintes marcas a serem analisadas:

*sd80: subversão (apesar de ) pessoa de destacada atuação; sd81: encontra-se preso (apesar de) lisura do jovem prefeito;sd82: encontra-se preso (apesar de) elemento de grande prestígio/dotes intelectuais e morais; sd83: subversivo (embora) eleito em abril; sd84: (é castigado por X) (embora) (seja defendido por Y).*

Temos um funcionamento discursivo em que a um dizer se estabelece uma oposição, uma contradição, posto que são incompatíveis os sentidos que um e outro sujeito – *Correio da Manhã* e as autoridades do Regime Militar - em posições discursivas antagônicas, atribuem à noção de subversão, refletindo suas diferenças ideológicas.

Para Pêcheux e Fuchs:

As formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas e determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um harena, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos então que toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar Pêcheux e (FUCHS, 1975, p. 166).

A estratégia discursiva do jornal é citar o fato relacionado ao acusado de subversão ou designado por ele como vítima do Regime Militar, para, na mesma matéria, atribuir-lhe uma imagem positiva, procurando desqualificar o ato do Regime Militar, desconstruir o efeito de literalidade do sentido de subversivo – discutida na análise sobre desopacização de subversividade – e colocá-lo sob suspeita, ao mesmo tempo em que estabelece uma tensão entre FD’s antagônicas. Sobre o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, Pêcheux afirma:

Caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas”; em síntese, **o sentido da palavra, expressão, proposição, é determinado pelas posições ideológicas; elas mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam**, adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas, ou seja, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes. Então as palavras, expressões e proposições assumem sentido da formação discursiva na qual são produzidas (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 160, grifo nosso).

Ainda teorizando com Pêcheux (1969, p. 83) o funcionamento discursivo destas análises em que a resistência se dá por uma relação de oposição, consideramos que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias. Vimos que o sujeito que fala na FD Militar produz imagens de *subversão* constitutivas do discurso das normas censórias. Já a posição-sujeito *Correio da Manhã* se inscreve em uma FD anti-militar ao produzir imagens opostas sobre os sujeitos que estão sendo acusados pelo Regime Militar como subversivos; ao discursivizar uma imagem de que *prender, acusar de subversão e de comunismo* não é sinônimo de oposição, já que os acusados são figuras de *prestígio, foram eleitos pelo povo, etc.*

O *Correio da Manhã* assume, portanto, posição em uma Formação Discursiva que impõe uma resistência aos sentidos de subversividade que a FD Militar faz circular ao praticar os referidos

atos. Nesta posição, o *Correio da manhã* produz a imagem que faz da imagem que o Regime Militar tem sobre o que é ser subversivo. Discursivamente, o jornal *Correio da Manhã* cita os atos em que o Regime Militar acusou certas pessoas de subversão para tentar desconstruir a noção de subversividade.

Assim, as contradições que o *Correio da Manhã* procurou construir funcionam discursivamente através de implícitos de adversidade (*embora, apesar*) que é possível estabelecer entre a negatividade que o Regime Militar atribui a X e a positividade que o *Correio da Manhã* atribui a X. Vamos nos referir a esta posição antagônica, esta oposição à FD Militar, de FD anti-militar. É a relação de adversidade que materializa a contradição de duas posições discursivas antagônicas, produzindo efeitos de sentidos em oposição. Na heterogeneidade própria das Formações Discursivas é que está a condição de todo discurso estabelecer um mínimo de resistência em relação ao outro. Nesta situação discursiva especificamente, este nível de resistência não é mínimo.

Todo dizer resiste a *outro* e os sentidos estão sempre em disputa, mas um discurso *anti* existe em função da resistência - para resistir -, ou seja, a condição de produção desse discurso é a *relação de oposição a*. Neste processo discursivo, quando dizemos que a resistência não é mínima, é porque ela insiste em desconstruir sentidos antagônicos.

A última seqüência discursiva do grupo anterior é exemplar para o que procuramos ressaltar neste grupo, além da (re)construção da imagem do então considerado subversivo pelo Regime Militar. DOPS *castiga*, imprensa *defende*, em *DOPS castiga* quem *imprensa defende* (sd84). O *Correio da Manhã* anuncia justamente o que estava fazendo ao utilizar-se dessa estratégia discursiva.

Um aspecto importante a ser citado é que contribuições significativas para o estudo da instituição imprensa nas mais diversas áreas poderiam ser dadas com a análise do (re)posicionamento discursivo de jornais em diferentes momentos da ditadura militar, por exemplo a partir das matérias que constam de um arquivo de censura. A tabela a seguir é bastante significativa quanto a isto.

**Tabela 1**

Matérias por jornal (em %), constitutivas do arquivo de censura do DOPS-MG

JORNAL	1964	1968	1970
Correio da Manhã	58	11	19
Estado de Minas	8	22	10
O Estado de São Paulo	0	15	20,5
O Jornal	21	0	0
Diário da Tarde	4	7,5	2,5
Jornal do Brasil	4	3,5	18
Última Hora	4	15	0
Diário de Minas	0	18,5	15
O Globo	0	3,7	6
O diário	0	0	6

Fonte: DOPS-MG

Mas a questão que estamos expondo parte principalmente da análise de 1964 que fizemos, ano de grande concentração de matérias do jornal *Correio da Manhã*. Se a análise deste discurso anterior vai constituindo uma posição-sujeito anti-militar, é preciso dizer que o sujeito-*Correio da Manhã* não se manterá nesta posição nos outros anos. Em 1970, *O Correio da Manhã* já não pertence a Niomar Moniz Sodré, acusada de subversão pelo Regime Militar, mas mantida em liberdade<sup>106</sup>. Ela arrenda o jornal, e a própria determinação da rede temática que fizemos anteriormente já nos permite compreender que o funcionamento discursivo deste jornal se altera, de modo a não ser mais tão incisiva a sua posição de resistência, como em 1964.

Nesse sentido, citamos Orlandi (2007), que expõe o risco dos sentidos durante a ditadura militar: “Não há discurso estanque que os torne de todo ‘controláveis’ nem discurso que garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que são produzidos. Uma vez postos em circulação, eles podem se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos” (ORLANDI, 2007, p. 117). Acrescentamos ainda Mariani (1998), para expor, paralelamente às posições móveis na produção dos sentidos, a seguinte consideração sobre a Formação Discursiva:

---

<sup>106</sup> Há também uma matéria que consta do Anexo 23 o título: STF mantém Niomar Sodré em liberdade, de maio de 1970.



Da mesma forma uma instituição, ao constituir-se, encontra-se regulada por uma FD, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de sentidos. A compreensão do funcionamento de um discurso institucional, portanto, não deve ficar restrita a uma ingênua correlação entre o que se diz e um lugar institucional correspondente, nem a uma concepção fixista da instituição, impedindo uma leitura crítica da sua forma de existência histórica (MARIANI, 1998, p. 68).

Esta nos parece uma questão bastante significativa quanto à tensão que a resistência e o controle podem provocar na constituição de posições discursivas. E podemos ainda retomar Insaurrealde (2005), para incluir aqui a questão do sujeito, a partir de sua pesquisa sobre o sujeito subversivo no funcionamento do discurso de resistência ao regime militar no Brasil. O trabalho foi com textos escritos e apreendidos por terem sido considerados subversivos. Em sua tese, afirma que o sujeito político subversivo se inscreve, ao mesmo tempo, em posições-sujeito antagônicas, dando visibilidade a um discurso dividido, heterogêneo e contraditório. Este conjunto de considerações nos faz chamar atenção para designações generalistas como ‘o Regime Militar’, ‘a resistência’, que nós mesmos temos utilizado.

Em primeiro lugar, partimos de uma posição teórica que discorda de uma homogeneidade ideológica dentro do que se designou Regime Militar ou resistência. No próprio funcionamento discursivo do jornal *Correio da Manhã*, compreendemos que a impossibilidade de garantir uma investida contra a censura, contra a ditadura, que a impossibilidade de uma investida sem reposicionamentos, é dada pela força da censura.

Em segundo lugar, discursivamente a resistência deixa de ser compreendida como uma posição que se ocupa normalmente para resistir a um Outro opressor – outros dizeres, a censura local, *etc.* A resistência é produzida como prática discursiva pelas relações de poder em que o Outro busca controlar o que deve ou não ser dito, mas também resiste; esta tensão que se materializa no discurso só existe porque há resistência. Nesse sentido, dizeres que persistem ou insistem no discurso não só resistem; eles também indicam que há um empreendimento de controle – censura – sobre os sentidos.

Deixamos em aberto a possibilidade de uma análise futura a partir dos números da Tabela 1. Poder-se-ia problematizar a instituição imprensa pelo funcionamento discursivo em relação a diferentes jornais. Assim, podemos supor uma tensão do nível discursivo sobre a redução da

resistência do *Correio da Manhã*, dando paralela atenção para *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

O *Correio da Manhã* chama-nos atenção no que diz respeito ao seu funcionamento discursivo nos anos de 1964, 1968 e 1970: posiciona-se contrariamente ao Regime Militar em 1964, sofre repreensões econômicas em 1968, quando sua diretora é acusada de subversão; é arrendado em 1970. Compreendemos assim que nas análises em que o *Correio da Manhã* questiona saberes e imprime resistência aos sentidos da FD Militar, assumindo posição discursiva antagônica, ele se contra-identifica, insistindo em sentidos opostos, resistindo a essa forma-sujeito e pré-construídos não só nos discursos que se constituem em uma FD-Militar, mas pelos dizeres que foram sendo discursivizados também pelos jornais. Mas a pressão política e econômica que sofre provoca seu reposicionamento discursivo.

Considerando a mesma direção horizontal na tabela 1 – nos 3 anos em que trabalhamos -, destacam-se os dois jornais já citados – *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, apresentando, entretanto, crescimento no número de matérias; na direção vertical da Tabela 1 destaca-se, junto com o *Correio da Manhã*, em 1964, *O Jornal*, sem nenhuma ocorrência em 1968 e 1970, deixando-nos a hipótese também de resistência; em 1968 destacam-se na direção vertical o *Diário de Minas* e o *Estado de Minas*, e em 1970 ficam os três jornais em destaque – *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.

Nestas análises estamos procurando destacar a importância de estabelecer relações a um outro discurso, tanto no nível do interdiscurso quanto no intradiscurso, de um mesmo ou diferentes jornais, quando estamos analisando principalmente discursos em que a resistência é um modo importante para se compreender os silenciamentos e os evidenciamentos.

### **6.2.3 Discurso jornalístico: a marca *re* como tentativa de construir imagem positiva do governo anterior e negativa do Regime Militar**

Os sentidos do prefixo *re* se associam ao que é novo; novamente. Como marca, ***Re*** funciona na materialização de diferentes efeitos de sentido ao formar uma palavra, ou melhor, de diferentes

efeitos de sentido no funcionamento discursivo em que essa palavra – composta por *re* - é inscrita. *Re* é resistir à não-existência, é novamente existir; repetir. Resistir e repetir. Compreendemos que este termo lingüístico se repete no discurso em análise de modo a fazer as palavras ressignificarem a fim de destacar uma oposição ao momento atual em que é discursivizada. Este é o modo de elas resistirem ao acontecimento histórico que foi o designado Golpe Militar e, ainda, referirem-se a um antes melhor do que o período em questão. As seqüências discursivas foram, assim, listadas:

**Sd85:** O acadêmico Delfim de Pádua Peixoto Filho, orador oficial pelo Partido de Renovação Acadêmica, ao tecer críticas à “revolução” de abril, ressaltou o papel deste jornal e dos dois jornalistas em prol da causa estudantil e na **redemocratização do país** chamando o CORREIO DA MANHÃ “baluarte das reivindicações populares” (*Correio da Manhã*, 31-10-1964).

**Sd86:** E, note-se que o Sr. Castelo Branco, por fazer concessões a esses grupos, perdeu a oportunidade histórica de **reorganizar**, em termos definitivos, a estrutura agrária do País, ponto de partida para a solução de todos os demais problemas que angustiam o povo brasileiro (*Correio da Manhã*, 30-10-1964).

**Sd87:** Antes de ler o artigo o parlamentar fez considerações a respeito do momento político nacional, tendo afirmado ser “necessário que as forças populares e democráticas se organizem, sob denominador comum na **restauração** da ordem jurídica, com a devolução das franquias constitucionais, sem nenhuma preocupação e revanchismo ou de conspiração e sem outras perspectivas que não as de **retorno** ao império da lei” (*Correio da Manhã*, 30-10-1964).

**Sd88:** Dentro desses movimentos há lugar para todas as tendências, todos os matizes, já que a finalidade é simples e unânime: **redemocratização e o restabelecimento** de franquias democráticas no Brasil (*Correio da Manhã*, 29-10-1964).

No Brasil o processo de redemocratização começa com o governo Geisel. É em 1975 que Vladimir Herzog é morto, e é em 1978 que Geisel estabelece o fim do AI-5. As seqüências discursivas seguintes inscrevem-se em uma FD anti-militar, na qual o jornal *Correio da Manhã* assume posição discursiva oposta a do Regime Militar e discursiviza que não havia, em 1964, democracia no Brasil.

Dentro da matriz de sentidos e formação de imagens acerca de *democracia*, precisamos lembrar que o *Jornal Estado de Minas*, na análise de 1968 do capítulo anterior, construiu a imagem<sup>107</sup> de que o Brasil era democrático. No discurso da posição-sujeito *Correio da Manhã*, **Re** aparece marca lingüístico-discursiva na medida em que constitui a formação de palavra cujo sentido anterior o jornal pretende negar, ao mesmo tempo em que propõe o retorno de situação política

---

<sup>107</sup> Ver na análise sobre evidenciamento e silenciamento as Formações Imaginárias referentes ao Grupo 4: Democracia.

anterior ao Regime Militar; (re)torno à: *democracia* (sd85), *organização* (sd86), *instauração da ordem jurídica* (sd87) e *estabelecimento de franquias democráticas* (sd88), ou seja, o *Correio da Manhã* se opunha ao governo e à situação política pela qual o Brasil passava em 1964.

Portanto, a marca lingüístico-discursiva *Re* em *redemocratização*, *reorganizar*, *restauração*, *retorno*, *redemocratização* e *restabelecimento* materializam no discurso a resistência do jornal *Correio da Manhã* ao governo do Regime Militar, propondo que volte a existir: democracia no país, organização da estrutura agrária, instauração da ordem jurídica e império da lei, bem como das franquias democráticas no Brasil.

Embora não-evidente, vale ressaltar que na produção do processo de constituição dos sentidos a censura local produz uma suspeita ainda maior sobre a direção deles. Assim, citamos Orlandi porque queremos chamar atenção para a função das normas censórias na determinação das condições de produção dessas matérias jornalísticas que analisamos. “A censura é um sintoma de que ali pode haver ‘outro’ sentido” (ORLANDI, 2007, p. 118), bem como “censura e resistência jogando, cada uma de seu lado, o mesmo jogo de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 123).

Esta produção do discurso da resistência se constitui a partir de uma posição necessariamente antagônica ao discurso do Outro, referenciando-se, portanto, a já-ditos que com elas estabelecem a contradição. É um discurso que não retorna para o mesmo, nem exatamente o renova, mas o modifica, num movimento de construção e desconstrução, sempre por ser resistido e a resistir.

É nesse sentido que dizemos que tanto o discurso jornalístico que resiste à censura, quanto a censura que impõe resistência ao discurso jornalístico, são, ao mesmo tempo, construção e desconstrução de sentidos, referência para o Outro e (re)sistência a ele mesmo. É neste processo que um e outro existem.

### **6.3 Existir, persistir e insistir: as diferentes tensões da resistência no discurso**

Dois fragmentos de Orlandi introduzem este tópico com especial importância para o que estamos analisando, principalmente, neste capítulo: censura e resistência. O primeiro é que “na censura

está a resistência” (ORLANDI, 2007[1992], p. 118), e para este acrescentamos que a censura se produz pelo Outro, ela é resistência ao outro sentido. O segundo fragmento ressalta que a censura impede a construção do trabalho histórico do sentido e da identidade dos sujeitos (ORLANDI, 2002), e acrescentamos que esta é a censura local.

Mas como podem ser compreendidos os outros processos discursivos em que não há uma censura local, mas os sentidos estão em disputa? Avançaremos nesta questão, mas partindo das análises deste capítulo e retomando outras que fizemos.

No arquivo do DOPS-MG há o discurso *sobre* censura, *da* censura e *sob* censura. Há de se considerar, por assim dizer, uma rede de memória que produz saberes e faz cada discurso resistir de modo mais ou menos incisivo ao Outro. De seu lado, a censura local também diz o que não era para dizer, diz estando em uma posição antagônica, age-reage, constrói para desconstruir, nega o Outro, não diz para dizer; ela também resiste. A resistência, neste sentido, está em relação com a contradição que a constitui.

Também, como já afirmamos, nem todo discurso jornalístico que constitui memória no arquivo do DOPS foi necessariamente para resistir contra o Regime Militar, mas compreendemos que aquele lhe estabelece resistência na medida em que é nele que se inscrevem dizeres proibidos pela censura; é assim que esse discurso jornalístico ocupa posição nesse arquivo. Além disso, esses dizeres se regularizam com o advento Golpe Militar resistindo a outros que constituíam antes uma regularidade na rede de dizer; eles resistem a outros sem que necessariamente se oponham a eles. Há entre o discurso das normas censórias e o discurso jornalístico que consta do DOPS-MG uma mesma rede de memória que disponibiliza dizeres acerca do acontecimento e desdobramentos do Golpe Militar, do período da ditadura. Esses dizeres, como afirma Pêcheux (1988 [1975], p. 160), dependendo da Formação Discursiva em que se inscrevem e da posição ideológica daqueles que os empregam, isso sim, assumem um ou outro sentido.

Posto isto, vamos nos concentrar na primeira análise, quando relacionamos o discurso das normas censórias e os dizeres regularizados nos jornais referentes aos anos de 1964, 1968 e 1970. Dissemos que eles são constitutivos de uma mesma rede de memória, embora não

necessariamente sejam constitutivos de uma mesma matriz de sentidos. Compreendemos que, subjacente às diferentes Formações Discursivas, há uma rede de memória que é também condição de produção do discurso, seja do discurso das normas censórias, seja do discurso jornalístico que consta do DOPS-MG.

O que há de mais regular no discurso jornalístico que analisamos é que quase a totalidade das matérias tematizam o que era proibido pelas normas censórias, havendo até sentidos de interesse do Regime Militar. Mas, reagir, na sua implicação máxima, provoca uma disputa de sentidos opostos, não somente uma disputa pelo dizer ou por outro sentido; portanto, mais uma vez, não compreendemos que todas as matérias funcionam igualmente na sua posição de resistir à censura. Concordando com a afirmação de Orlandi (2007[1992], p. 117) de que “o conflito dos sentidos se estabelece de modo tão feroz quanto silencioso”, estamos desmembrando, considerando as análises, o que estamos compreendendo e designando por diferentes tensões que a resistência estabelece na relação com o controle dos sentidos em todo funcionamento discursivo.

No caso específico da censura local, a ditadura militar, como poder político armado de suas instituições, em que faz funcionar a sua ideologia, propõe um ideal de (re)constituição de sujeito. E é de uma imposição de reconstrução de sentidos e re(posicionamentos) que deriva uma reordenação discursiva, que deixa fraturas e faz funcionar a censura de forma incisiva na sua relação com a resistência.

Nas análises que procedemos, a resistência à censura local é a retomada do dizer proibido de forma persistente ou insistente, ou seja, é regularizar certos dizeres considerados proibidos, bem como opor-se – como vimos na análise em que chegamos à FD anti-militar - à tentativa de controle dos sentidos regulados pela FD Militar.

Assim, na análise de um discurso político produzido sob essas condições pode ser mais facilmente compreendido que a resistência é constitutiva do funcionamento do discurso, porque ela se produz, neste caso, na relação de oposição à censura local, o que não parece oferecer grandes questionamentos, ao menos para a Análise do Discurso. Como há nesta relação

específica – censura e resistência - uma implicação direta da censura com o silenciamento, há também uma expectativa maior quanto a resistência à primeira.

Mas, restringir a censura à análise dos discursos jornalísticos, e principalmente restringi-la à condição em que é institucionalizada – em período de ditadura ou autoritarismo -, é desconsiderar que os sentidos estão sempre em disputa. Assim, compreendemos que a censura é constitutiva do processo de produção dos sentidos. Esta censura constitutiva – que retomaremos adiante – é o controle, nas relações de força, que resiste a outros dizeres e sentidos. Ela controla o que pode e deve ser dito em uma Formação Discursiva, que por sua vez é atravessada/invadida por outras FD's; o controle não é completo.

Seguindo Courtine (2006, p. 41), os discursos devem ser analisados articulando o intradiscurso e o interdiscurso, noções profundamente importantes para a AD, visto que estão relacionadas a outras questões cardeais, quais sejam: a memória discursiva, que aprofunda a relação da linguagem com os processos sócio-históricos; a questão da não-evidência do sentido. Assim, para compreender que a censura, de seu lado, também impõe resistência, procurando produzir os seus sentidos, trabalhamos os dizeres e os sentidos em relação a outro, ao Outro, seja no nível do interdiscurso, quanto do intradiscurso, em vez de problematizarmos a resistência tão somente para opor-se à censura local.

Estamos dizendo, então, que se as normas censórias procuram controlar o que não pode ou não deve ser dito no discurso jornalístico, o que significa, pelo que expusemos, impor resistência aos outros dizeres, aos outros sentidos, isso não é tudo. Compreendemos que, discursivamente, a censura é constitutiva, funcionando como controle do que pode e deve ser dito em certas condições de produção; se não é possível apagar completamente o caráter heterogêneo das Formações Discursivas, apagar os antagonismos entre posições discursivas, é preciso considerar também o trabalho da resistência em todo processo de constituição de sentidos. Eis a tensão, a luta em que se fundamenta a interpretação dos processos de produção de sentido da Análise do Discurso.

Mas, antes mesmo de nos referimos à luta de classes materializada no discurso por diferentes posições de sujeito, ideologicamente interpelados, no período da ditadura militar, podemos dizer - para compreendermos o funcionamento da resistência em qualquer discurso – que essas relações de força são, enfim, tensões. Portanto, não é um problema se hoje ou em algum contexto histórico já não faz sentido se falar em luta de classes. O que apreendemos das palavras de Pêcheux (1988 [1975]) são as tensões que se estabelecem no discurso pelas relações de força entre Formações Ideológicas que estão implicadas nas suas relações, e o espaço em que esta tensão se estabelece é a Formação Discursiva, heterogênea, atravessada que é por outras FD's. Assim, assumimos com Orlandi que:

**As diferentes formulações de enunciados se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentidos: as formações discursivas.** Expliquemo-nos. Para Pêcheux, o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz **nas relações:** dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela **sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas.** As FD's recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e **refletem as diferenças ideológicas** (Orlandi, 2007[1992], p. 20, grifo nosso).

Compreendemos - pelo que vimos discutindo - que os discursos são produzidos em uma relação de controle/resistência, e as lutas se estabelecem nos discursos, de modo menos ou mais incisivo. Então podemos dizer que a censura – relacionada a um desejo de controlar o dizer –, nesta relação com a resistência, a produz e também a esta resiste. Os sentidos estão em disputa nas relações de força em que é preciso controlar/resistir.

Para a Análise do Discurso de corrente francesa, os sentidos em disputa a que nos referimos são constitutivos dos processos discursivos; são produzidos pelas relações de força entre as Formações Ideológicas e se materializam no complexo das Formações Discursivas. Assim, para problematizarmos as relações entre censura e resistência, vamos retomar que o trabalho da ideologia no discurso é apagar o processo histórico da produção dos sentidos (Orlandi, 2001), e isto está implicado com as forças que uma e outra – censura e resistência - estabelecem nas relações: controle da direção dos sentidos e resistência a esse controle.



Nas análises do discurso jornalístico que constitui o arquivo do DOPS-MG - no modo como a fizemos – compreendemos o funcionamento de diferentes formas de resistir, no sentido de que diferentes tensões se estabelecem. Isto quer dizer que a variação, o tipo, da resistência está na relação que se estabelece com os dizeres e os sentidos que o Outro pretende inscrever, regularizar, silenciar, evidenciar; controlar.

Então, em outras palavras, censura não é só local, e resistência não é só à censura local. Censura e resistência materializam nas Formações Discursivas o trabalho da ideologia. Não é, por assim dizer, o tipo de luta ou o tipo de resistência o questionamento fundamental, embora também importante, mas como censura e resistência se relacionam no processo de produção e controle de sentidos em certa direção. Como elas materializam as tensões entre as Formações Ideológicas no processo de produção dos sentidos. Esta é a condição para a sua constituição histórica, caso contrário teríamos uma suposta homogeneidade nas Formações Discursivas. Para Pêcheux:

Ao reconhecermos que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua “matriz”, por assim dizer), somos diretamente levados à nossa segunda tese, que será enunciada da seguinte maneira: (...) 2. *Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima* (PÊCHEUX, 1988[1975], p. 162).

Desse modo, as análises das matérias jornalísticas nos permitiram compreender que estas se constituem em discursos de diferentes FD’s reunidas em um arquivo de censura, diferentes posições discursivas se cruzam. Compreendemos que há neste arquivo uma memória discursiva de discursos produzidos sob diferentes condições de produção, mas com regularidades temáticas, ainda que produzidos de diferentes posições ideológicas.

Para Pêcheux:

Isso quer dizer que a FD é uma unidade dividida, a qual, embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, ela não é uma, mas heterogênea, não de forma acidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma FD coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, pois uma FD é “constitutivamente freqüentada por seu outro (PÊCHEUX, 1997, p. 57).

No discurso, o sujeito toma posição, e esta posição pode ser contrária a outros já-ditos ou simplesmente outra. É este o ponto que queremos destacar, afirmando com Orlandi (2007 [1992]), uma relação de dependência entre censura e resistência. É essa, a censura, que reduz ou aumenta a tensão nas lutas que se estabelecem no discurso, buscando diminuir a resistência e/ou provocando uma reação contrária; nesse sentido, a censura também é responsável pela (re)organização discursiva, pela renovação dos discursos e dos saberes disponíveis na memória discursiva.

O fato de a censura – as formas de controle - ser o foco das análises que fizemos faz saltar a importância do funcionamento da resistência com relação ao pré-construído, da inscrição e disponibilidade no interdiscurso de dizeres que também marcam as lutas que se estabelecem no discurso. A censura local, portanto, vinculada ao poder político, é uma forma incisiva de controle dos sentidos pelo poder do Estado, e como já dissemos, funciona mesmo como violência simbólica. Há contextos históricos em que ela se institucionaliza pelo poder do Estado sobrepondo-se às suas outras formas de manifestação. Por exemplo, a censura a serviço do poder econômico não foi/é institucionalizada e não foi protagonista na ditadura militar. O fato é que os tempos mudam.

Não sendo somente local, mas constitutiva dos discursos, a censura controla o que pode ou não ser dito em uma FD – exercendo função de controle dos sentidos em certa direção, efeito da ideologia - e isso produz também resistência. Quando dizemos que a censura é constitutiva, estamos relacionando também censura e silêncio. Orlandi (2007, p. 106) considera a censura local o traço do que é formulável, proibido, em certas condições. Seu silêncio é a interdição. “O quadro da censura faz aparecer de forma muito saliente os traços, sempre presentes, da relação com o outro (e o Outro) no discurso”<sup>108</sup>. Mas nos quadros em que não há censura local, tais traços de relação com o Outro existem, embora não sejam salientes ou evidentes.

Vamos teorizar esta associação entre censura e silêncio partindo de Orlandi (1995[1992]): o silêncio fundante estabelece uma relação necessária com os processos de significação, ele significa por si mesmo; na política do silêncio o dito implica não dizer outros sentidos, que se

---

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 114

desdobra no: silêncio constitutivo, “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (ORLANDI, 1995[1992], p.54); há também, nesta política do silêncio, a censura local. Aceito isto, lembramos que o poder, assim como a censura não diz só *não*; também diz sim e também obriga a dizer.

Estamos compreendendo que a política do silêncio é o trabalho da ideologia e decorre da relação entre censura e resistência nas Formações Discursivas. Se na política do silêncio o dito implica não dizer outros sentidos, a censura se estabelece e se desdobra para regular: temos uma censura constitutiva, como mecanismo de controle ideológico que se materializa nas FD's para regular o que pode e deve ser dito em certas condições; e temos a censura local, como mecanismo de controle ideológico que se impõe de forma imperativa, incisiva e repressiva no controle dos sentidos e dos discursos.

Dito de outro modo, é trabalho da ideologia que certos dizeres sejam regularizados nas diferentes Formações Discursivas e não outros, que sentidos assumam certa direção nessas Formações Discursivas - dizeres e sentidos resistem a outros que não podem ser ditos porque o que *pode e deve ser dito* em determinadas condições é *regulado*, embora haja sempre resistência. É também trabalho da ideologia que dizeres e sentidos sejam regulados pela institucionalização da censura: o que *não pode e não dever ser dito* em uma Formação Discursiva passa a ser regulado por normas censórias, pelo uso da força, pelo corte local; embora haja sempre resistência.

Uma reflexão sobre censura e resistência como constitutivas dos processos discursivos, de regularização de dizeres e constituição de sentidos, pode também nos ajudar a pensar, como dissemos anteriormente, que impor oposição não é a única forma de resistir. ‘Novos’ dizeres e novas matrizes de sentidos podem estabelecer resistência ao Outro produzindo uma luta/tensão em que não interessa mais travar oposição *a*. Assim, a rede de memória em que estes discursos seriam produzidos já não seriam as mesmas do discurso Outro. Esta consideração pode ser melhor refletida e compreendida em outras pesquisas, partindo do pressuposto de sua relevância em uma sociedade em que a luta de classes é questionada, em que, por exemplo, a hegemonia econômica parece abalar o poder do Estado.

Todos os jornais do arquivo estabeleceram uma intensidade de resistência que fez persistirem certos temas, no nosso caso específico, temas considerados proibidos pela censura. Essa persistência vai atualizando os dizeres que serão regularizados quanto à imagem da situação política e social diferente – mas não necessariamente contrária – da que pretendia o Regime Militar. Contudo, se estamos dizendo, em um e outro momento, de novos dizeres, é somente para nos referirmos a dizeres que somente retornam para a ordem do repetível na situação discursiva em questão. Não se trata necessariamente de um novo como fundação, mas (re)novação. Não há nada que se funde aqui. Há, sim, o pré-construído, que está esquecido e que o Regime Militar não quer deixar lembrar.

Nesse sentido, as questões levantadas em Achard (2007[1999]) sobre o processo de produção da memória nos interessam: como a memória é regulada, instituída, provada, conservada, rompida, deslocada, restabelecida? Como os acontecimentos – históricos, mediáticos, culturais – se inscrevem ou não na memória e são absorvidos por ela ou nela produzem uma ruptura? Nesta mesma obra, Pêcheux (2007[1999]) aborda essas questões para considerar um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento.

Compreendemos que esse jogo de força na memória é resultado das relações de luta; o desejo de poder, no funcionamento discursivo de que estamos falando, é a condição de existir do discurso: os dizeres se regularizam, resistem ao silenciamento, não resistem e são silenciados, resistem e persistem, resistem e insistem desconstruindo outros dizeres e buscando controlar os sentidos.

No discurso jornalístico, podemos compreender isso quando outros dizeres se regularizam e persistem. Courtine (1999) analisa a constituição do espaço do repetível e distingue o que designou por *repetição de elementos em extensão* de *repetição vertical*. Isto nos interessa:

Chamamos de uma *repetição de elementos em extensão*, “elementos que nós identificamos quando consideramos um fragmento de discurso como determinado por um enunciado e aí tomando lugar”, ou seja, uma repetição na ordem de uma *memória cheia, saturada*. O trabalho da categoria de assujeitamento na ordem do discurso político convida-nos a conceber uma outra modalidade da repetição: uma *repetição vertical*, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma *memória lacunar ou com falhas* (COURTINE, 1999, p. 21).

Já as matérias no arquivo de censura DOPS-MG mostram que já em 62 havia o anúncio dessas mudanças. E isto é diferente do que dissemos anteriormente. O contexto histórico era de crise política, e isto seria discursivizado nos jornais de diferentes formas, iniciando uma desestabilização na regularidade do dizer, que só configuraria uma persistência com o Golpe de 1964. É este acontecimento histórico que anunciará uma ‘nova’ regularidade discursiva, de dizeres que começam a persistir.

Para afirmarmos uma nova reordenação discursiva ou ‘nova regularidade’ ou ‘outra’ regularidade, estamos concordando com Courtine (2006, p. 78), quanto ao domínio de memória que disponibiliza os já-ditos. Podemos dizer então que a função interdiscursiva nos faz considerar o acontecimento discursivo de 1964 um retorno ou reagrupamento de dizeres que voltam a se inscrever no discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que a censura, resistindo a essa resistência, luta pelo seu esquecimento ou apagamento.

Em 1970, com tantas matérias, a crítica é reduzida, mas os temas proibidos continuam. Assim, mantém-se um embate discursivo contínuo acentuado ou atenuado dependendo das condições de produção do discurso, possíveis por algum nível de resistência. Por isso, um modo resistir é reinscrever e fazer persistir dizeres, proibidos ou não, não necessariamente relacionados à oposição de filiações ideológicas. Fato é que essa repetição não era prevista, nem sua permanência. Ela não era prevista na memória saturada; é a repetição de dizeres no discurso provocando nova demanda na rede interdiscursiva, outra matriz de sentido.

Desse modo, o evidenciamento de dizeres e sentidos analisados no jornal *Estado de Minas* de dezembro de 1968 – no capítulo anterior - instaurou uma reordenação discursiva brusca, e essa nova ordem no discurso inscreveu dizeres não previstos anteriormente, que existem para/nesta relação de oposição; construíram, enfim, uma imagem positiva do Regime Militar. A tentativa de manter uma homogeneidade discursiva pretende justamente eliminar a existência de antagonismos, de luta de classes – como foi discursivizado nas normas censórias também de 1968, pelo grupo 1 da primeira análise deste capítulo.

Devemos também lembrar que o sujeito deste discurso do *Estado de Minas* é constantemente a voz do próprio presidente Costa e Silva, de ministros e outras autoridades, ressaltando um clima de harmonia, ordem e tranqüilidade. Nos discursos que constituem o arquivo do DOPS-MG, mesmo no de 1968, elas praticamente não ocorrem. Avançando nas análises, encontramos nos títulos de 1964, 1968 e 1970 apenas os dizeres *general* e *governo*, cada um uma única vez. A análise do silenciamento-evidenciamento indica formas incisivas de resistência, em que os sentidos insistem e estão em disputa.

Insiste a FD Militar e insiste o jornal *Correio da Manhã*, que se posiciona em uma FD anti-militar. Mas este assumiu posições diferentes, como mostramos, em 1964 e em 1970; não necessariamente opostas, mas diferentes. Há de se ressaltar (re)posicionamentos e um movimento constante nos jornais, cujas condições de produções do discurso têm a censura como foco. Mais do que isso, é preciso considerar o próprio (re)posicionamento discursivo dos jornais, em determinados períodos - fundamental para a análise do discurso em questão - até como possibilidade de uma estratégia de resistência voltada para o poder político, não só de sobrevivência econômica, se é possível separá-los.

Assim é que, em 1964, o *Correio da Manhã* insistiu na resistência por oposição. E isso teve implicações que foram além do ideológico; a sobrevivência econômica do jornal foi abalada e ele teve de ser arrendado. Em 1970 o *Correio da manhã* assumiu uma nova posição discursiva, mas continuou constituindo o arquivo do DOPS-MG. Compreendemos que ele construiu um discurso de dizeres proibidos, mas o modo de resistir não mais se deu através da construção de sentidos contrários ao do Regime Militar. Nesta situação de análise, resistir sem que se ocupe o lugar de oposição é persistir na inscrição de dizeres previstos nas proibições censórias. De qualquer forma, já afirmamos, não há censura tão eficaz que anule a resistência completamente.

A repetição através do dizer antagônico é a expressão máxima de resistência porque além de ser interrupção – de provocar cisões no discurso- de outros dizeres naturalizados e cristalizados, está sempre em *relação de contradição*, imprimindo força na tentativa de desnaturalizar o seu contrário, de desconstruí-lo. Esta repetição vai se estabelecendo a partir de uma (contra)posição ideológica – de marcas discursivas, de estratégias discursivas - que (re)ordena o funcionamento

dos discursos e a (re)formulação dos sentidos. Trata-se de uma tensão que ocorre com o restabelecimento de um espaço de memória já esquecido; para repetir vai ter de (in)sistir. A censura produz a resistência, e esta, por sua vez, está sempre em relação com o que lhe antecede, com a renovação e com o devir. De qualquer forma, é possível teorizá-la, mas não sistematizá-la.

No capítulo sobre condições político-ideológicas havíamos dito que há regulação (repetição, retomadas) e desregulação (silenciamento, apagamento, *etc.* no funcionamento do discurso). Neste capítulo relacionamos os resultados das análises, compreendendo como a censura local exerce uma função sobre os pré-construídos, manifestando-se, assim, como acontecimento discursivo, em que a ordem do discurso é alterada (re)significando a memória. Mas também compreendemos que esse acontecimento está inscrito desde já na relação que Orlandi (1995, p. 33) apresenta – estar em silêncio/romper o silêncio ou ficar em silêncio/apropriar-se da palavra –, em que ressaltamos o trabalho da resistência, mecanismo da ideologia, nessa relação de tensão. A resistência é força motriz que dá movimento ao discurso, e ela existe pelo trabalho da ideologia; ela é possibilidade de acontecimento histórico e discursivo.

Em 1975 inicia-se um processo de distensão política, e a censura institucionalizada termina oficialmente em 1978. Na prática, se atenua intensamente até 1985. Parece que isso gerou algumas evidências para as gerações que a procederam: a democracia garante a liberdade de imprensa; os jornais reproduzem os fatos, não controlam e não precisam resistir; os discursos estão livres de qualquer forma de controle; o sujeito é livre para pensar e agir; censura é coisa de ditadura, portanto não existe mais. Enfim, de lá pra cá, até parece que a censura se dissipou. Até parece que não há – ou sempre houve – controle no processo de constituição dos sentidos. Esta (dis)tensão não é completa; nem no discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta tese, propusemos que se considerasse o discurso para além das lutas que nele se materializam, para além da disputa de sentidos que se materializa no tenso jogo lingüístico da paráfrase e da polissemia, entre a repetição do mesmo e os incessantes deslizamentos para a inscrição do diferente, seja pela resistência, seja pela incessante mobilidade na produção dos sentidos. Desse modo, seja pelo poder político, pelo poder econômico, pelo patriarcal, *etc.*, o que precisamos ressaltar é o trabalho da ideologia, compreendida como práticas ideológicas que se materializam no discurso. Nas Formações Ideológicas, essas práticas são o complexo das representações, atitudes, referentes às diferentes posições que estabelecem tensão entre si.

Dito isto, seria preciso empreender análises sobre o funcionamento da censura fora do escopo do poder político pautado em formas autoritárias de governar, bem como considerá-la em outros discursos além do jornalístico. Como não procedemos à primeira possibilidade de análise, o que nos autoriza a inscrever a censura como forma de controle constante nos discursos, onde há sempre luta, é o outro que lhe opõe; a resistência.

Causando mais reação, sendo mais aparente em seus momentos de maior intensidade, temos a censura local - a censura sobre o discurso jornalístico -, que pode fazer parecer que em outras situações ela não existe, que as condições de produção dos discursos, sem censura, são normais, que os sujeitos e os sentidos se constituem livremente, sem controle. Não há tal democracia nos discursos. Sempre há o que se entender no processo de constituição dos sentidos que diga respeito a dizeres que *devem* ou *não* serem ditos, que são evidenciados, silenciados, e que este controle - esta censura - existe em relação ao outro que lhe resiste, que lhe atravessa, que lhe constitui.

Para entender de que ordem é este controle e esta resistência nos discursos, foi proposta desta tese investigar uma parte invariante que motiva e estrutura discursivamente a produção e incidência da censura, ordenando sua manifestação, institucionalização e funcionamento; estávamos nos referindo à ideologia. Então foi preciso nos restringir à censura local, que analisamos, para podermos avançar um pouco na reflexão sobre o modo como a tentativa de controle dos sentidos



se estabelece. Esta reflexão também se pautou na análise da censura de um modo geral, ou seja, para aquém e além do período da ditadura militar; dentro e fora do Brasil, constitutiva do processo de produção do discurso e não somente no discurso jornalístico, e assim por diante.

Neste momento, portanto, precisamos recuperar as condições de produção e legitimação da censura local considerando-a como um saber produzido pelo Estado. Mas não todo Estado, não qualquer Estado. O desejo de manutenção do poder pelo Regime Militar no Brasil e no fascismo italiano produziu práticas discursivas censórias organizadas na forma de saberes e distribuídas em aparelhos que organizavam, administravam e faziam funcionar esses saberes – criando departamentos, profissionais específicos para a realização da censura; saberes que repetem e se renovam -, práticas cooperativas, constituindo uma memória discursiva que nos possibilitou dizer e discorrer sobre arquivos de censura. Arquivos com dizeres que dialogam e cuja construção, pautada no desejo de apagar, de silenciar, acaba por constituir uma memória de saber, uma memória discursiva que nos permite não esquecer; que diz no seu interior o que a censura pretende fazer calar no seu exterior.

Este arquivo de censura não era para o público. Quando assim se torna, é porque algum tipo de resistência prevaleceu, nem que esta seja a força do próprio tempo que quanto mais passa em silêncio mais carece de ser lembrado. O mesmo tempo que levou sujeitos da história, deixando para as próximas gerações posições que ainda precisam ser compreendidas. Mesmo assim, hoje, não é possível entendermos tudo; os documentos não são necessariamente fatos e nós somos todos interpelados ideologicamente, compreendemos aquilo que podemos compreender agora. Podemos, isso sim, interpretar. É, assim, inútil querer controlar, por exemplo, os sentidos de terrorismo entre dois países, mesmo sendo eles Brasil e Itália. No desejo de punir e no desejo de libertar, controle e resistência se confundem. É nesse sentido que estamos focados na ordem do discurso da censura. Vamos percorrê-la, e posteriormente recuperar algumas afirmações que fizemos a partir das análises da ordem deste discurso.

Independentemente das especificidades de cada Formação Ideológica, dois Estados autoritários, em diferentes momentos históricos – Brasil (ditadura Vargas e Regime Militar) e Itália fascista, que também tinha o interesse em controlar o que deveria ou não ser dito pela imprensa,

institucionalizaram a censura, criaram departamentos em suas instituições políticas para fazê-la funcionar. Além de buscar legitimá-la pelo discurso jurídico, a Itália obteve cooperação do Brasil para que se tentasse divulgar somente as informações produzidas pelo governo fascista nos jornais brasileiros. A produção e institucionalização da censura são um modo e um sistema de controle; advêm de um desejo de manter-se no poder, um desejo de verdade, de produzir formas para silenciar e de apagar, de naturalizar ou silenciar os ditos e os sentidos acerca da realidade. Para resistir ao que seria o seu inimigo, o Estado não ignora, mas justamente, partindo da relação de oposição que estabelece com a ordem dos processos históricos de construção dos sentidos, produz a censura local.

Foi assim também – concentrando-nos ainda na ordem do discurso da censura – que o censor buscou controlar os sentidos. Considerando a completude da linguagem, na prática discursiva do sujeito na posição de censor há marcas de quem acredita no sentido único, na cristalização dos sentidos, levando-o à utilização de estratégias de interpretação pela lógica e concebendo o discurso como códigos decifráveis. Marcas como *ou seja, logo, significa, isto é, sinal de igual*, bem como uso dos parênteses no meio da interpretação que faziam, eram utilizadas com o objetivo de limitar os efeitos de sentido. Dentro dos parênteses eles apresentavam o único sentido ao qual os outros censores deveriam chegar. Todas essas marcas estão vinculadas à tentativa de ir fixando sentidos, a serem *incutidos* na cabeça dos outros censores. Não é de se estranhar, portanto, a caça aos ditos e aos sentidos de *liberdade* no discurso do sujeito-censor. Liberdade e controle são o desejo de poder na relação de luta em que o sujeito da resistência e da censura assumem posição. E é no corte – impedimento da liberdade de dizer – que o sujeito da censura se constitui.

Junto a este discurso em que a posição discursiva do sujeito-censor se constitui, temos outros, como a análise relativa ao discurso publicado no jornal *Estado de Minas*, das normas censórias do DOPS-MG, assim como de outras análises e pesquisas, que nos autorizam a considerar uma Formação Discursiva Militar. No caso do discurso jornalístico do *Estado de Minas* – que se utilizou do evidenciamento como forma de fazer dizer certos ditos e silenciar outros – compreendemos o modo como o Estado procurou produzir imagens de si, sobre o *Ato Institucional número 5* (como base e ponto de partida para as mudanças e melhorias), sobre o

Regime Militar (*democrático*) e sobre o Brasil (em *situação de ordem e normalidade*, bem como de *progresso*, a ser alcançado pelo autodesignado *governo da Revolução*). O discurso do *Estado de Minas* em dezembro de 1968, na primeira página do jornal, é, contudo, um discurso *sob censura*, em que o jornal funciona como uma instituição do Estado e assume a ordem do discurso *da censura*.

Podemos dizer, enfim, que, no nível discursivo, a censura local cria faltas e busca preenche-las, ela está para o silenciamento-evidenciamento, para a desconstrução e construção. Vimos nesse processo, que considerou o período da ditadura militar no Brasil - a idéia de que a desconstrução – através do silenciamento de temas - é necessária para que um outro seja possível; e isto ocorreu com a inserção de um embate discursivo *antes-depois* referenciado pelo AI-5.

Finalmente analisamos o discurso constante nas normas censórias e o discurso jornalístico que consta do arquivo do DOPS-MG. O primeiro foi produzido para orientar o trabalho dos censores e controlar os órgãos de divulgação. Não poderia haver dúvida sobre o que deveria ser silenciado no discurso jornalístico, era preciso criar obstáculos aos dizeres proibidos, aos antagonismos, impedir o trabalho da resistência.

Vimos dizendo, contudo, que o trabalho da resistência é a condição para todo dizer. O discurso constante das matérias jornalísticas do arquivo do DOPS-MG poderia ter sido analisado de diferentes formas. Retomamos a questão do arquivo, enfatizando novamente a importância de uma análise que leve em consideração diferentes momentos de constituição da memória discursiva; não que o trabalho vise à completude, mas justamente por se dar maior relevância às perdas que espaços de silêncio ou o investimento no silenciamento – pelo trabalho da censura - provoca nos arquivos.

Memória e esquecimento se associam tanto no modo de enunciação do discurso político quanto no do jornalístico. No arquivo de censura – um arquivo que lembra para fazer esquecer -, a análise do discurso jornalístico traz a memória dos sentidos silenciados, dos dizeres que persistiram às normas censórias e dos que insistiram. Esta é a ordem do discurso sob censura, em que podemos compreender o discurso como lugar de tensões, de lutas. Mas também

compreendemos que no embate posições antagônicas ou simplesmente posições que não são as mesmas, censura e resistência não constituem uma e outra posição, mas forças que colocam os sentidos em disputa.

Dito isso, podemos falar em relações entre sujeitos que ocupam diferentes posições discursivas e Formações discursivas antagônicas que se cruzam; podemos falar em tensões no discurso considerando que o desejo de poder quer impor-se ao Outro, buscando controlar os dizeres e os sentidos, e que, resistindo, ele também é resistido. Desse modo, para resistir, o jornal diz e silencia; permanece em silêncio. Mas nem sempre essa resistência é para opor-se à censura local. As posições discursivas que os jornais ocupam se constituem pelas Formações Ideológicas, que também podem mudar.

Nosso gesto de análise buscou desnaturalizar a produção do sentidos, percorrendo o modo como nas práticas censórias buscou-se naturalizá-los, percorrendo alguns modos de resistir, seja da instituição censória, seja do discurso jornalístico. Resistir ao apagamento dos sentidos produzidos historicamente, significa também pretender controlar os efeitos de sentido. Mais uma vez, uma está em relação com outra.

O que autoriza dizer que quem ataca é censura e quem defende é o discurso engajado, ou que quem ataca é o governo opressor e quem defende é o subversivo, ou dizer o que é censura e o que é resistir é uma tomada de posição ideológica. Do ponto de vista do discurso, só podemos identificar isso quando também nos posicionamos. Se pretendemos analisar o discurso, devemos compreender como isso acontece discursivamente, porque os mecanismos discursivos de controle e de resistência representam as lutas no discurso. Nesse sentido, compreendemos que os jornais também impõem-se/recebem/aceitam/compactuam/produzem ordens - o que devem dizer ou silenciar – para resistir e também controlar. Já o que conhecemos como poder máximo de censura é o modo como o Estado procura controlar pela lei e com uma força repressora o funcionamento do discurso; mas encontra resistência.

A censura institucionalizada pela ditadura militar ou qualquer outra censura ou condição de produção é um mecanismo incisivo de controle. O processo de produção histórico dos sentidos é

substituído pelo estabelecimento de normas e também leis que motivarão esse organismo – o discurso –, que já não consegue nem pode resistir ‘naturalmente’, mas deve resistir de forma muito mais intensa. As condições de produção do discurso são drasticamente alteradas pelo Estado, que usará suas instituições para produzir saberes e práticas censórias, controlando e resistindo. Porque nas relações de luta discursivamente materializadas as forças em relação atacam e resistem. Para impedir o trabalho da resistência, mas principalmente para garantir a manutenção do poder, é preciso censurar.

Desse modo, podemos pensar que os mecanismos de censura – evidenciamento e silenciamento – e de resistência – repetir, persistir e insistir – são tanto de um quanto de outro, - porque também o discurso jornalístico sob censura vai silenciar e evidenciar; também a censura vai persistir em ditos e insistir imprimindo força contrária aos discursos de resistência. Poderíamos dizer que há uma resistência da censura, ou seja, que, buscando controlar, esta existe para/pela resistência. O que não poderíamos dizer, contudo, é que os modos de silenciar, evidenciar, persistir e insistir sejam os mesmos.

Já a persistência em dizer provoca um tremor na regularidade do discurso. Dizeres novos se repetem, mas esse movimento é fora do esperado; ele agita a regularidade discursiva. Então, faz sentido dizer que o que está resistindo a não ser silenciado – porque sempre em relação com um antes disponível no interdiscurso – são as tematizações que serão justamente proibidas pelas normas censórias: falar sobre censura, atividades dos estudantes, presos políticos, terrorismo, comunismo e outros temas que vão se reinscrever no período da ditadura militar. Da sua parte, o discurso jornalístico segue desambigüizando os sentidos. Na análise de desopacização compreendemos que, com relação às Formações Imaginárias das normas censórias – que construíram proibições para a subversão -, o discurso jornalístico foi inscrevendo dizeres e naturalizando sentidos então proibidos.

De outro lado, o discurso em que o deve ser dito é a reconstrução da imagem positiva do Brasil está condicionado por uma Formação Ideológica em que a posição-sujeito Regime Militar faz insistir certos dizeres. Desse modo, esses sentidos se filiam a Formação Discursiva Militar, que

resiste a outros sentidos antagônicos, que falam antes, como a imagem negativa do Brasil no exterior, principalmente com relação aos designados atos de tortura.

Mas insistem também, como forma de resistir, os sentidos no discurso do *Correio da Manhã* das matérias analisadas de 1968. A posição de antagonismo está marcada de modo a buscar desconstruir também o Outro e o sentido outro. A marca **Re** na análise desse discurso está em relação de oposição aos sentidos produzidos pelas Formações Imaginárias das manchetes do jornal *Estado de Minas* de dezembro de 1968. Enquanto o Regime Militar procurou naturalizar a instauração do novo – a democracia -, no sentido de que ela não havia antes, o *Correio da Manhã* de 1968 retoma o antes através da marca **Re** buscando naturalizar o sentido de que antes ela existia: **redemocratização**. No funcionamento desses discursos temos a oposição entre as Formações Imaginárias relativas ao discurso do Regime Militar e ao discurso do *Correio da Manhã*: o primeiro busca apagar o antes; o segundo pretende recuperar.

Silêncio, dizer, repetir, insistir, apagar: tudo afetado pelo controle e pela resistência; desejando controlar e necessitando resistir. Controle que advém da Formação Ideológica pela qual a Formação Discursiva se manifesta; controlando o que pode e deve ser dito. Então, é este o momento de se pensar a censura no sentido de que nas Formações Discursivas, em que os sentidos são historicamente produzidos, está um dos limites do limite do poder de dizer, de não dizer, de dizer uma coisa ou outra, de calar o outro, o poder de fazer dizer e regular o que se pode ou não ser dito, enfim, é nelas que se naturaliza e se busca desnaturalizar dizeres.

Pelo que foi até agora compreendido e dito, não nos parece adequado pensar a censura apenas como um mecanismo institucionalizado pelo poder de Estado, autoritário, ou empreendida por um sujeito autoritário, mas como mecanismo de controle que se funda pela força das Formações Ideológicas, pelas quais as Formações Discursivas se manifestam. Se compreendermos que a heterogeneidade nas Formações discursivas é a marca de que as Formações Ideológicas estão sempre em relação, podemos dizer que elas atravessam e são atravessadas também para censurar e resistir. Isto é luta. A censura – constitutiva ou local - e a resistência representam as relações de força que estabelecem as tensões nos discursos. E isto é o que garante ao discurso existir. Mas mais do que isso, então, compreendemos a censura como forma de controle mais ou menos

incisiva do que pode e deve ser dito ou do que não pode e deve ser dito e constitutiva de todo discurso, com o fim de naturalizar sentidos em certa direção.

Podemos, enfim, compreender como o discurso jornalístico – e qualquer outro – independente de períodos de ditadura, se produz nas relações de tensão ideológica e produz imaginários sobre a memória histórico-social. Na sua forma mais incisiva, essa manifestação de poder, de controle, deseja mesmo apagar; a ditadura, a censura local, luta contra a existência de *certos sentidos*, de *certos sujeitos*. Na história, durante a ditadura militar no Brasil, quando aconteceu de a chamada resistência mancar nessa luta, muitas pessoas deixaram de existir. O que realmente *não dá para dizer* é que essas, que este acontecimento, não deixaram marcas, seja na história, seja no discurso. A ordem do discurso da censura e sob censura é a que se produz em função do poder de dizer e do poder de fazer calar: desconstruir e construir, silenciar e evidenciar, controlar e resistir; ordem da contradição.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In*:\_\_\_\_\_. **Papel da Memória**. Tradução de José horta Nunes. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2007[1999].
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- ROMA. Archivio Centrale Dello Stato. Manuscrito cedido pelo Archivio Centrale dello Stato, Roma, fevereiro de 2008. **Il fascismo e la soppressione della libertà di Stampa**.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Arquivos do DOPS (manuscrito). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- BADIOU, Alain. **Ética**: um ensaio sobre a consciência do mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1967.
- BRASIL. Decreto-Lei 314, (1967). **Lei de Segurança Nacional**, 1967.
- BRASIL. Decreto-Lei 510 (1969). **Lei de Segurança Nacional**, 1969. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei 898 (1969). **Lei de Segurança Nacional**, 1969. Define os crimes contra a Segurança Nacional e a ordem política e social.
- CANTARINO, Geraldo. **1964, a revolução para inglês ver**. Rio de Janeiro: Maud,1999.
- CASSERO, Ricardo. **Le veline del Duce**. Milano: Sperling& Kupfer, 2004.
- CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CESARI, Maurizio. **La censura nel período facista**. Napoli: Liguore Editore, 1978.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Analyse du discours politique**: le discours communiste adressé aux chrétiens. Langages, Paris, Larousse, n. 62, 1981. p. 9-128.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento da enunciação do discurso político. *In*: INDURSKY e FERREIRA (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradução de Nilton milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.



- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Complementos da doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1977.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004[1979].
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1987[1975].
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Sampaio. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004[1979].
- FIDELIS, Guido. **Lei de Segurança Nacional e Censura**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. A Nova Lei de Segurança Nacional. *In*: Lei de Segurança Nacional: Uma experiência antidemocrática. **Revista de Direito Penal**, Porto Alegre: n. 30, 1980.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004[1981].
- GARCIA, Luiz Henrique A. **Coisas que ficaram muito tempo por dizer**: o Clube da Esquina como formação cultural. 2000. 154f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- GARCIA, Nelson. **O Estado Novo**: Ideologia e Propaganda Política. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.
- HOMEM, Wagner. Entrevista com ex-censor. Disponível em: <<http://chicobuarque.uol.com.br/sanatorio/censor>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2007.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Disponível em: <[www.uol.com.br/houaiss](http://www.uol.com.br/houaiss)>. Acesso em 15 de maio e 10 junho de 2007.

- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. *In*: BARONAS, R. (Org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 75-87
- INSAURRALDE, Lucia. **O sujeito subversivo**: uma leitura da tragicidade. 2005. Tese (Doutorado em Linguística). Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005
- KHÉDE, Sonia Salomão. **Censores de pincenê e gravata**: dois momentos da censura teatral no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LADEIRA, Antônio Dutra. **Manual de organização e práticas policiais**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Civil, Minas Gerais, 1971.
- LUCA, T. R. As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. **IV Encontro Nacional de rede da Alfredo Carvalho**. Anais do 4º Encontro Nacional de História da Mídia. São Luís: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. V.1. p.1-13. Disponível em <[http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/impressa/t\\_luca.doc](http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/impressa/t_luca.doc)>. Acesso em 16 de outubro de 2008.
- MAIA, Andréa Casa Nova. **Getúlio Vargas, o mito**. Videoconferência da Série Panorama Cursos, PUC-Minas Virtual, Belo Horizonte, 28/09/2004.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza. São Paulo: Ática, 1989.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira**. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARIANI, Bethania. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. Polifonia. **Revista do Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem**. Vol. 12, n. 1, 2006. Disponível em <<http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/131.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2007.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.
- MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A revolução de 30. *In*: INDURSKY, F. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre, Sagra-Luzzato, 1999. p. 102-121.
- MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário Lingüístico. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, Volume 3, número especial, 2003. p. 55-72.

MARIANI, Bethania. Ética, pesquisa e Análise do Discurso. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP**, Campinas, v.10, p. 09-22, 2004.

MARTINS FILHO, João. **Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor**. In: 1968 faz 30 anos. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 11-26.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Tradução de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre, L&PM, 2001[1980].

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, José M. **Síndrome da mordaca: mídia e censura no Brasil**. São Bernardo do campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MOREIRA, Carla. **Princípio de ligação Sintaxe/Semântica: construções Estativas**. 2000. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NETTO, Francisco B. S. **O problema da censura no pensamento político de Platão**. 1990. 338 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

NOVINSKY, Anita. Os regimens totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Luiza (org.). **Minorias silenciadas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2002. p. 25-35.

ORLANDI, Eni. A noção “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, Soeli Maria S. (Org.). **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003[1999].

\_\_\_\_\_. **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003[1998].

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004[1996].

\_\_\_\_\_. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007[1992].

\_\_\_\_\_. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995[1992].

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996[1988].

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987[1983].

OTTAVIANI, Guido. **Le veline del Miniculpop**: aspetti della propaganda fascista. Milano: Todariana Editrice, 1999.

PÊCHEUX, M.; FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (1969). In: Gadet, F. & Hak, T (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: Gadet, F. & Hak, T (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: Pierre Achard. **Papel da Memória**. Tradução de José horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007[1999]. p. 49-58.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 1990[1983].

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994[1982].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988[1975].

PERCINOTO, Gloria M. **Liberdade de expressão, privacidade & censura**. 1999. 170 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

ROMÃO, L. e Pacifico, S. **A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino**. Porto Alegre: Em questão, v.12, n.1, p. 73-90, jan/jun. 2006. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u56.jhtm>>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

SANT'ANNA, A. Rush. **Revista Fronteiraz**, PUC-SP. Disponível em <[http://www.pucsp.br/revistafrenteiraz/download/RUSH\\_2.doc](http://www.pucsp.br/revistafrenteiraz/download/RUSH_2.doc)>. Acesso em 17 de outubro de 2008.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

TFOUNI, Fábio. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Cidade, v.8, n.2, p. 353-371, maio/ago. 2008.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Limiares de silêncio: a leitura intervalar. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **A leitura e os leitores**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)